

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Programa de pós-graduação em letras e lingüística

O saussurismo e a escola francesa de análise de discurso: ruptura ou continuidade?

TESE

apresentada como requisito parcial à obtenção
do grau de doutor em lingüística por Marcio Alexandre Cruz

Orientador: Professor Eduardo Calil de Oliveira

2006

*À memória de
José Pedro da Silva Filho
e Donata da Silva*

“Isso é tão verdadeiro que esse princípio deve se verificar mesmo a propósito das línguas artificiais. Aquele que cria uma língua, a tem nas mãos até o momento em que ela não entra em circulação; mas a partir do instante em que ela cumpre sua missão e se torna a coisa de todo mundo, o controle escapa”

(Ferdinand de Saussure, Curso de lingüística geral)

Agradecimentos

Agradeço ao professor Eduardo Calil, que está na origem deste trajeto um tanto acidental e cujo apoio me foi precioso. Agradeço igualmente ao professor Christian Puech, junto a quem pude encontrar um terreno sólido para inquietudes tão desestabilizantes. Exprimo minha gratidão aos amigos Savaş Kiliç, Carlos Piovezani e Emilie Brunet, com quem tive discussões fecundas. Devo ainda manifestar minha gratidão à Capes e ao CNPq, cujo financiamento permitiu uma dedicação integral aos estudos. Não poderia esquecer meus pais, Jorge e Tereza, cuja dedicação e estima encontram eco nos meus esforços.

Sumário

Résumé	7
Abstract	8
I. Introdução	9
II. A emergência do paradigma naturalista em lingüística	20
II. 1. Do fato histórico à historicidade da linguagem	26
II. 1.2. A metáfora do organismo	31
II. 2. A historicidade da linguagem contra o fato histórico.....	38
II. 2.1. Schleicher e a constituição da “glótica”	40
III. A tradição histórica: Whitney e Meillet	43
III.1. A reação de Whitney	46
III.1.1. O princípio do arbitrário do signo em Whitney: razão ou desrazão?	53
III. 2. Whitney, Meillet e a autonomia da língua	62
IV. Os neogramáticos: uma crise de fundamentos	71
IV. 1. “Os direitos do homem falante”	75
IV. 2. A querela das leis fonéticas	78
IV. 3. O impasse fundamental	85
IV. 4. A oposição sincronia/diacronia: condição necessária para o estabelecimento da ciência lingüística	88
IV. 5. A oposição sincronia/diacronia e a noção de lei em lingüística	90
V. A história e o sujeito falante em Saussure	95

V. 1. O ponto de vista da lingüística interna	98
V. 1.1. A questão da mudança lingüística	102
V. 1.2. O princípio do movimento da língua no tempo	106
V. 1.3. As lendas alemãs	109
V. 2. O ponto de vista sincrônico em Saussure, ou o retorno do indivíduo e da sociedade	118
V. 2.1. O princípio da continuidade da língua no tempo	120
V. 2.2. A ordem própria da língua e o fato social: duas noções que relevam de um mesmo princípio, o arbitrário do signo	123
V. 2.3. O papel da distinção sincronia/diacronia	135
V. 2.4. As noções de intenção e de consciência em Saussure	139
V. 3. A questão do sentido em Saussure	142
VI. A escola francesa de análise de discurso e o saussurismo	155
VI. 1. O objeto discurso	161
VI.1.2. A teorização do objeto discurso: o novo terreno teórico	169
VI.2. Revisões e desconstruções	175
VI.3. Pêcheux, leitor de Saussure	184
VI. 3.1. A ordem da língua e a ordem do discurso: ruptura ou continuidade?	188
VII. Conclusão	195
VIII. Referências bibliográficas	

Résumé

Depuis 1957, un travail de caractère philologique concernant les écrits du linguiste Ferdinand de Saussure (1857-1913) se développe. Ces recherches, en général, écartent l'étude du *Cours de linguistique générale*, considéré comme un texte apocryphe, et leur intérêt est surtout la reconstitution de la « véritable » pensée saussurienne, « déformée » par le travail des éditeurs du *Cours*. Néanmoins, d'après nos analyses dans ce travail, nous avons conclu que, dans une grande mesure, le *Cours* n'est pas en effet un texte tout à fait apocryphe. En nous concentrant sur la dimension historique des faits linguistiques chez Saussure, nous avons vu que la langue comme système de signes ne s'oppose pas à l'histoire, même si l'on prend comme référence le *Cours*, ce qui d'ailleurs ouvre un nouveau débat : pourquoi a-t-on lu Saussure de cette façon ? Cela posé, nous n'envisageons pas une nouvelle lecture. Notre question concerne plutôt le « comment » des représentations de Saussure. Nous avons ainsi comme objet d'étude des lectures de Saussure. Nous nous concentrons en particulier sur la lecture du linguiste et philosophe français Michel Pécheux (1938-1983) lors de son projet d'une analyse de discours dans les années 1960/70, dont le point de départ se situe là où, pour lui, la linguistique trouve ses limites. L'auteur pointe une filiation à la perspective de Saussure aussi que la nécessité d'un changement de terrain. Nous nous demandons toutefois jusqu'à quel point un tel changement de terrain s'opère-t-il effectivement. Il nous semble que, si l'historiographie à court terme pointe des ruptures, nous pouvons faire valoir à long terme des continuités entre l'ordre de la langue et l'ordre du discours.

Abstract

Since 1957, a philological work concerning the writings of Ferdinand de Saussure (1857-1913) has been developed. These researches, in general, reject the study of the *Cours de linguistique générale*, considered as an apocryphal text, and their interests is mainly the reconstitution of Saussure's "true" thought, "deformed" by the work of the editors of the *Cours*. Nevertheless, according to our analyses in this work, we have concluded that, in a large measure, the *Cours* is not in fact such an apocryphal text. Concentrating ourselves on the historical dimension of linguistic facts in Saussure, we have seen that the "langue" as a system of signs is not opposed to history, even if we have as reference the *Cours*, which opens a new debate: why have we read Saussure this way? Thus we do not want to make a new reading. Our question concerns rather the "how" of the representations of Saussure. We have as object readings of Saussure. We concentrate ourselves specially on the reading by the french linguist and philosopher Michel Pêcheux (1938-1983), during the constitution of his project of a discourse analyses in the 1960/70, whose start is the point where, according to him, linguistics finds its limits. The author indicates his filiation to Saussure as well as the necessity of a terrain change. However, we ask in which measure such a change actually takes place. It seems that, if short-term historiography points ruptures, we can point as well long-term continuities.

I. Introdução

O estudante de letras, quando se inicia em Saussure, conhece, geralmente, apenas uma de suas obras: o *Curso de lingüística geral* (doravante CLG), considerado como o ponto de partida da lingüística moderna. Nessa obra, Saussure delimita o objeto de estudos da nova ciência, a saber: a língua, oposta à fala e definida como um sistema de signos que deve ser estudado nele mesmo, por ele mesmo, abstração feita de toda historicidade ou subjetividade. O CLG representa um momento decisivo na história da lingüística. Entretanto, os conceitos propostos por Saussure representam bloqueios teóricos impedindo assim certos desenvolvimentos da lingüística. Perspectivas como a sociolingüística, a psicolingüística, a etnolingüística, análise do discurso, etc. vão dessa forma emergir, opondo-se a Saussure: elas “vão pouco a pouco colocar em questão o primado da língua sobre a fala e logo toda a lingüística nascida com Saussure e recalcando pelo menos dois elementos fundamentais da comunicação [...] : indivíduo e sociedade” (Calvet, 1967 in Saussure, 1985 : 512¹).

Uma tal representação de Saussure é posta em causa desde 1957, quando pesquisas de cunho filológico tratando da obra de Saussure se iniciam, motivadas pela descoberta de manuscritos originais do autor. Robert Godel está na origem desses trabalhos, continuados mais tarde por Rudolf Engler (1968/1974), Jean Starobinski (1971), Tullio de Mauro (1972), Eisuke Komatsu et George Wolf (1996). Em 2000, Johannes Fehr publica seu trabalho intitulado *Saussure entre lingüística e semiologia*, e Simon Bouquet e Rudolf Engler estabelecem e editam, em 2002, uma complicação compreendendo textos já publicados e originais.

¹ As traduções nesse trabalho são nossas, sendo indicados os casos excepcionais.

Um outro Saussure, então, se apresenta, que, antes de mais nada, aparece como um autor cujas preocupações excedem os estreitos domínios da lingüística geral e que se dedica:

- 1) às lendas alemãs. Neste trabalho, desenvolvido paralelamente aos cursos na Universidade de Genebra, Saussure, compartilhando o ponto de vista dos historiadores, segundo o qual há relações entre a matéria das lendas e os eventos históricos, pretende provar que a origem das *Canções de Nibelungem*, contrariamente ao que é então admitido, é helvécia e não alemã;
- 2) aos anagramas. Esse trabalho suscita diversas reações. Como observa Fehr, Jakobson, por exemplo, fala da “segunda revolução de Saussure”, ao passo que outros especialistas não vêem nesses estudos senão um “um absurdo passatempo” (Amacker, 1975 citado por Fehr, 2000 : 190). Essas pesquisas, desenvolvidas em 1906 e 1909 e “aparentemente às antípodas da razão científica”, consistem em pressupor num texto² a existência de um outro texto (donde o título do livro de Starobinski, *As palavras sob as palavras*). A relação entre os dois textos é então descrita segundo as seguintes regras : “dado um ‘tema’ de algumas palavras, geralmente nome próprio, suscitando um certo número de fragmentos fônicos ; o poema é composto de modo a comportar o maior número possível desses fragmentos” (Gadet, 1987 : 12).
- 3) ao estudo da língua hindu produzida pela médium Hélène Smith na ocasião das sessões de espiritismo às quais o lingüista é convidado a participar pelo psicólogo Théodore Flournoy.

² Saussure ocupa-se inicialmente da poesia latina saturnina mas ele em seguida amplia sua pesquisa à poesia épica, lírica e dramática grega e latina, e depois à prosa latina.

Ainda, os estudos dos textos manuscritos sobre a lingüística geral parecem indicar, segundo certos autores, um Saussure estranho àquele do CLG. Para François Rastier, por exemplo,

o Curso não pode mais ser lido isoladamente. Esse apócrifo assinado tem seus méritos, mas não ilustra de modo algum o pensamento de Saussure : interpretação tendenciosa e lacunar do curso oral, ele substitui um texto ausente. Das notas manuscritas no curso oral, depois do curso transcrito nos cadernos dos estudantes, depois no tratado dito CLG, nós temos três transposições em gêneros diferentes, e para cada um variações hermenêuticas.

Pouco a pouco, a atividade filológica que tem presidido a edição das notas originais e dos cadernos dos estudantes tem permitido não somente estabelecer os textos principais, mas começar a se livrar dos preconceitos sucessivos que restringem sua compreensão (Rastier, 2003 : 25).

Para Simon Bouquet, talvez não seja o Saussure das lendas alemãs ou o Saussure dos anagramas que tenha ficado nas sombras,

ao contrário, pode-se mesmo sustentar que o que durante muito tempo tem permanecido, e que permanece provavelmente ainda, o mais desconhecido em Saussure é precisamente o que parecia o mais conhecido: seu pensamento sobre a 'lingüística geral', escondida na obra de lingüística mais em vista do século XX. [...] Se os textos originais da meditação saussuriana sobre a linguagem e sobre sua ciência, de certo modo apagados como os de um palimpsesto sob as linhas do livro de 1916, não foram descobertos senão lentamente no curso da segunda metade do século XX, é apenas no século XXI que eles se tornam acessíveis, ao mesmo tempo legíveis em sua continuidade e servidos pela

filologia necessária – sua totalidade talvez provisória, sendo além disso enriquecida de um fundo considerável reencontrado em 1996 quando de uma renovação nas despensas do castelo de Saussure em Genebra. Afirmemos então sem embaraços: hoje se desenham, vencendo uma espessa camada de preconceitos, as linhas e os temas de uma reflexão passavelmente desconhecida – esta reflexão se organiza segundo os estratos que o Curso não permitia identificar claramente (Bouquet, 2003 : 11-12).

O eixo de pesquisa que se desenha com esses estudos parece visar a uma reconstituição do pensamento saussuriano sobre a linguagem, a partir das fontes manuscritas, descartando toda referência ao CLG. Quando falamos de Saussure, nos habituamos, a partir dessas pesquisas filológicas iniciadas em 1957, envolvendo os textos do próprio autor, a fazer uma separação entre Saussure ele mesmo, cujo pensamento releva exclusivamente das fontes, e a “vulgata”³, termo que designa em geral a interpretação do CLG “deixando de lado os aspectos confusos, contraditórios ou problemáticos” (Gadet, 1987 : 14). Assim, a vulgata remeteria menos à própria interpretação de Charles Bally e Albert Séchehayé do que a uma certa interpretação do texto por eles redigido, de modo que, seguindo o raciocínio de Gadet, prender-se ao texto do Curso pode não nos condenar à vulgata.

Desconsiderar o Curso e se concentrar unicamente nas fontes manuscritas representa, ao que parece, uma escolha que, de imediato, orienta a pesquisa a uma nova interpretação de Saussure, que se pretende “verdadeira”, uma vez fornecida a partir dos textos originais.

³ Françoise Gadet observa que a expressão aparece pela primeira vez em Lepschy (1967). Segundo Gadet, ela foi depois unânime entre os comentaristas, “que em nome das fontes [manuscritas], se opõem à vulgata. É preciso notar que a vulgata é sempre os outros. Ninguém se diz adotando a vulgata” (Gadet, 1987 : 14).

Neste trabalho, nós não nos situamos no terreno das interpretações. Como afirma Claudine Normand, se Saussure constitui um ponto de retorno, é porque “ele é lugar de debate teórico fundamental sempre atual” (Normand, 1978 : 66-67). Mais exatamente, nosso terreno é o da “história da emergência disciplinar” (cf. Chiss & Puech, 1999). Segundo o ponto de vista de Chiss e Puech, “uma disciplina para se constituir enquanto tal tem vitalmente necessidade de criar uma *temporalidade* que lhe seja própria, que lhe confira a consciência subjetiva, o pólo de identificação do qual ela necessita” (ibid. : 53). Os autores observam que no campo da historiografia, a noção de “disciplina” não tem o mesmo estatuto que as noções de “teoria”, de “saber” ou de “ciência”, ficando em certa medida à margem desse campo de estudo. O ponto de vista disciplinar, sendo “o produto derivado de uma renúncia fundamental aos saberes totalizantes”, implica ao mesmo tempo “uma estratificação do objeto a conhecer e uma articulação mais ou menos fina com o aquilo que ele incumbe a outros campos do saber”. Assim ele obriga o historiador “a um esforço de representação”. A hipótese dos autores é que “essas representações disciplinares não são um momento segundo no processo de constituição dos conhecimentos, mas lhe são associadas” (ibid. : 15-16). A elaboração dessas representações segue uma lógica cuja característica essencial é de ser sócio-historicamente marcada. Assim, a ótica histórica “não parece ganhar ao opor a produção dos conhecimentos à transmissão do patrimônio histórico do qual fazem parte os saberes” (ibid. : 58). Nesta perspectiva, a noção de memória é particularmente importante. Ela “é largamente indiferente ao desenvolvimento linear” e “tria a seu grado na matéria histórica”, ainda “se dá o direito de isolar tal ou tal episódio revelador, de se deter a nós temporais, de ignorar em contrapartida longas seqüências”. De fato,

tratar o objeto histórico no lugar de memória, é dar à Fala ao presente, não como herdeiro do Passado, mas como usuário do passado, sempre suscetível de reanimar os debates que hibernam, reempregar os materiais enterrados. Em síntese, recompor a paisagem em função das necessidades do momento” (Mona Ozouf, 1993 : citado por Chiss & Puech, 1999 : 58).

Com Saussure, estamos, ao que parece, em presença de um pensamento que não se tornou escola. Pensamos igualmente que há na história das idéias lingüísticas uma interpretação de Saussure que se tornou o “estruturalismo” e que se constituiu como um domínio de memória, definido por Foucault como

[...] enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais por consequência nem um corpo de verdade nem um domínio de validade, mas com os quais, se estabelecem relações de filiação, de gênese, de transformação, de continuidade e descontinuidade histórica (Foucault, 1969 : 78).

Nós nos situamos assim sobre o terreno dos debates teóricos, o que justifica nossa escolha de não nos empenharmos na construção de uma nova leitura de Saussure. Segundo o ponto de vista que adotamos, ao contrário,

é preciso [...] aceitar consentir um ouvido complacente e neutro aos discursos que a disciplina tem sobre ela mesma e não se deixar fascinar por uma certa representação da produção dos conhecimentos muito exclusivamente ligadas a uma lógica pontual do conhecimento científico onde primam a simultaneidade, a pontualidade do “momento de conhecimento” único e perpetuamente conservado idêntico a ele mesmo porque definitivamente inscrito em um campo de verdade tido como intemporal (Chiss & Puech, 1999 : 54-55).

Considerando esse ponto de vista, nos perguntamos, então, neste trabalho mais especificamente, sobre a relação entre o estruturalismo, o CLG e Saussure : o estruturalismo é produto do CLG? O CLG é, como sugere Roman Jakobson, um texto inteiramente apócrifo? As fontes manuscritas nos apresentam uma outra posição de Saussure sobre a lingüística propriamente dita? Se é assim, como explicar então uma leitura como aquela de Maurice Merleau-Ponty, que, não tendo tido acesso às fontes manuscritas, e, portanto, não tendo tido como referência senão o CLG, afirma na ocasião de sua lição inaugural no Collège de France em 1953 que:

a união da filosofia e da história revive, como acontece com muitas intuições filosóficas, em pesquisas mais especiais e mais recentes que não se inspiram expressamente de Hegel ou Marx, mas que reencontram seu traço porque elas enfrentam as mesmas dificuldades. A teoria do signo, tal qual a lingüística elabora, implica talvez uma teoria do sentido histórico que passa além da alternativa das coisas e das consciências. A linguagem viva é esta concreção do espírito e da coisa que faz dificuldade. No ato de falar, em seu tom e em seu estilo, o sujeito atesta sua autonomia, pois nada não lhe é mais próprio, e, porém, ele é ao mesmo tempo e sem contradição voltado para a comunidade lingüística e tributária da língua. [...] Há aí uma racionalidade na contingência, uma lógica vivida, uma autoconstituição da qual nós temos precisamente necessidade para compreender em história a união da contingência e do sentido, *e Saussure poderia muito bem ter esboçado uma nova filosofia da história* (Merleau-Ponty, 1953, nós sublinhamos)?

Ainda, considerar o CLG como um texto apócrifo parece, em grande medida, subestimar o interesse de Bally e Séchehaye pelo desenvolvimento de uma teoria da enunciação. Dessa forma, pensamos que considerar o CLG

como um texto inteiramente estranho às fontes manuscritas é uma posição, em grande medida, redutora.

No que diz respeito ao aspecto conceitual, nós nos concentraremos neste trabalho sobretudo na dimensão histórica e social dos fatos de língua e também na relação entre sujeito e língua. Para Calvet, as novas abordagens, se durante um certo tempo foram consideradas capítulos suplementares dos manuais de lingüística geral, irão, todavia, aos poucos, pôr em questão o primado da língua sobre a fala (cf. Calvet in Saussure, 1985 : 512), isto é, a perspectiva saussuriana. Esta posição parece uma evidência para muitos, ainda atualmente. Ora, para nós, a teorização de Saussure representa justamente uma reação contra uma tradição que abstraiu sujeito falante e história do objeto da lingüística, a saber: a gramática histórica e comparada.

Defendemos que o exame da emergência dessas novas abordagens pode nos ajudar a melhor compreender os debates teóricos aí implicados e fornecer explicações referentes às questões postas mais acima. Nossos limites, porém, nos impõem escolhas. Assim, nós nos concentraremos unicamente na emergência da escola francesa de análise de discurso.

Nossa problemática é, portanto, dupla, e consiste 1) no estudo da dimensão histórica e social dos fatos de língua e da relação sujeito/língua em Saussure; 2) no estudo da emergência da escola francesa de análise de discurso e sua relação com a perspectiva saussuriana. Num primeiro momento, nós introduziremos o leitor ao contexto histórico do pensamento de Saussure, procurando reconstituir, sob a luz do próprio período, a problemática em torno das noções de história e sujeito falante. Começaremos assim nosso trabalho abordando a tradição histórico-comparatista, cuja

origem remonta ao ambicioso projeto de Gottfried Wilhelm Leibniz⁴. Como observa Saussure, embora a diversidade geográfica – primeira constatação feita em lingüística – tenha determinado “a forma inicial da pesquisa científica em matéria de língua, mesmo nos gregos [...], coisa curiosa, a ciência passou um tempo enorme para utilizar as constatações desta ordem” (Saussure, 1985 : 262).

Assim, nosso trabalho começa pelo estudo do que Morpurgo Davies denomina “data-oriented linguistics” [lingüística orientada pelo dado], ponto de partida de sua história da lingüística do século XIX. A autora distingue duas tendências nesse período: a gramática filosófica e a “data-oriented linguistics”. A primeira engloba trabalhos de caráter teórico do início do século XIX, ligados em especial à tradição do século XVIII. A segunda, por sua vez, influenciada por Leibniz, refere-se à “nova ciência”⁵ e funda-se sobre análises detalhadas das línguas, classificação genealógica e histórica. Trata-se aí de uma primeira configuração da lingüística enquanto “ciência moderna”. Nesse momento, a concepção do objeto língua acontece sob a égide das ciências da natureza e no que concerne aos fundamentos filosóficos, ao idealismo alemão.

Em seguida, abordaremos a reação contra o paradigma naturalista em lingüística, que se inicia com Whitney e Bréal no fim dos anos 1860 quando de uma discussão em torno da natureza da linguagem. Ainda abordaremos o projeto de Meillet. Em função de nossos limites neste trabalho, deixaremos de

⁴ Leibniz é, segundo Jacob, “o mais anticartesiano dos grandes sucessores de Descartes” (Jacob, 1973 : 45). Seu não-cartesianismo se exerce em dois domínios complementares: o domínio lógico-matemático, de caráter universal; o domínio histórico-lingüístico, prefigurando assim o método comparativo.

⁵ Esta expressão é utilizada por Adrien Balbi (1826), quando o autor se refere ao que “os alemães” chamam “lingüística” (cf. Morpurgo Davies, 1998 : 31).

lado, contudo, os trabalhos de Gaston Paris e Paul Meyer, autores representativos desse período.

A problemática da qual nos ocuparemos no quarto capítulo concerne aos trabalhos dos neogramáticos. Se Whitney e Bréal iniciam um debate de caráter epistemológico relativo à natureza da linguagem, os neogramáticos suspendem um tal debate e se concentram antes no aspecto metodológico. Nós veremos que o ponto culminante desses estudos se configura como um impasse teórico, ao qual responde, em grande medida, a perspectiva de Saussure concernente à lingüística geral.

O quinto capítulo é precisamente consagrado ao estudo da teoria saussuriana. Nossa reflexão toma como ponto de partida, para refutá-la, a evidência ainda hoje significativamente partilhada segundo a qual Saussure teria recalcado a história e o sujeito falante. Nós examinaremos o CLG e os manuscritos de Saussure disponíveis, procurando determinar até que ponto as fontes manuscritas renovam a problemática em torno das noções de história e sujeito falante no pensamento saussuriano.

Finalmente, no sexto e último capítulo de nossa tese, estudaremos a emergência da escola francesa de análise de discurso e seu modo de inscrição no saussurismo, procurando caracterizar a estratégia de leitura de Saussure por Pêcheux.

II. A emergência do paradigma naturalista em lingüística

Um dos aspectos da perspectiva saussuriana é sua oposição ao projeto de uma lingüística autônoma que se desenvolve durante o século XIX, sobretudo com Friedrich Schlegel (1772-1829), Ramus Rask (1787-1832), Jacob Grimm (1785-1863) e Franz Bopp (1791-1867) e que ganha uma forma mais elaborada do ponto de vista conceitual com August Schleicher (1821-1868). Essa oposição à tradição de Schleicher é inicialmente levada a cabo

por William Dwight Whitney, Michel Bréal e mais tarde pelos neogramáticos. Em suas “Notes pour un article sur Whitney” [“Notas por um artigo sobre Whitney”], Saussure afirma:

Alguns iluminados disseram: a linguagem é uma coisa completamente extra-humana, e em si organizada como seria uma vegetação parasita estendida na superfície de nossa espécie.

Outros: a linguagem é uma coisa humana mas à maneira de uma função natural.

Whitney disse: a linguagem é uma *Instituição* humana. Isso mudou o eixo da lingüística (Saussure, 2002 : 211).

As críticas endereçadas à tradição de Schleicher concernem sobretudo à sua concepção da lingüística como uma ciência natural. Saussure, em sua primeira conferência à Universidade de Genebra, em 1891, afirma:

Se o estudo lingüístico de diversas línguas ou de uma só reconhece como objetivo final e principal a verificação e a pesquisa das leis dos procedimentos universais da linguagem, perguntamos até que ponto esses estudos têm seu lugar numa Faculdade de Letras, ou se eles não teriam um lugar igualmente conveniente numa Faculdade de Ciências? Isso seria renovar a questão bastante conhecida suscitada outrora por Max Müller e Schleicher; houve, Senhores, vocês o sabem, um tempo em que a ciência da linguagem estava persuadida ela mesma que ela era uma ciência natural, quase uma ciência física; eu não me dou ao trabalho de demonstrar como era uma profunda ilusão de sua parte, mas ao contrário a constatar que esse debate é encerrado e bem encerrado. À medida que melhor compreendemos a verdadeira natureza dos fatos de linguagem, que estão tão próximos de nós, mas tão difícil a apreender em sua essência, tornou-se mais evidente que a ciência da linguagem é uma

ciência histórica e nada mais que uma ciência histórica (Saussure, 2002 : 148-149).

Entretanto, segundo Michel Foucault (1966), o século XIX representa uma ruptura em relação à idade clássica na medida em que introduz a descontinuidade e, conseqüentemente, a historicidade. Se a gramática geral defendia uma continuidade entre as línguas, com Bopp, Grimm, Schlegel,

vemos que a historicidade se introduziu no domínio das línguas como naquele dos seres vivos. Para que uma evolução [...] pudesse ser pensada, foi preciso que o plano ininterrupto e constante da história natural fosse desfeito, que a descontinuidade das ramificações fizesse aparecer os planos de organização em sua diversidade sem intermediário, que os organismos se ordenassem aos dispositivos funcionais que eles deviam assegurar e que se ligam assim às relações do vivente com aquilo que o permite existir. Da mesma maneira, foi preciso, para que a história das línguas pudesse ser pensada, que nós as desliguemos dessa grande continuidade cronológica que as religaria sem ruptura até a origem (Foucault, 1966 : 305-306).

Foucault afirma ainda:

foi preciso que Saussure contornasse esse momento da fala que foi maior por toda a filologia do século XIX, para restaurar, para além das formas históricas, a dimensão da língua em geral, e reabrir [...] o velho problema do signo, que havia animado todo o pensamento sem interrupção desde Port-Royal até os últimos ideólogos (ibid. : 299).

Dessa forma, Foucault identifica duas grandes linhas no que diz respeito aos estudos da linguagem: uma linha de caráter universalista – a gramática geral – que defende uma continuidade entre as línguas e, desse fato, não leva em consideração a história; uma outra linha – a gramática comparada – em que a continuidade é introduzida. Mas a história nesse domínio não é a história no sentido mais amplo. A ciência lingüística, como afirma Schleicher, “não tem nada de uma disciplina histórica e releva da história natural [...]. Ela não se inclina à atividade do espírito em sua liberdade (a história), mas à linguagem, tal qual dada pela natureza” (Schleicher, 1860 citado por Jacob, 1973 : 121). Na verdade, o conceito de historicidade em que Foucault parece estar pensando concerne a uma “historicidade interna”. O autor afirma:

Uma vez suspensa a história das espécies como seqüência cronológica de todas as formas possíveis, então, o vivente pode receber uma historicidade; da mesma maneira, se não tivéssemos suspenso, na ordem da linguagem, a análise dessas derivações indefinidas e dessas misturas sem limites que a gramática geral supunha sempre, a linguagem não teria sido jamais afetada por uma *historicidade interna* (Foucault, 1966 : 306, nós sublinhamos).

Parece-nos, portanto, que, do ponto de vista de Foucault, ou excluimos a historicidade (é o caso da gramática geral) ou a concebemos à maneira das ciências naturais, pressupondo uma historicidade “interna”. Foucault, entretanto, não faz referência precisamente aqui ao conceito de história mencionado por Schleicher quando de sua definição da filologia em oposição à lingüística, ou seja, como “atividade do espírito em sua liberdade”. Podemos concluir então que para Foucault, Saussure, na medida em que ele restaura a dimensão da língua em geral, descarta uma referência à história – nesse sentido mais precisamente, como história interna.

Se a crítica fizesse referência à ausência de um conceito de história como aquele mencionado por Schleicher em relação à filologia, nós estaríamos, provavelmente, de acordo. Ela faz referência, todavia, a um conceito de história interna como concebido pela tradição de Bopp, Grimm, Schlegel e quanto a isso, para nós, Foucault tem toda razão. Entretanto, a classificação de Foucault é bastante estreita e não reserva espaço para um outro conceito de história, igualmente interna, mas concebido a partir da lingüística enquanto ciência histórica.

Antes de abordar esse conceito de história em Saussure, nós gostaríamos de reconstituir historicamente a emergência dos dois outros conceitos que acabamos de apresentar ou, mais exatamente, o deslocamento de um ao outro. Nós teremos como ponto de partida o que Morpurgo Davies chama “data-oriented linguistics” em que se inscreve a “nova ciência”.

Gostaríamos, para terminar essa nossa introdução do capítulo, de dizer que nos ocuparemos unicamente do contexto alemão. A França conheceu, todavia, uma escola naturalista em lingüística. Honoré Chavée (1815-1877), Abel Hovelacque (1843-1896) e Lucien Adam (1833-1918), se opondo ao grupo formado por Michel Bréal (1832-1915) e Gaston Paris (1839-1903), estavam sob influência do positivismo de Comte e do naturalismo de Schleicher⁶.

⁶ Para a compreensão da situação universitária (e os conflitos) na França, cf. Desmet (1996) e Brunet (2004).

II. 1. Do fato histórico à historicidade da linguagem

Morpurgo Davies (1998) identifica duas tendências no interior da tradição comparatista. Uma primeira tendência, tem como objetivo a exploração da linguagem visando a fatos históricos, por exemplo, onde uma suposta tribo teria vivido, que migrações teriam ocorrido e quando. Trata-se aí de uma abordagem de cunho empirista, que se opõe a qualquer consideração de ordem metafísica. Entretanto, as preocupações visam essencialmente à história dos povos ou eventos, e os fatos lingüísticos, se esses interessam, é porque ajudam a estabelecer fatos históricos. Uma segunda tendência, que se desenvolve inicialmente com Schlegel, está, diferentemente da primeira, particularmente interessada no desenvolvimento da linguagem ela mesma. Assim, enquanto para a primeira tendência, a linguagem é um meio de

conhecimento histórico, a segunda toma a linguagem como objeto de estudos. Trata-se de estudar as línguas, como propõe Bopp, “por elas mesmas” (Bopp, 1833 citado por Jacob, 1973 : 109).

No que concerne à primeira tendência, ela é uma resposta ao intenso e longo processo de gramatização das línguas do mundo, que se inicia no século V d.C., se estendendo até o século XX e pode ser definido como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico, a gramática e o dicionário” (Auroux, 1992 : 65). Essa tradição filológica tem sua origem com Leibniz (cf. em particular Leibniz, 1768), para quem, a comparação das línguas é o melhor método no estudo da história dos povos. Leibniz se interessa sobretudo ao mundo germânico, mas ele compreende igualmente a importância em estender os limites de investigação. O autor se torna, como observa Simone (1998) uma figura quase legendária por suas numerosas pesquisas na Rússia, cujo objetivo é a reconstituição de traços lingüísticos.

Essas pesquisas são encorajadas pelo czar Pedro I (com quem Leibniz tem contatos), fundador da Academia Russa de Ciências (1724), que organiza expedições a domínios marginais do Império, cujo objetivo é a coleta de informações de ordem geológica, zoológica, astronômica, geográfica e lingüística. Um tal empreendimento permitiu a definição da semelhança entre as línguas e particularmente a identificação das famílias húngaro-finlandesa e uralo-altaica.

A coleta de dados é, mais tarde, intensificada pela czarina Catarina II, que concebe em 1784 o projeto de um dicionário universal. Ela estabelece

uma lista de 300 palavras visando à tradução em 200 línguas. Em 1785, esse material e muitos glossários coletados são fornecidos ao naturalista Peter Simon Pallas (1741-1787), engajado na época em uma expedição lingüística e etnográfica. O *Linguarum totius orbis vocabularia comparativa* constitui o resultado. Esse trabalho, como observa Morpurgo Davies (1998), enfatiza a magnitude da diversidade lingüística, obrigando leitores a considerar o problema da linguagem de um ponto de vista mais geral.

Podemos ainda citar outros autores envolvidos nessa primeira tradição comparatista, como James Burnet, Lord Monbodo, Court de Gébelin, o abade Lorenzo Hérvas y Panduro, Johan Christoph Adelung, Johan Severin Vater, Adriano Balbi. Auroux e Horde (1992) vêem nessas séries

uma tendência geral para inverter o movimento centrífugo produzido pela gramatização das línguas do universo. Trata-se de juntar os dados dispersos e de compreender o fenômeno da linguagem cuja diversidade crescente das línguas conhecidas perturba a representação unificada que dava a gramática latina mais ou menos estendida (Auroux e Horde, 1992 : 539).

Esses trabalhos partilham um mesmo interesse pela linguagem, a saber: o interesse histórico. Hérvas (1735-1809), por exemplo, está convencido de que as línguas são as evidências mais interessantes para o estudo da história e sobretudo da pré-história das nações. Adelung (1732-1806), por sua vez, quer contribuir, através do estudo das línguas, ao saber histórico e ao inventário dos parentescos e origem de diferentes povos (cf. Adelung 1806-1817). O fragmento seguinte da “Introdução ao Atlas etnográfico do globo” (1826), de Balbi (1782-1848) é ilustrativo dos interesses do filólogo:

Um filólogo quer ele *determinar o parentesco de uma nação com outra?* Ele percorre o vocabulário dos dois idiomas respectivos, e se ele percebe que palavras tais como aquelas que exprimem as principais partes do corpo humano, os primeiros graus de parentesco, os astros, os principais fenômenos da natureza, e os primeiros nomes de números são idênticas, ou sensivelmente parecidas, ele deduzirá que as duas nações derivam de uma mesma origem; se elas são inteiramente diferentes, que elas pertencem a duas famílias ou origens diferentes. Quer ele *saber de que povo tal ou tal nação recebeu sua civilização?* Ele examina as palavras de seu vocabulário que exprimem os animais domésticos, os metais, as frutas e as plantas econômicas, os instrumentos do arado e outras coisas parecidas, aquelas que designam as idéias morais e metafísicas, aquelas que se remetem às divindades, aos sacrifícios, às festas, às dignidades, ao governo, à guerra, à legislação, ao comércio, à navegação, à literatura e às ciências; ele as compara com as palavras correspondentes em outras línguas e se são idênticas ou parecidas ele deduz que esta nação recebeu sua civilização primitiva, sua religião, seu sistema político ou sua literatura de tal ou tal outra. É desta maneira, e não de outra, que passando de um fato a outro, ele pode, sem receio de se enganar, *preencher as lacunas dos anais das nações e remontar mais alto e às vezes mais seguramente às tradições mais antigas* (Balbi, 1826 : xliiiij, nós sublinhamos).

John Jamieson (1759-1838), em seu *The radical affinities of the Greek and Latin languages to Gothic* [A radical afinidade das línguas latina e grega com o gótico] de 1814, conclui dificilmente o parentesco entre duas línguas a partir de critérios exclusivamente lingüísticos. Trata-se aí de uma característica desses estudos que, muito raramente distinguem os dados relativos às línguas dos dados relativos às características étnicas.

O desenvolvimento dessa tradição permitirá, todavia, a tomada de consciência da existência de um funcionamento próprio à linguagem, implicando um deslocamento de perspectiva fundamental e, se antes, as línguas constituíam um meio de conhecimento histórico, elas irão se tornar mais tarde objetos de estudo, relevando de uma ciência inteiramente à parte⁷. A teorização do novo objeto dar-se-á a partir do ponto de vista das ciências naturais e do romantismo alemão, então em voga nesse período. Nesse contexto epistemológico, a língua será apreendida como sendo um organismo vivo. Trata-se, inicialmente, de uma metáfora que, todavia, terminará, como veremos, por ser tomada ao pé-da-letra, tendo como defensor mais entusiasta Schleicher.

Segundo Auroux, os estudos lingüísticos conhecem então uma nova estrutura teórica, e não novos fatos. O autor transpõe a análise de Koyré, relativa ao nascimento da física galileana, aos estudos lingüísticos:

A. Koyré mostrou outrora que o nascimento da física galileana não foi devido à descoberta de um fato novo, mas à aparição de uma nova estrutura teórica que permitia, certo, considerar fatos não conhecidos, mas sobretudo de interpretar de outro modo os fatos já conhecidos. Essa abordagem vale *mutatis mutandis* para as ciências da linguagem (Auroux e Horde, 1992 : 541).

⁷ Em geral, atribui-se aos irmãos Schlegel, a Rask, Bopp, Grimm a origem desse deslocamento de perspectiva (cf. Mounin, 1967; Robins, 1976). Entretanto, é preciso observar que “menos conhecido é o fato segundo o qual o método comparativo do modo como aplicado ao indo-europeu por Bopp em 1816 havia sido aplicado à família fino-húngaro, através do trabalho de acadêmicos húngaros no fim do século XVIII. [...] Sajnovics (1770) mostrou a relação entre o húngaro e o lapão, empregando o método da comparação gramatical que estava para ser aplicado por Gyarmathi ao Fino-húngaro quanto o dado permitisse” (Gulya, 1974: 267).

Não se trata, para Auroux, de uma ruptura com a gramática prescritiva, descritiva ou geral; esses estudos continuam a se desenvolver. A ascensão da lingüística naturalista é, com efeito, “uma transformação no *interior* da tradição – ou se quisermos do ‘paradigma’ – histórico-comparativa, as outras formas de conhecimento lingüístico pertencendo a um outro e continuando sua vida própria” (*id.*).

Em função de nossos objetivos, abordaremos aqui apenas alguns aspectos essenciais dessa tradição, como 1) a natureza do novo objeto, a língua, que será considerada, como veremos mais abaixo, como um organismo vivo, de onde uma certa concepção da história será elaborada; 2) a constituição da disciplina e sua ruptura com a filologia, o que não será definitivamente estabelecido senão com Schleicher. Não nos ocuparemos assim da passagem de um estudo comparatista para um estudo histórico-comparatista, que se dá com Grimm, quando do desenvolvimento disso que a posterioridade vai designar com o termo de “leis fonéticas”. Se essa discussão não nos ocupa, é porque nosso enfoque se restringe à questão da concepção organicista da língua, que conduz nesses autores, sejam eles comparatistas, histórico-comparatistas, a uma certa concepção teleológica da história, o que veremos mais abaixo. Antes, abordaremos a questão da metáfora do organismo.

II. 1.2. A metáfora do organismo

Como afirmamos mais acima, a nova ciência, uma vez tendo identificado seu objeto, isto é, a língua nela mesma e por ela mesma, e assim se demarcando da filologia, vai teorizá-lo a partir das ciências dominantes, ou

seja, a partir das ciências naturais. A língua será então considerada como um organismo.

Em sua introdução ao *Crátilo* de Platão, Jowett afirma:

Mas ele não sabe que a linguagem é um organismo natural. As linguagens não são criadas, mas crescem; elas se fazem crescendo, se enchendo de vida, como uma planta ou uma flor; elas podem também ser cultivadas e melhoradas; elas se estimulam umas as outras (Jowett, 1871 citado por Utaker, 2002 : 43).

A gramática comparada constitui assim uma esperança para a resolução de um problema que não havia até então senão suscitado soluções especulativas. Ernst Renan (1823-1892) rende homenagem a Schlegel, Bopp, Humboldt, Grimm e Burnouf por terem concebido “a ciência experimental da linguagem”:

Em lugar de proceder como a antiga filologia por aproximações artificiais e puramente exteriores, tomamos a linguagem como um todo orgânico, dotada de uma vida própria: procuraremos a lei dessa vida; reconhecemos em cada família de língua uma vegetação assujeitada a leis uniformes. O problema da origem da linguagem não havia podido receber senão soluções materiais e grosseiras, na medida em que considerávamos cada língua como um agregado inorgânico; à formação do qual não havia presidido nenhuma razão anterior (Renan, 1848 : 86-87).

Segundo Max Müller (1861), a metáfora do organismo marca um corte instaurado através da análise do sânscrito, entre os antigos e modernos

comparatistas. Apresentando um balanço da pesquisa comparatista, Müller indica o interesse da utilização de uma tal metáfora, interesse que, para Normand, é epistemológico. Müller afirma:

Os diferentes idiomas pareciam saltar ao flutuar como ilhas no oceano da linguagem humana; eles não se aglomeravam por se formar em mais vastos continentes. Trata-se de um período bastante crítico na história de toda ciência, e se não tivesse acontecido um feliz acidente que, como uma faísca elétrica, fizesse cristalizar em formas regulares todas essas flutuações, é mais do que duvidoso que essas longas listas de línguas e de dialetos enumerados e descritos nos trabalhos de Hérvas e de Adelung tivessem podido continuar a mover por muito tempo o interesse dos filólogos. Essa faísca elétrica foi a descoberta do sânscrito (Müller, 1861: 172-173).

O primeiro serviço que a descoberta do sânscrito pode fornecer ao estudo da classificação das línguas foi portanto de impedir os sábios de se contentarem, como eles o fizeram até então, de uma certa afinidade vaga e geral e de precisarem os diversos graus de parentesco existentes entre os diferentes membros de uma classe. Em lugar de classes de línguas, ouvimos falar, pela primeira vez, em famílias determinadas (ibid. : 210).

Mounin observa que a palavra-chave da nova ciência é menos *sistema* que *organismo*. Como afirma Normand (1976), a preocupação dominante da lingüística foi então e por muito tempo a genealogia, considerada como explicação suprema, para além da descrição, ao menos aquela das primeiras pesquisas, já ultrapassadas.

A noção de *organismo* se opõe nesse contexto histórico àquela de *mecanismo*. Entretanto, como observa Judith Schlanger, essas noções podem

remeter a características inteiramente contrárias. Mas isso não quer dizer que todo enunciado pode trazer um sentido qualquer. Assim, a autora afirma:

há contradição e não arbitrariedade. As reflexões contraditórias se desenvolvem no mesmo espaço argumentativo. Aqui é quase indiferente que o caráter pelo qual procuramos distinguir o organismo da máquina seja atribuído alternativamente a um ou outro termo da relação. O que é muito mais importante, é que o campo de reflexão seja o mesmo, no que o caráter distintivo é procurado nos dois casos do lado das relações da parte com o todo (Schlanger, 1971 : 49).

Assim, a oposição entre essas duas noções pode ser compreendida “não mais como uma categoria decisiva no nível da definição, mas como um aspecto da linguagem do organismo em suas funções polêmicas” (id.).

A antítese se dissipa portanto como categoria fundamental e tipológica para reencontrar seu sentido em uma perspectiva histórica. Para G. E. Stahl (1706), o *mecânico* remete ao casual enquanto que o organismo é organizado em função de uma finalidade. Stahl ilustra seu uso dos dois termos da seguinte maneira: o mecanismo é assimilado a um curso d’água cuja direção está submetida aos acidentes de terreno. Assim que ele é submetido à indústria humana, em suas intenções e para os fins sociais, não se trata mais de mecanismo mas de organismo, que nesse caso remete a “órgão”, e, conforme a etimologia, a “instrumento”. Para F. Schlegel, o termo tem outro sentido: trata-se de opor o vivo ao relógio, artificial, morto. A relação entre o Criador e a natureza não é aquela do fabricante ao seu produto, antes, do jardineiro ao seu jardim, mas não o jardim *décor*, manipulado, mas do jardim do campo, “ambiente campestre do bem-estar de infância e de poesia” (Schlanger, 1971 : 51).

Trata-se aí de um novo traço, na medida em que, para o pensamento clássico, o relógio constitui um modelo de racionalidade. Nos séculos XVII e XVIII, o termo remete à idéia de produção de uma vontade. Mas quando

nós polemizamos contra o relógio, é que ele deixa de ser considerado como um produto intencional, como um produto racional: nós o opomos então como uma carapaça exterior e inerte à atividade espiritual do vivo. A polêmica contra o relógio é sempre uma crítica confusa à essência da finalidade racional (ibid. : 51).

de onde a recusa de uma noção de história no que diz respeito ao novo objeto, a língua, como relevando da atividade livre do espírito e a concepção de uma historicidade interna.

A partir do modo de expressão das “idéias acessórias”, ou seja, as idéias que “servem para determinar a significação de uma palavra”, que podem ser: “1) por flexões, isto é, pelas alterações interiores de seu radical; 2) pela adição de uma palavra própria que enunciava já antes e em si mesma a multitude, o tempo passado, uma necessidade futura ou outra relação do mesmo gênero” (Schlegel, 1808 : 51), Schlegel propõe duas grandes classes de língua: as línguas flexionais e as línguas afixos. Para o autor, o termo “orgânico” não caracteriza senão as línguas a flexão. A esta categoria se opõem as línguas afixos, cuja composição se dá, segundo o autor, por agregação mecânica das palavras de modo que a raiz resta “imutável” e “estéril”. Seu irmão, A. W. Schlegel, escreve: “poderíamos chamá-las [as línguas à flexão] de línguas orgânicas, porque elas encerram um princípio vivo de desenvolvimento e de crescimento e porque elas têm, se posso me exprimir assim, uma vegetação abundante e fecunda” (A. W. Schlegel, 1818

citado por Schlanger, 1971 : 126). As línguas a flexão estão exclusivamente relacionadas com o sânscrito e, tendo em vista sua característica “viva”, foram consideradas como línguas superiores. Para F. Schlegel, esses dois tipos não se entrecruzam e são inteiramente independentes. Segundo o autor, a perfeição se encontra no sânscrito, a língua mais antiga.

Esse ponto constitui um objeto de diferença entre F. Schlegel e J. Grimm. Este último sustenta a idéia de um processo cíclico de perdas e recriações de inflexões. Se para F. Schlegel a lacuna entre as línguas a flexão e as línguas a afixo é intransponível, para J. Grimm todas as línguas apresentam um desenvolvimento análogo.

Quanto a Bopp, se ele afirma que “as línguas devem ser consideradas como corpos naturais orgânicos que se formam segundo leis definidas e, comportando um princípio de vida interna, se desenvolvem e depois pouco a pouco deperecem” (Bopp, 1827 citado por Auroux, 2000 : 159), para Auroux, diferentemente do que pensam Arens (1969) e Koerner (1975), a concepção da língua como organismo é estranha ao autor, de modo que a posição de Delbrück (1882) parece mais provável. Para ele, a referência à idéia de organismo em Bopp não passa de uma simples metáfora. Seu espírito positivo, de fato, o impede de participar desse debate. Se ele parece aceitar esse ponto de vista quase místico no início, suas análises põem em questão a organicidade da flexão. Em 1816, o autor ainda assume que parte das inflexões nasce organicamente por alterações espontâneas ou crescimento da raiz, enquanto que outra parte nasce da composição entre raízes. Quatro anos mais tarde, o termo *orgânico* faz referência apenas à reduplicação e alternância vocálicas, enquanto a origem de todas as outras inflexões está ligada à aglutinação. Bopp termina, entretanto, finalmente por considerar até mesmo

as alterações vocálicas como determinadas mecanicamente (cf. Morpurgo-Davies, 1998).

Segundo Foucault, essa divergência não é significativa na constituição da filologia. O que parece importar é que “as sílabas primitivas não crescem (por adjunção ou proliferação interna) sem um certo número de modificações regradas no radical” (Foucault, 1966 : 297). O que não é o caso no século XVIII, quando praticávamos as classificações hierárquicas e não esses critérios de organização interna da gramática comparada.

A metáfora do organismo tem seu apogeu na segunda metade do século XIX, com Schleicher e Müller. Para Schleicher, “as línguas são organismos naturais que, fora da vontade humana e segundo leis determinadas, nascem, crescem, se desenvolvem, envelhecem e morrem” (Schleicher, 1863 citado por Schlanger, 1971 : 130). Segundo o autor, a ciência lingüística, dessa forma,

não tem nada de uma disciplina histórica e releva da história natural. Ela não tem por objeto a vida espiritual dos povos, a história (no sentido mais amplo), mas a linguagem e não outra coisa; ela não se inclina à atividade do espírito em sua liberdade (a história), mas à linguagem, tal como ela é dada pela natureza, submetida a leis invariáveis de formação e cuja constituição é tão estranha à determinação voluntária do indivíduo que o canto do rouxinol o é às intenções do cantor (Schleicher, 1860 citado por Jacob, 1973 : 121).

A partir da classificação de Schlegel, Schleicher adota o modelo do desenvolvimento lingüístico segundo o qual as línguas começam a declinar desde o momento em que elas chegam à última fase, concebida como uma

fase de perfeição. O autor considera dois períodos descontínuos: durante o primeiro (o período pré-histórico), as línguas crescem e se desenvolvem; durante o segundo (o período histórico), é o contrário que acontece: as línguas são submetidas a um processo de destruição e decadência.

Para Schleicher, portanto, como observa Auroux, o que aproxima o domínio do vivo às línguas é que essas são igualmente determinadas por uma necessidade interna, abstração feita de toda intervenção da liberdade humana, ou do divino.

II. 2. A historicidade da linguagem contra o fato histórico

Um deslocamento se produz, portanto: do fato histórico à historicidade da linguagem, uma historicidade interna; trata-se aí de conceber a história como história natural. Antes de Schleicher, Grimm já era consciente da tensão entre filologia e lingüística. Em 1840, o autor esboça uma distinção entre um estudo da linguagem visando à compreensão dos textos e um estudo da linguagem *per se*, que pretende depreender leis e regularidades fundamentais para além das anomalias superficiais. Grimm denomina um tal estudo “Zergliedernde” [“dissecar”] porque ele “disseca” o organismo da linguagem. Trata-se de um estudo comparativo à maneira da anatomia comparada cuja evidência não se encontra somente na poesia mas igualmente no mais simples dialeto (cf. Morpurgo Davies, 1998 : 139). Entretanto, como nota Morpurgo Davies, Grimm jamais abandonou o ponto de vista segundo o qual linguagem, literatura, direito, costumes, crenças, folclore são expressões da cultura nacional, refletindo seu desenvolvimento, o que conduz o autor ao estudo de aspectos semânticos e culturais da linguagem, ignorados por outros. Grimm parece assumir uma posição um tanto ingênua segundo a qual haveria um

vínculo direto não somente entre a história das palavras e o desenvolvimento histórico e cultural da nação, mas também entre o desenvolvimento de aspectos mais estruturais da linguagem e aquele concernente à cultura num sentido mais amplo.

Quanto ao trabalho de F. Schlegel, intitulado *Ueber die Sprache und Weisheit der Inder* [*Ensaio sobre a língua e a filosofia dos indianos*] (1808), ele se compõe da seguinte maneira: uma primeira parte sobre a linguagem; uma segunda em que o autor analisa idéias filosóficas e religiosas da cultura e filosofia da Índia; uma terceira, apresentando considerações sobre as migrações dos povos, que ele conclui enfatizando a importância dos estudos da linguagem e literatura orientais; e finalmente uma quarta e última parte consagrada a uma antologia de traduções novas do sânscrito.

Nesses autores, a tensão entre a filologia e a lingüística parece não resolvida e a historicidade interna da linguagem se entrecruza com os fatos históricos.

O século XIX apresenta dois grandes projetos de uma lingüística autônoma cujas direções são bastante diferentes: de um lado, temos o projeto de Wilhelm von Humboldt (1767-1835); de outro, aquele de August Schleicher. Este último representa, do nosso ponto de vista, o ponto culminante da tradição que se desenvolve com Schlegel, Rask, Bopp e Grimm. O projeto de Humboldt, por sua vez, se inscreve em outra tradição. Segundo a análise de Trabant (1990), as idéias de Humboldt sobre esse tema são fundadas no princípio de Kant exposto na terceira Crítica segundo o qual as altas faculdades do espírito têm uma autonomia própria. Para Normand, em Humboldt “se desenvolve abertamente uma filosofia da linguagem

implicando uma concepção teleológica da História, como produção livre dos indivíduos (ou das nações) no movimento incessante da vida” (Normand, 1976 : 80) e a linguagem constitui um organismo auto-produtor: “nela mesma, a língua é não um trabalho feito (Ergon) mas uma atividade em processo (Energeia)” (Humboldt citado por Normand, 1976 : 80).

II. 2.1. Schleicher e a constituição da “glótica”

Em *Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht* [*Das línguas da Europa numa perspectiva sistemática*] (1850), Schleicher efetua uma demarcação clara quanto aos estudos da linguagem: ele separa a *Linguistik*; ciência natural, da *Philologie*, disciplina histórica. O autor reafirma a mesma distinção em 1860 em seu trabalho *Die deutsche Sprach* [*Da língua alemã*]. Neste último, ele introduz o termo *Glottik* para designar a nova ciência (cf. em particular Koerner, 1982). Segundo Schleicher,

Essas disciplinas [a ciência da linguagem ou glótica] são freqüentemente designadas por outros nomes. A aparição de “comparação de línguas” é tão ruim quanto aquela de “comparação de plantas” para designar a botânica. “Lingüística” (*Linguistik*) é derivado de “lingüista” (=gloticista) por meio de “u” sufixo greco-latino, originalmente – ikos – aumentado de uma desinência, grega à origem, como em latim tardio “psalmiste” é tirado de “psalmus” e, em francês, “dentiste” de “dent”, “journaliste” de “journal” et “artiste” de “art”, etc. Lingüística (e lingüista) é portanto um termo de formação moderna e um tanto bárbara; também repugna ao gloticista. “Pesquisa lingüística” (*Sprachforschung*) designa a atividade e não o objetivo dessa ciência (Schleicher, 1860 citado por Jacob, 1973 : 123).

No capítulo intitulado *Da ciência da linguagem*, nessa mesma obra, Schleicher estabelece alguns elementos fundamentais: a separação entre glótica e filosofia; a delimitação do objeto e a tarefa da filologia e da glótica; as subdivisões da glótica; a definição do método próprio à ciência da linguagem, como à filologia.

No que diz respeito ao primeiro ponto, Schleicher afirma: “da ciência da linguagem (do grego *glôttá*, a língua – o órgão corporal), é preciso separar antes de mais nada a filosofia da linguagem, da mesma maneira que separamos a filosofia da natureza da ciência da natureza”. O objeto da filosofia da linguagem é um objeto abstrato, enquanto que aquele da glótica é concreto, as línguas dadas. A filosofia da linguagem “relewa portanto de uma outra esfera de atividade espiritual que a ciência da linguagem; ela não constitui uma parte dessa, ela relewa da filosofia” (Schleicher, 1860 citado por Jacob, 1973 : 120).

Quanto à filologia, “há uma diferença fundamental na maneira pela qual o filólogo e o glotocista apreendem a língua” (ibid. : 121). Enquanto a filologia é uma ciência histórica cuja tarefa constitui a apreensão e a interpretação da vida espiritual dos povos ou dos grupos étnicos que têm representado um papel significativo, a ciência da linguagem relewa da história natural na medida em que seu objeto é a língua definida como um organismo natural.

Nós vimos com Foucault (1966) que o século XIX rompe com a idade clássica, introduzindo a descontinuidade. Se como sustenta Foucault, o século XIX introduziu a dimensão do tempo, instaurando o regime da historicidade, deslocando ainda os estudos sobre a linguagem de um eixo filosófico para um

eixo empírico, trata-se de um conceito de historicidade do ponto de vista das ciências naturais – à exceção de Humboldt –, cujo objeto se move sob as imposições da natureza. Referindo-se a J. Grimm, Foucault afirma:

Os caminhos da história se encontram prescritos; e no lugar das línguas serem submetidas a essa medida externa, a essas coisas da história humana que deviam, para o pensamento clássico, explicar suas mudanças, elas detêm elas mesmas um princípio de evolução. Lá como alhures, é a “anatomia” que fixa o destino” (Foucault, 1966 : 300).

Esse conceito de historicidade se opõe ao contingente, assim como à história humana como produção livre dos indivíduos na medida em que a linguagem é assimilada a um organismo vivo, e a lingüística, considerada uma ciência natural. Podemos todavia argumentar num sentido contrário a esse de Foucault, vendo aí o apagamento da história como contingência, de modo que a tradição naturalista reencontra na historicidade interna da língua uma certa idéia de continuidade.

III. A tradição histórica: Whitney e Meillet

No capítulo anterior nós abordamos a emergência do paradigma naturalista em lingüística, que representa uma primeira configuração da lingüística científica, no sentido moderno. Essa tradição se desenvolve a partir de uma primeira geração de comparatistas para quem a linguagem constitui um meio para o conhecimento histórico. Trata-se do domínio da filologia. Os filólogos, comparando textos de diferentes línguas, percebem a existência de uma ordem própria da linguagem e fazem dela objeto de estudo de uma ciência à parte, a lingüística, ou glótica, para retomar a terminologia de Schleicher. O desenvolvimento das ciências naturais e o romantismo alemão em pleno apogeu são decisivos na constituição do novo objeto: a língua é então considerada como um organismo vivo, cujo estudo releva das ciências naturais.

Neste capítulo, tentaremos reconstituir a reação contra o paradigma naturalista, nos limitando a dois lingüistas: o americano William Dwight Whitney (1827-1894) e Antoine Meillet (1866-1933). O projeto desses autores se inscreve no paradigma histórico.

No que diz respeito a Whitney, escolhemos trabalhar com três trabalhos: seu primeiro livro portado sobre a lingüística geral, intitulado *Language and the study of language [A linguagem e seu estudo]*, que data de 1867; seu artigo de 1871, “Strictures on the views of August Schleicher respecting the nature of language and Kindred subjects” [“Críticas às visões de August Schleicher sobre a natureza da linguagem e assuntos afins”] e *La*

vie du langage [A vida da linguagem], de 1875. Quanto a Meillet, nos ocuparemos do segundo tomo de *Linguistique historique et linguistique générale* [Lingüística histórica e lingüística geral], que consiste numa coletânea de artigos publicada em 1936.

Advertimos ao leitor que nossa escolha é necessariamente restrita e deixa de lado, por exemplo, Michel Bréal (1832-1915), Gaston Paris (1839-1903), Paul Meyer (1840-1917), personagens, todavia, fundamentais nessa reação contra o paradigma naturalista. Diremos apenas que, se opondo a Honoré Chavée e Abel Hovelacque, esses lingüistas procuraram igualmente trazer a linguagem para o domínio histórico-social. Bréal publica, um ano após o trabalho de Whitney de 1867, seu livro intitulado *Les idées latentes du langage* [As idéias latentes da linguagem] em que ele sustenta o ponto de vista segundo o qual o pensamento intervém no processo da fala. Em seu *Mélanges de mythologie et de linguistique* [Miscelâneas de mitologia e lingüística], datando de [1866] (1877), o autor censura Schleicher, mas também Bopp, por terem eles considerado que a linguagem obedece a leis naturais, como se ela fosse um quarto reino da natureza. Em relação a Gaston Paris e Paul Meyer, esses são autores representativos da geografia lingüística.

III.1. A reação de Whitney

Em seu artigo de 1871, Whitney, se opondo à tradição de Schleicher, analisa e critica dois textos do lingüista alemão, a saber: “Die Darwinsche Theorie und die Sprachwissenschaft” [“A teoria darwiniana e a ciência da linguagem”]; publicado em 1863, e “Ueber die Bedeutung der Sprache für die Naturgeschichte des Menschen” [“Da importância da linguagem na história natural do homem”], publicado dois anos mais tarde.

O primeiro texto é uma carta aberta a Häckel, que persuadiu Schleicher a ler *Origin of species* [*A origem das espécies*] de Darwin. Para Schleicher, observa Whitney, trata-se simplesmente “do próximo passo natural e inevitável em direção à ciência zoológica – de fato, o análogo ao que já havia sido feito na ciência lingüística” (Whitney, 1871 : 36). As críticas de Whitney em relação a esse primeiro artigo de Schleicher giram em torno de duas idéias fundamentais da lingüística naturalista. Segundo o lingüista americano, pensar que as línguas não são determinadas pela vontade humana e que seu crescimento e mudança estão em função de leis invariáveis constitui uma apreensão equivocada do objeto:

Se desejarmos entender as forças que estão agindo na linguagem, nós devemos estar dispostos a examinar suas operações em detalhe estreito e prosaico, não se contentando em permanecer admirado antes de seu resultado coletivo. [...] Se eu desejo afirmar se uma certa pirâmide é o trabalho da arte humana, ou, antes, um estupendo cristal natural, indeterminável pela vontade humana, e desenvolvido sob o governo de leis eternas de solos regulares, vejo como ela é feita em suas partes, e se ela é composta de pedras independentes, considerando as marcas das ferramentas humanas, e aparentemente postas juntas por mãos humanas; eu não permaneço à distância e me pergunto sobre sua regularidade e imensidão, contrastando-os com as forças medíocres dos homens para

quem chegar ao seu cume pode ser exaustivo. Que nenhum homem possa fazer uma linguagem, não mais do que ele pode fazer uma pirâmide; que nenhum homem, sem ajuda, possa fazer seja qual item da linguagem, não mais do que ele pode mover ou pôr no lugar uma das pedras da pirâmide; que nenhum homem, ou nenhuma geração de homens pode afetar o presente da língua exceto se eles têm seu passado atrás deles, não mais do que eles podem deitar a última pedra sem uma construção sob eles, é suficientemente óbvio; apenas, tão longe quanto eu possa julgar, essas e outras como essas têm sido as considerações que têm levado pessoas à negação da agência humana na linguagem; - para o propósito igualmente razoável de refutá-la na pirâmide, eu não lembro de tê-los visto citado (Whitney, 1871 : 38).

[Schleicher] rejeita o genuíno método científico, que é estudar todo o fenômeno que cai sob observação imediata, com as forças que ele envolve e refletir com precaução [...], sempre fazendo devida concessão para as mudanças de circunstâncias, mas nunca postular desnecessariamente uma nova força. Não há um vestígio de característica científica em seu dogma fundamental; ele é digno apenas do estágio mitológico do estudo lingüístico, quando os homens eram acostumados a cobrir fatos óbvios numa fraseologia obscura e fantástica, e assumir causas *quasi*-pessoais em relação a efeitos que são realmente devidos a trabalhos secundários de agências óbvias e do cotidiano (ibid. : 49).

Se o fenômeno da mudança é uma característica das línguas, não se trata de explicá-lo, para Whitney, segundo leis invariáveis da natureza. Como acabamos de ler, trata-se de um dogma de Schleicher, que não consegue provar sua hipótese. Segundo Whitney,

Se a ação voluntária dos homens tem alguma coisa a ver com fazer e mudar a linguagem, então a linguagem não é um organismo natural, mas um produto humano. E se essa ação é a única ação que faz e muda a

linguagem então a linguagem não é de modo algum um organismo natural e nem seu estudo, uma ciência natural (ibid. : 37).

Whitney explica, assim, o fenômeno da mudança a partir de uma via radicalmente oposta ao naturalismo de Schleicher: a ação ou vontade humana. Nesse artigo de 1871, o lingüista americano apresenta quatro categorias de mudança: 1) as mudanças de sentido; 2) as mudanças na forma das palavras; 3) as produções de novas palavras e formas; 4) a perda de palavras ou frases, seu desuso e desaparecimento. Para cada uma dessas categorias, a ação humana é sempre o elemento explicativo: “As línguas [...] longe de serem organismos naturais, são produtos gradualmente elaborados da aplicação por seres humanos de meios para fins, da divisão de signos pela qual concepções podem ser comunicadas e a operação do pensamento continuada” (Whitney, 1871 : 50). Mas de que ordem é essa vontade humana?

Ao abordar da primeira categoria de mudança, Whitney toma como exemplo a história do verbo *have* (*ter*) e afirma que “do tempo em que ele significava posse apenas, ao tempo em que ele se tornou, em parte, um mero signo de ação completa”, observamos “uma mudança lenta de uso, através da qual os falantes de inglês [...], sem ter consciência do que eles estão fazendo, ou trabalhando reflexivamente em direção a um determinado fim, converteu uma coisa na outra”. Por “sem ter consciência”, o autor entende:

Nós dizemos às vezes que tais palavras mudam na boca das pessoas, sem o conhecimento dos falantes; mas nós sabemos, ao mesmo tempo, que nós estamos apenas falando figurativamente, do mesmo modo pelo qual dizemos que a moda muda ela mesma, uma lei ou uma opinião popular” (ibid. : 41).

O caráter essencial da linguagem, para Whitney, é que ela constitui uma *instituição humana* entre outras. Segundo o autor,

se temos que dar à linguagem um nome que deve trazer seu caráter essencial mais distintivamente e claramente, e até mesmo contra aqueles que fariam dela um organismo, chamá-la-emos uma INSTITUIÇÃO, uma das instituições que compõem a cultura humana” (ibid. : 51).

No que diz respeito à afirmação de Schleicher do caráter invariante das leis da linguagem, Whitney chama a atenção para o sentido do termo *lei*:

O que chamamos “leis” tem seu traço por toda parte, na ação de indivíduos e de comunidades, no progresso da cultura e história humanas, como na mudança da natureza física; o termo é usado, certamente, em mais de um sentido, como designando generalização e inferia causalidades de caráter um tanto diverso; mas por essa razão, um exame de perto é necessário em cada caso particular em que o governo da lei é reivindicado” (ibid. : 49).

Para ilustrar seu ponto de vista, Whitney compara dois casos: 1) o ovo em uma incubadora se torna uma galinha; 2) o algodão, numa indústria, se torna uma peça de roupa. Há para o autor uma analogia manifesta entre esses dois casos, em que a presença de leis existe, seja no primeiro caso, seja no segundo. Entretanto, ao observarmos uma fábrica de roupas, não nos satisfazemos em assumir que a roupa é apenas um produto físico, e um organismo, porque a galinha o é. Seria a opinião de Schleicher, mas “uma pesquisa sem muito preconceito e de bom senso aplicada à linguagem basta para nos mostrar que as leis sob as quais sua tão chamada vida se passa são essencialmente diferentes daquelas que determinam o desenvolvimento de

organismos vivos” (ibid. : 49-50). De fato, “toda lei da fala tem sua fundação e razão em seu usuário – em suas operações mentais, suas capacidades, suas circunstâncias, naturais e históricas, e em suas habilidades, os efeitos concretos e acumulados de todo o resto” (ibid. : 50).

O segundo texto de Schleicher analisado e criticado por Whitney é, lembramos o leitor, *On the importance of language for the natural history of man* [Da importância da linguagem para a história natural do homem], de 1865. Segundo Whitney, Schleicher, nesse artigo, se defende da acusação segundo a qual ele não teria demonstrado suficientemente sua teoria da língua como um organismo vivo. Entretanto, como denuncia o lingüista americano, Schleicher, “se consciente disso ou não, mudou completamente seu campo [de investigação]” quando de sua demonstração. Se “as diferenças materiais das estruturas das quais as diferenças de linguagem em diferentes indivíduos dependem nunca foram anatomicamente demonstradas, e elas podem mesmo ser muito sutis para demonstração” (ibid. : 52), isso não quer dizer, segundo Schleicher, que elas não sejam reais. A linguagem, sendo o “sintoma audível da atividade de um complexo de relações materiais na formação do cérebro e dos órgãos da fala, com seus nervos, ossos, músculos, etc.”, é como a luz em relação ao sol, ou seja, sua manifestação. Whitney interpreta uma tal posição como uma mudança de terreno:

Um organismo natural, que cresceu e se desenvolveu por meio de forças inerentes, e sob leis fixas, através de uma sucessão de idade, é uma coisa; um sintoma ou manifestação de uma diferença estrutural, que, falando filosoficamente, pode ser considerada aquela diferença mesma, no mesmo sentido [...] em que a luz é o sol, é outra coisa, bem diferente: uma é um ser, a outra uma função; uma é um ator, ou ao menos uma agência, a outra um ato ou efeito. Todas as inferências [...] que o

Professor Schleicher fundou em sua doutrina anterior são virtualmente abandonadas; não se pode fazer a história de uma função provar a transmutabilidade das espécies animais e vegetais (ibid. : 52).

Para o lingüista americano, a única característica em comum entre as duas doutrinas é a negação da agência humana, porque, de um lado, a linguagem é um organismo cuja mudança está condicionada a forças internas, de outro, porque se trata do efeito necessário das particularidades da estrutura. Segundo Whitney, Schleicher não quer apenas mostrar que “articulados como somos, nós devemos produzir os sons articulados, os sons do alfabeto, os elementos do alfabeto, que nós que realmente produzimos, e não outros” (ibid. : 53), mas

A razão pela qual eu, por exemplo, digo *hat* [*chapéu*] em lugar de *hut*, ou *chapeau*, ou *causia*, ou qualquer outro das milhares de palavras que as pessoas em várias partes do mundo usam ou usaram para designar seus objetos para cobrirem a cabeça, é que meu cérebro e meus órgãos da fala são tão constituídos e conectados que *hat* é para mim o signo natural e necessário dessa concepção particular – e assim com todos os outros signos que fazem minha língua (ibid. : 53).

O que representa para Whitney “a mais estupefante doutrina” (ibid. : 53), na medida em que o signo é para ele arbitrário e convencional. Neste caso, embora ele considere a possibilidade de haver na constituição física do cérebro alguma coisa que nos faça dizer *hat*,

é algo secundário ou adquirido, uma peculiaridade efetuada por causas externas, não hereditária ou auto-determinante. É análogo com todo o conhecimento, as memórias, as preferências, os hábitos, as aptidões

especiais, que minha experiência e oportunidades, trabalhando numa base geral e específica de capacidades, têm produzido em mim. Que eu escolha usar um chapéu qualquer, que eu prefira um de um certo tamanho e cor, que eu tire meu chapéu quando encontro um amigo, que eu me lembre dos chapéus que eu usei e onde e quando eu os comprei, que eu saiba quantos eu possua neste momento e onde eles estão – tudo isso depende, se quisermos, de peculiaridades infinitesimais na presente estrutura de meu cérebro; e é assim com minha capacidade a hábito de usar a palavra *hat* [*chapéu*] (ibid. : 54).

Dito de outra forma,

seja qual for a conexão interna e natural que possa ter havido no estágio inicial da linguagem entre som e sentido, não existe agora, pelo menos nenhuma; que a criança falante de inglês *aprende* a chamar um chapéu de *chapéu*, e poderia ter aprendido a chamá-lo um *hut* ou *chapeau* – como, de fato, ela geralmente faz, mais cedo ou tarde (ibid. : 53).

III.1.1. O princípio do arbitrário do signo em Whitney: razão ou desrazão?

O arbitrário do signo e seu caráter convencional constituem os pilares da perspectiva de Whitney. Na medida em que o autor põe em xeque, nesse artigo de 1871, especificamente, o ponto de vista de Schleicher sobre a natureza da linguagem, a vontade humana é posta em primeiro plano; a noção de história que se desenha é então a história no sentido amplo, isto é, a atividade do espírito em sua liberdade, que, segundo Schleicher, serve para designar não a ciência da linguagem ou *glótica*, mas a filologia. De fato, considerando isso que acabamos ver em nossa síntese do texto de Whitney,

poderíamos ler em sua concepção de linguagem o resultado de uma invenção racional. Whitney ele mesmo afirma em *La vie du langage* [*A vida da linguagem*], livro publicado em 1875, que a linguagem é “uma instituição de invenção humana” (Whitney, 1875 : 28). Criticando a idéia schleicheriana segundo a qual “a fala é a única característica exclusiva do homem, e que qualquer antropóide que fosse capaz de falar seria chamado por nós um homem, [e um irmão] por mais diferente de um homem que ele fosse em outros aspectos” (Whitney, 1871 : 57), Whitney argumenta:

Quanto a essa última afirmação, é tão fácil especular onde o exame dos fatos não pode ser aplicado, que eu não me darei ao trabalho de contradizê-la, embora minhas convicções sejam fortemente contra ela [...]. Mas certamente, a fala está tão longe de ser a única qualidade distinta do homem como ela não é uma qualidade de modo algum, no sentido de nosso autor; ela é simplesmente uma possessão. A capacidade de formar e adquirir a fala é uma qualidade, entre muitas outras que constituem o mais alto dom humano; mas deixemos a criança da mais dotada família da mais cultivada raça crescer sem aprendizagem, sozinha, e ela não irá empregar uma língua mais do que ela construiria um templo, pintaria um quadro, ou construiria uma locomotiva [...]; porque a fala, como os outros elementos de civilização, não é hereditária, mas depende do processo de ensino e aprendizagem (ibid. : 57-58).

Para o lingüista americano, todavia, “o homem já era homem antes que o desenvolvimento da linguagem começasse; ele não se tornou homem através dela”. O autor acredita numa continuidade humana e portanto, “a emergência da linguagem não teve nada a ver com o crescimento do homem a partir do macaco, mas apenas da selvageria e barbarismo” (ibid. : 58).

Essas considerações podem remeter a uma concepção do arbitrário como princípio racional, o que representaria um retorno de Whitney a um ponto de vista comum entre os filósofos do século XVIII, preocupados com o tema da origem da linguagem. Para Johann Gottfried Herder (1744-1803), laureado da Academia de Berlim em 1769⁸, e um dos últimos a escreverem sobre o tema nesse período, o homem, privado do instinto, goza de uma liberdade absoluta, em relação ao animal, o que explica a origem da linguagem. Isso, todavia, contrariamente ao que diz o próprio autor, que defende uma relação constitutiva entre o humano e a linguagem, estabelece uma anterioridade do homem em relação à linguagem. Assim, o homem já é livre antes da aparição da linguagem, o que significa postular uma razão primitiva, governando seu funcionamento. A liberdade se funda assim sobre uma faculdade humana, o que conduz Herder a um paradoxo: sustentando a constituição do homem pela linguagem, como entender o fato segundo o qual ele já é homem desde sempre? Isto é, antes do surgimento da linguagem?

Entretanto, Whitney sustenta igualmente o caráter acidental da linguagem. Segundo ele, “a dupla possibilidade das mudanças internas e externas independentes umas das outras, repousa sobre a mesma natureza do laço entre o sentido e a forma, *natureza inteiramente acidental e arbitrária*” (Whitney, 1875 : 65, nós sublinhamos). Por J. E. Joseph (2004), se a perspectiva de Whitney autoriza uma interpretação do signo como um princípio racional, não é isso que o autor pensava de fato:

embora Whitney acreditasse que as línguas são instituições acidentalmente produzidas, suas palavras nem sempre deixaram isso

⁸ A Academia de Berlim nesse ano põe em concurso a questão seguinte: “Supondo os homens abandonados a suas faculdades naturais, estão eles em estado de inventar a linguagem? E por que meio chegarão eles a essa invenção? Pedimos uma hipótese que explique a coisa claramente e que satisfaça todas as dificuldades” (cf. Pénisson, 1977 : 16).

claro, provavelmente porque o ponto de vista que ele queria contestar era o do poderoso racismo e não a noção quase esquecida da linguagem como criação lógica e deliberada (Joseph, 2004 : 69).

De fato, o próprio Whitney afirma, já em 1867, em seu primeiro livro de lingüística geral, a impossibilidade de uma ação inteiramente livre do indivíduo. O fragmento abaixo parece ilustrativo:

Nós não fazemos nossa própria língua, ou qualquer parte dela [...]. Nós simplesmente recebemos e nos apropriamos, da maneira como pudemos, seja lá o que nossos instrutores quiseram estabelecer antes de nós. Independência do uso geral da fala não era nem encorajada nem tolerada em nós; nem a ela sentíamos tentados. Nosso objetivo era nos comunicar com aqueles entre os quais nossa sorte foi lançada, entendê-los e sermos entendidos por eles, para aprender o que sua grande sabedoria e experiência poderiam nos importar. Para tanto, nós tínhamos que pensar e conversar como eles faziam, e nos contentamos em fazê-lo. Por que certa combinação de sons foi aplicada para designar certa idéia foi para nós um assunto de importância absolutamente indiferente (Whitney, 1867 : 14).

Esse fragmento de *Language and the study of language* [*A linguagem e seu estudo*] contém dois aspectos particularmente importantes: em primeiro lugar, ela subordina a ação individual ao uso comum. Em segundo lugar, ela afirma a insignificância de uma investigação sobre a origem, de modo que não é importante a razão pela qual um determinado som se liga a uma determinada idéia. A subordinação da ação individual ao uso coletivo pode ser igualmente encontrada em outro fragmento, em que a adição feita por indivíduos representa um fenômeno raro:

Toda língua falada é uma acumulação de signos, chamados palavras; e cada palavra [...] foi aprendida por alguém que a emprega a partir de alguma outra pessoa que a empregava antes. Ela a adotou como o som de uma certa idéia, porque ela já estava em uso por outros como tal. Conexão interior e essencial entre idéia e palavra [...] não existe em toda língua sobre a Terra (Whitney, 1867 : 32).

Whitney ressalta igualmente o caráter indefinidamente contínuo da transmissão da linguagem: “o processo de transmissão tradicional sempre foi, é agora, e sempre continuará a ser, em todas as partes do mundo, um processo imperfeito: nenhuma linguagem permanece, ou pode permanecer a mesma durante um longo período” (ibid. : 32). Esse caráter parece mesmo constituir um aspecto fundamental do conceito de língua em Whitney; dito de outra forma, trata-se aí de uma característica essencial:

A fala não é uma possessão pessoal, mas social; ela pertence, não ao indivíduo, mas ao membro da sociedade. Nenhum item de uma língua existente é o trabalho de um indivíduo; do que podemos rigorosamente dizer que não é linguagem até o momento em que é aceito e empregado pelos nossos camaradas” (ibid. : 404).

Whitney reafirma todos esses pontos de vista em seu trabalho de 1875, intitulado *Life and growth of language* [*A vida e o crescimento da linguagem*] e portanto todas as contradições apresentadas mais acima. Como observa C. Normand, no prefácio que a autora escreveu para a edição francesa desse trabalho (*La vie du langage* [*A vida da linguagem*] trad. do próprio Whitney), trata-se de uma “perspectiva um tanto confusa em que a intenção individual se distingue mal da influência da sociedade” (Normand, 1988). De fato, I. Hombert (1978) identifica no conceito de língua como instituição, um

bloqueio teórico. A idéia de convenção pressupõe um contrato original, o que remete à questão da origem da linguagem, da qual Whitney não pôde se desvincular em função, segundo I. Hombert, de suas crenças religiosas⁹. A idéia de convenção conduz a uma concepção da linguagem como nomenclatura e pressupõe o arbitrário do signo. Ainda, ela acorda uma primazia do pensamento em relação à linguagem. Trata-se, como vimos mais acima, de um retorno de Whitney aos filósofos do século XVIII. De acordo com a análise de I. Hombert,

Através desta reconstituição mítica da origem da linguagem, Whitney se confronta com o velho problema filosófico da origem da relação necessidade/liberdade que não cessa de estar presente. Como conciliar de fato o ato do nomenclador que supõe uma liberdade, que é a realização da vontade humana, com o funcionamento coercitivo da linguagem? A linguagem nasce da liberdade: onde se passa essa liberdade? Como uma escolha pode se transformar em coação? Como podemos falar de faculdade natural da linguagem afirmando que ela é um produto cultural e histórico, que nada nela mesma não releva da necessidade, mesmo as onomatopéias [...]? (Hombert, 1978 : 118).

Na opinião de C. Normand, Whitney é exemplar de uma lingüística que se desenvolve entre os anos 1880 e 1920, designada como “pré-saussuriana” em seus princípios, “mesmo quando ela sobrevive a Saussure” e representada principalmente na França por Antoine Meillet (cf. infra). Uma tal lingüística constituiria

⁹ De fato, para Whitney, “a origem da linguagem é divina, no mesmo sentido em que a natureza humana, com todas as suas capacidades e aquisições, físicas e morais, é uma criação divina; é humana, no que ela é trazida através da natureza, pela instrumentalidade humana” (Whitney, 1867 : 400).

uma disciplina segura de seus sucessos empíricos, ostentando uma confiança sem reserva na seriedade de seu aparelho metodológico, atravessada de sociologia e de funcionalismo, preocupada em impor seu estatuto de ciência teórica, no mesmo título que as ciências da natureza, mas sobre um objeto específico impondo seu método, persuadida enfim que ela tem seu lugar a ocupar em um projeto antropológico do saber unificado (Normand, 1988).

A perspectiva de Whitney se distingue todavia daquela de Meillet, no que diz respeito ao conceito de história. Se a lingüística, a partir de Whitney se desloca de um paradigma naturalista em direção a um paradigma histórico, o caráter histórico da linguagem não é, nos lingüistas que irão seguir esse paradigma, homogêneo. Em Whitney, é preciso distinguir o histórico do social : a linguagem é um fenômeno histórico porque é uma instituição de “invenção humana”, não estando submetida a leis físicas, mas ao acidente histórico. Trata-se aí do lado criativo da linguagem. Se há uma tal liberdade, é porque o signo lingüístico é arbitrário e convencional:

[...] podemos dizer, num sentido exato e preciso, que toda palavra transmitida é um signo arbitrário e convencional: arbitrário porque qualquer outra palavra poderia ter sido aplicada à idéia; convencional, porque a razão de empregar esta no lugar daquela é que a sociedade à qual a criança pertence a emprega já. A palavra existe θέσει, “por atribuição” e não φύσει, “por natureza”, se entendemos por natureza que existe na natureza das coisas ou na natureza do indivíduo, uma causa de existência dessa palavra, determinante e necessária (Whitney, 1875 : 15-16).

Whitney identifica palavras em uso cujo momento e razão, pelas quais se prendem a determinada idéia, poderíamos datar. Whitney fornece alguns exemplos, entre os quais:

[...] um vermelho particular foi produzido [...] há alguns anos, por uma certa manipulação de alcatrão de óleo, que, após reflexão e de uma maneira convencional, foi nomeado por seu inventor vermelho Magenta, nome de uma cidade que se tornou célebre nesse momento em função de uma grande batalha.

Nós não podemos remontar com segurança à origem da palavra green [verde] [...] infinitamente mais antiga [...]; mas nós acreditamos achar-lhe um parentesco com a palavra grow [crescer], donde teríamos nomeado green, uma coisa growing [crescendo] (Whitney, 1875 : 13-14).

O autor observa que “não se trata aqui de seguir uma tal ordem de pesquisa e de considerar isso que entendemos por encontrar as etimologias ou recontar a história das palavras desde sua origem”; ele observa contudo que “a razão que faz que uma palavra se produza na origem e a razão que faz que a empregemos mais tarde, são diferentes uma da outra” (Whitney, 1875 : 14). De fato, “não há para a criança laço interno e necessário entre a palavra e a idéia, e ele não conhece as razões históricas que podem ter criado esses laços” (ibid. : 15). Se empregamos uma palavra num momento posterior a sua origem é porque já se empregava essa palavra antes. Trata-se aí do caráter social da linguagem.

Podemos melhor entender esse caráter quando de um comentário de Whitney em torno de uma crítica de Max Müller dirigida contra esses que querem explicar a mudança através da ação humana. Segundo Müller, a mudança contínua implicada na linguagem, seja ela qual for, não está no

poder do homem, assim como não está no poder do homem a mudança das leis que controlam a circulação do sangue, ou acrescentar uma polegada a sua altura. Para sustentar seu ponto de vista, Müller cita alguns episódios em que dois soberanos Tiberius de Roma e Sigismund da Alemanha, quando da tentativa de intervenção na língua latina, são informados, por simples gramáticos, da impossibilidade de uma tal empresa, apesar dos seus plenos poderes enquanto soberanos. Isso basta, por Max Müller, para mostrar que, se um soberano não pode mudar o mais simples elemento de uma língua, isso é ainda menos possível para um indivíduo comum. A mudança lingüística não relevaria assim do sujeito falante. Whitney comenta, se perguntando inicialmente, contra qual autoridade, mais poderosa que suas próprias, nossos imperadores agiram? E responde:

Simplesmente contra o uso imemorial e bem definido de todos que escreveram e já haviam escrito latim – nada mais, nada menos. Altos cargos políticos não conferem o direito de fazer e desfazer a linguagem; [...] Cada indivíduo está, em certo sentido, constantemente tentando experimentos de modificação de sua língua materna, do tempo em que, como criança, ele subtrai sons e sílabas que não obedecem a sua própria conveniência para pronunciar, e elabora flexões em analogias errôneas, do que, quando homem, é culpado de gírias, vulgarismos, e má gramática, ou cai em maneirismos e metáforas artificiais, ou palavras usadas incorretamente, fora de seus usos verdadeiros, por ignorância ou capricho. Mas sua influência individual é muito fraca para figurar contra o uso consensual da comunidade (Whitney, 1867 : 36-37).

A mudança em Whitney, se ela é o resultado da ação humana, como defendido sobretudo em 1871, contra as posições de Schleicher, o é apenas em certa medida: “é preciso não cair nesse erro de atribuir uma parte muito

grande à ação voluntária [...], não é o indivíduo, mas a sociedade que faz e que muda a língua”. Mas o autor relativiza também uma tal ação: “é preciso saber bem em que sentido, para não nos enganar gravemente” (Whitney, 1867 : 124). O autor continua:

A parte da sociedade [...] se deve ao fato bastante simples que uma língua não é um propriedade individual mas coletiva. Ela existe [...] não somente em parte mas antes de tudo como um meio de comunicação entre os homens; seus outros usos são secundários. [...] Uma língua que ninguém poderia compreender, a exceção de um indivíduo apenas, não teria o direito do nome de língua. Para que sons articulados possam se chamar língua, é preciso que eles sejam aceitos pela comunidade e conservados pela tradição, por mais limitada que ela possa ser. Daí se segue que a ação individual sobre a linguagem é restrita e condicionada. Em primeiro lugar, as adições ou mudanças feitas por um indivíduo, se não são aceitas pela comunidade e conservadas pela tradição, morrem com ele. Em segundo, o indivíduo ultrapassaria os limites e romperia significativamente com os hábitos que convêm; ele seria ininteligível e isso seria suficiente a circunscrever sua atividade; mas esta barreira é inútil, porque, em última análise, o indivíduo vive sob o império dos mesmos hábitos que seus concidadãos e pensa aproximadamente como eles. [...] Tudo na língua procede por analogia; o que uma língua tem o hábito de fazer, é o que ela continua a fazer [...]. Isso não significa negar a ação individual em matéria de linguagem nem reconhecer a sociedade por árbitro soberano pelo qual se decide a questão de saber se uma inovação passará na língua (Whitney, 1867 : 124).

III. 2. Whitney, Meillet e a autonomia da língua

Nós vimos mais acima que o conceito de língua como instituição pode conduzir a um bloqueio teórico. Retornemos o conceito de história em Whitney. O autor defende, na elaboração de seu quadro teórico, a ação humana como elemento central na explicação da mudança lingüística, em oposição à perspectiva de Schleicher, que identifica a língua, como vimos acima, a um organismo vivo inteiramente independente do sujeito falante. Parece-nos que Whitney, restando prisioneiro de suas crenças religiosas, contradiz o primado do arbitrário que pode abrir, como observam C. Puech e A. Radzynski, “uma historicidade sem finalismo”, pondo em xeque o caráter racional pressuposto nessa ação humana. O papel desta última foi diversas vezes, como vimos, relativizado pelo próprio Whitney, operando aí uma mudança quando da afirmação do acidente histórico, que, acreditamos, constitui o índice de uma ordem própria da língua. Sem contudo notá-lo, Whitney abre aí uma via que é mais tarde seguida por Saussure em seu projeto teórico de uma lingüística autônoma. C. Puech e A. Radzynski observam na obra de Whitney um “deslizamento de nível” que faz Whitney passar de uma reflexão jurídica sobre os fundamentos da linguagem (a questão da origem) a uma reflexão sobre as condições e as modalidades de sua existência. Segundo os autores,

Whitney substitui praticamente a uma problemática da legitimidade do fundamento, uma reflexão de outra ordem, que conduz à história. É uma história concebida como desenvolvimento aberto e sem finalismo. Ela é portanto em ruptura com as concepções organicistas que prevalecem ainda na época de Whitney e levam a não poder encarar a vida das línguas como a plena atualização de um padrão pré-concebido, se revelando a ele mesmo no desdobramento substancial e natural de seu ser. É a historicidade aberta da linguagem que, em Whitney, a faz ser antes de tudo uma instituição social, ou ainda, como ele precisa, um

“corpo de usagem”, o que implica que nós podemos considerá-la antes de tudo como um instrumento não natural, uma realidade que não é ancorada em nenhuma natureza humana. Seria portanto em vão, nos adverte o autor, procurar um modelo teórico, e ainda uma explicação operante das leis regindo a vida da linguagem do lado da psicologia. Porque não há relação imediata entre o pensamento e a linguagem (Puech & Radzynski, 1978 : 53).

Segundo os autores, não é a definição de instituição em si mesma, mas o jogo teórico que ela implica, a saber: “a determinação de uma especificidade diferencial da linguagem e mais particularmente em relação à psicologia” (ibid. : 54) que permite compreender sua consideração por Saussure.

O projeto de Meillet, por sua vez, parece tomar uma direção inteiramente outra. Se o lingüista francês afirma que a “linguagem é uma instituição tendo sua autonomia”, e que “é preciso portanto determinar suas condições gerais de desenvolvimento a um ponto de vista puramente lingüístico, o que constitui o objeto da lingüística geral” (Meillet, 1958 [1906a] : 17), isso não prevalece no conjunto de sua obra. Para o autor, “a lingüística não basta a ela mesma, e [...] se as línguas não se explicam sem a história das línguas, a história e o estudo das línguas consideradas nelas mesmas não poderiam tudo explicar: vemos por aí como são realizados muitos fatos, mas não descobrimos nunca ou quase nunca as causas reais” (Meillet, 1904-1905 citado por Puech & Radzynski, 1978b : 88). Para que possamos descobri-las, é preciso identificar um elemento variável que permita a identificação dessas causas. Segundo Meillet,

As leis da fonética ou da morfologia geral histórica não são suficientes [...] para explicar nenhum fato; elas enunciam as condições constantes que regem o desenvolvimento dos fatos lingüísticos; mas, mesmo se nós chegássemos a determiná-las de uma maneira completa e exata, nós não saberíamos por isso prever nenhuma evolução futura, o que é a marca de um conhecimento incompleto; porque faltaria descobrir as condições variáveis que permitem ou provocam a realização das possibilidades assim reconhecidas. Por decisivo que seja o progresso que resulta da constituição da lingüística geral, nós não poderíamos portanto com ele nos contentar.

O elemento variável que resta a definir não pode evidentemente encontrar-se na estrutura anatômica dos órgãos ou no funcionamento desses órgãos; ele não se encontra tampouco no funcionamento psíquico: são dados constantes, que são por toda parte sensivelmente os mesmos e que não encerram neles os princípios de variações. Mas há um elemento cujas circunstâncias provocam perpétuas variações, tanto repentinas, tanto lentas, mas nunca inteiramente interrompidas: *é a estrutura social* (Meillet, 1958 [1906a] : 15-16, nós sublinhamos).

A lingüística de Meillet se dirige portanto em direção à pesquisa das causas sociais dos fatos lingüísticos. A mudança lingüística constitui a partir daí uma conseqüência direta da mudança da estrutura social. Dito de outra forma, o fato social é um caráter externo à linguagem e a mudança lingüística deve ser pensada, segundo Meillet, em termos de causalidade fatos sociais/fatos lingüísticos. Segundo a análise de C. Puech e A. Radzynski, em Meillet,

“Social” não designa uma característica própria à língua e que levaria em conta seu funcionamento interno e autônomo no conjunto das estruturas sociais de uma época. “Social” designa todas as condições sociais no

sentido amplo que não resultam das “condições puramente lingüísticas” e que todavia dão a última palavra no que diz respeito às razões das mudanças lingüísticas. O caráter social da língua designa portanto esse elemento que é ao mesmo tempo paradoxalmente exógeno e determinante (Puech & Radzynski, 1978a : 48).

Esse “convite para sair da lingüística pura” representa um recalque e uma não tematização prática das condições lingüísticas gerais, dessas regras gerais que determinam as condições universais de todas as línguas. Ela se efetua “por uma assimilação do social ao histórico, ou, mais exatamente, uma ressonância do ponto de vista descritivo (considerações do fato lingüístico em uma estrutura dada), no ponto de vista evolutivo, histórico” (Puech e Radzynski, 1978a : 48).

A partir dessa perspectiva, o empréstimo – mais que as leis fonéticas e a analogia – é o fenômeno lingüístico convocado quando da explicação da mudança. Um problema, entretanto, parece surgir: o caráter exógeno do critério social constitui, segundo Puech e Radzynski, “um princípio de dispersão em relação à língua [...]. Causa das variações e das mudanças, o critério social nos remete ao particularismo intrínseco das línguas face à unidade” (ibid. : 49). Trata-se do problema tradicional da dualidade metafísica do um e do múltiplo, como observam os autores:

Na medida em que “social” não designa algo da ordem de um mecanismo específico à língua, é preciso, para resolver o problema da unidade lingüística, introduzir um termo exorbitante em relação aos fatos de língua propriamente ditos, mas diferente também dessa característica social contudo decretada como primeira e determinante: o termo *nação*. A nação é esse lugar (imaginário) onde a oposição, posta nas formas da

dualidade metafísica do uno e do múltiplo, se resolve ao lucro de um dos dois termos – a *unidade*. A unidade da língua não pode portanto resultar do funcionamento próprio ao campo lingüístico, que não é assinalado senão para ser descartado (Puech e Radzynski, 1978a : 48).

Segundo Meillet, ao tratar das hipóteses relativas à unidade da língua indo-européia,

Uma língua tão una como aquela suposta pelas concordâncias observadas entre as línguas atestadas não pode ser concebida sem uma nação que, durante um certo período de tempo, não apresentasse unidade [...]. É preciso, para criar uma unidade lingüística, uma nação que sinta sua unidade (Meillet, 1903 citado por Puech & Radzynski, 1978a : 49).

A partir de uma tal reflexão de Meillet, Puech e Radzynski notam que, no que diz respeito à ação voluntária de um sujeito, se esta é excluída em função do caráter social da língua, ela retorna na outra extremidade na medida em que “essa consciência de si é delegada a um ser universal abstrato, a nação, que é tratada como uma unidade concreta tangível, a saber a nação consciente de sua unidade” (Puech & Radzynski, 1978a : 51).

Dessa forma, parece claro o papel que representa o princípio do arbitrário na perspectiva de Meillet que ignora a via aberta por Whitney e seguida por Saussure. Jogando o jogo da sociologia, mais precisamente aquela de Durkheim, Mauss et Hourticq, Meillet encerra o indivíduo nos limites da coação social. Se para Whitney, o arbitrário do signo sob a forma de atividade do espírito em sua liberdade é o elemento mobilizado quando da explicação da mudança lingüística, uma tal problemática parece ausente da

reflexão de Meillet: a explicação se opera em termos de causalidade fatos sociais/fatos lingüísticos, deslocando a discussão para outro terreno.

Para Meillet, a história remete antes lá aonde, como diria Saussure, “a língua se encontra misturada à vida dos povos”. A tensão existente é antes aquela entre as línguas particulares e a ação da sociedade geral: “enquanto a ação da sociedade geral tende a uniformizar a língua, a ação dos grupos particulares tende a diferenciar, senão a pronúncia e a gramática, que permanecem sensivelmente unas, ao menos o vocabulário dos indivíduos que participam” (Meillet, 1958 [1906b] : 246). Trata-se aí, como observam C. Puech e A. Radzynski, de uma “assimilação do social ao Histórico sob a forma de uma hegemonia do Histórico” (Puech & Radzynski, 1978a : 51). A história na teorização de Meillet não remete ao acidental, ao contingente, o que poderia apontar para uma ordem própria da língua e portanto uma via possível para a autonomia da lingüística, pretendida, inclusive, pelo autor; se a história é convocada, é para designar um elemento variável que encerraria nele princípios de variações: a estrutura social. A tarefa do lingüista consiste, portanto, segundo Meillet, em “determinar a qual estrutura social responde uma estrutura lingüística dada e como, de uma maneira geral, as mudanças de estrutura social se traduzem por mudanças de estrutura lingüística” (Meillet, 1958 [1906a] : 17-18). Puech e Radzynski notam que Meillet deixa de tirar todas as conseqüências teóricas de um reconhecimento da especificidade do lingüístico, embora uma tal especificidade seja pretendida em sua obra. É portanto uma perspectiva consideravelmente aberta que Meillet parece defender no centro da qual a lingüística está sempre em relação com outras disciplinas. A propósito dessa questão o autor afirma que, de fato:

A lingüística geral assim compreendida não basta a si mesma. Ela repousa sobre a gramática descritiva e histórica à qual ela deve os fatos que ela utiliza. Apenas a anatomia, a fisiologia e a psicologia podem exprimir suas leis [...] e as considerações tiradas das suas leis são freqüentemente úteis ou necessárias para dar um valor de prova a um bom número de leis. Enfim, não é senão em condições especiais a um estado social determinado em virtude dessas condições que se realiza tal ou tal das possibilidades determinadas pela lingüística geral. Vemos, claramente, assim, qual é o lugar da lingüística geral, entre as gramáticas descritivas e históricas de uma parte, que são ciências de fatos particulares, e a anatomia, a fisiologia, a psicologia e a sociologia, que são ciências mais vastas dominando e explicando entre outras coisas os fenômenos da linguagem articulada (Meillet, 1958 [1918] : 59-60).

Em sua necrologia a Saussure, em 1913, Meillet elogia o mestre. Seu elogio, todavia, parece se referir ao ensinamento de Saussure durante os anos de 1880 (cf. Koerner, 1988), na medida em que o lingüista francês não havia ainda tomado conhecimento dos cursos na Universidade de Genebra entre 1906 e 1911. Meillet escreve: “de minha parte, não há mais páginas que eu tenha publicado sem ter o remorso de atribuir a mim somente o mérito: o pensamento de F. de Saussure era tão rico, que eu permaneci nele penetrado” (Meillet, 1913 citado por Koerner, 1988). Entretanto, em 1916, quando de sua resenha crítica do CLG, Meillet reprova o mestre de ter separado “a mudança lingüística das condições exteriores das quais ela depende”, privando dessa forma o objeto língua “da realidade” e o reduzindo “a uma abstração, que é necessariamente inexplicável” (Meillet, 1916 citado por Puech & Radzynski : 1978a : 52).

Segundo Puech e Radzynski, o desconhecimento do estatuto bastante particular do caráter social da língua em Saussure parece conduzir Meillet a três direções: a) o primado da história ou da diacronia; b) o recurso a uma psicologia camuflada, na medida em que a unidade lingüística se explica por meio de uma suposta nação concebida como um todo homogêneo, c) a sinonímia entre os termos história e sociedade, consideradas como fatores determinantes, garantindo assim a vida social da língua.

Quanto a Whitney, gostaríamos de concluir que, apesar de seu “deslizamento de nível”, o lingüista americano permanece preso a uma lingüística “pré-saussuriana” na medida em que ele não tira todas as conseqüências do princípio do arbitrário do signo. A problemática da origem da linguagem é sempre recorrente, de onde o retorno constante ao problema da relação necessidade e liberdade. O arbitrário do signo, embora abrindo a via de uma historicidade sem finalismo, se desenha sob a forma de uma vontade humana, uma atividade livre do espírito e todavia “o indivíduo vive sob o império dos mesmos hábitos” (Whitney, 1875 : 125).

IV. Os neogramáticos: uma crise de fundamentos

No capítulo anterior, abordamos uma mudança significativa de ordem epistemológica na história da lingüística, ciência muito jovem que, porém, sofre uma crise em torno da natureza de seu objeto de estudo quando da publicação em 1867 de *Language and the study of language* [*A linguagem e seu estudo*] por Whitney, que visa a pôr em xeque o paradigma naturalista, cuja expressão mais elaborada se manifesta na obra de Schleicher.

P. Caussat fala, se referindo a essa reação contra a lingüística naturalista, de uma recusa fundamental: “instituição recusa natureza, ela diz portanto cultura, o que recusa a possibilidade mesma de leis imanentes” (Caussat, 1978a : 25). O autor acrescenta: “os predicados podem variar: interno, imanente, inerente; eles dizem todos polemicamente – a presença ativa na língua de um dinamismo (vivo) que é sua propriedade” (id.). O autor se pergunta em seguida se uma tal reação contra o *interno* implica necessariamente “a aceitação do caráter puramente ‘externo’ da linguagem”,

esta sendo um “simples meio ou instrumento no serviço de fins ou de funções que lhe são exteriores”; e responde negativamente, dizendo, inclusive, que os esforços que se anunciam por volta de 1870 são justamente para levar em consideração a possibilidade de tratar o histórico, vale sublinhar aqui, o histórico num sentido bastante diferente daquele que o paradigma naturalista havia pensado. Dizendo de outro modo, trata-se aqui, para retomar um aspecto abordado no primeiro capítulo deste trabalho, de estender os estreitos limites da categorização de Foucault, abrindo espaço para se pensar a historicidade interna a partir de uma ciência histórica.

Vimos com C. Puech e A. Radzynski que, Whitney, quando de seu deslizamento de nível, abre uma via preciosa para Saussure, aquela da possibilidade de autonomia da lingüística, cujo conceito de história em questão remete à idéia de “desenvolvimento aberto e sem finalismo”. Trata-se de uma tendência em que a negação das leis imanentes pode enviar a outra coisa que a aceitação do caráter puramente externo da linguagem.

Em Meillet, todavia, na medida em que é em termos de causalidade fatos sociais/fatos lingüísticos que uma explicação para a mudança lingüística se delineia, a lingüística é colocada em outro terreno que aquele de sua autonomia. Ela é uma ciência social. Se para o autor a língua é um fato social, não se trata de defender um ponto de vista imanente. Com Meillet, estamos no domínio de uma lingüística externa.

A via aberta por Whitney, como vimos mais acima, não é percebida pelo próprio autor. Para C. Puech e A. Radzynski,

É mesmo essa convergência da afirmação de uma autonomia do lingüístico que é primordial e que torna fecunda a releitura dos temas de Whitney por Saussure. Mesmo se esta exigência, em Whitney, não faz senão atravessar um pensamento global em que ela não tem seu lugar “natural”, mas em que ela produz efeitos de ruptura por uma espécie de deslizamento de nível. É evidente que essas rupturas, que fazem surgir exceções à regra, não são jamais designadas como tais por Whitney ele mesmo (Puech & Radzynski, 1978 : 54).

Dissemos que uma tal via será tomada apenas por Saussure. Entretanto, entre a reação de Whitney contra uma lingüística naturalista e a perspectiva saussuriana, se desenvolve uma escola cujos impasses mais do que as idéias elas mesmas serão decisivos no que diz respeito à constituição da perspectiva saussuriana, a saber: a escola dos neogramáticos, que é objeto deste capítulo.

IV. 1. “Os direitos do homem falante”

O núcleo da escola neogramática é formado por Karl Brugmann (1849-1919), Hermann Osthoff (1847-1909), Berthold Delbrück (1842-1922), Hermann Paul (1846-1921), Wilhelm Braune (1850-1926) e Eduard Sievers (1850-1932), eles tendo como mestre August Leskien (1840-1916)¹⁰. Como Whitney, eles representam uma reação contra a tradição naturalista de Schleicher. Brugmann e Osthoff na introdução de *Morphologische Untersuchungen auf dem Gebiete der indogermanischen Sprachen* [Pesquisas morfológicas no domínio das línguas indo-européias], publicado em 1879, escrevem:

Ninguém negará que a pesquisa lingüística, não faz muito tempo, abordava seu objeto, as línguas indo-germânicas, sem se fazer anteriormente uma representação clara da maneira pela qual a língua vive e se regenera no homem, sem se interrogar sobre os fatores que intervêm no ato da fala, sobre a maneira pela qual esses fatores cooperam com o reforço e a transformação dos materiais em trabalho na língua. O cuidado extremo com as línguas não tinha de igual senão a indiferença excessiva em relação ao homem falante.

¹⁰ Para uma descrição mais completa, cf. Morpurgo Davies, 1998 pp. 233-237.

O mecanismo da fala humana tem uma dupla face, psíquica e corporal. Uma das tarefas essenciais do comparatismo deve ser a de ver claramente a maneira como esse mecanismo funciona. Porque somente um conhecimento preciso do agenciamento e dos modos de operação desse mecanismo psíquico-corporal pode permitir se fazer uma representação das possibilidades mais gerais da linguagem – afastaremos em relação a esse assunto toda construção efetuada *sobre o papel*, porque sobre o papel tudo é praticamente possível –; somente ela poderá nos informar corretamente sobre a maneira pela qual as inovações lingüísticas emanam dos indivíduos recebem direito de cidade na comunidade lingüística e, de maneira geral, fixar as perspectivas metodológicas que devem guiar o comparatismo no curso de todas essas pesquisas conduzidas através da história das línguas (Brugmann & Osthoff, 1879, citado por Jacob, 1973 : 127, sublinhado no texto).

Em 1902, Berthold Delbrück, fazendo um balanço das conquistas da escola neogramática, exprime claramente:

Nós estávamos então (1876) desejosos de adotar uma prática realista, queríamos repudiar os últimos restos de romantismo e de schleicherismo que faziam da língua um organismo, e instaurar os direitos do homem falante. Ao mesmo tempo afirmávamos com insistência que as verdadeiras instâncias do desenvolvimento lingüístico deviam ser procuradas, não do lado das línguas mortas, mas do lado das línguas vivas, e não mais nos artificios múltiplos da língua escrita, mas nos idiomas populares [...]. (Delbrück, 1902 citado por Causat, 1978 : 24-25).

Os neogramáticos insistem portanto sobre uma mudança de ordem metodológica: é antes do lado das línguas vivas que os lingüistas devem

pesquisar. Trata-se da “exata antítese das línguas-modelo da pesquisa comparativa romântica”: línguas de história a longo termo das quais procuramos reencontrar os elementos ou as formas originárias dadas em traços singulares mais ou menos prováveis” (Caussat, 1978a : 26). De fato, como observa Jankowsky (1972), a lingüística naturalista se ocupava, inicialmente, das línguas antigas, de onde a tentativa de reconstrução da protolíngua. Uma vez acabada a reconstrução, as formas obtidas representariam a medida para a pesquisa das línguas descendentes. O estudo das línguas mais recentes era evitado porque elas eram consideradas decadentes. Os neogramáticos invertem esse método típico da lingüística de Schleicher, cujos resultados são apenas prováveis. Trata-se de privilegiar assim as línguas efetivamente faladas.

Morpurgo Davies observa, porém, que Schleicher em seu trabalho de 1850, intitulado *Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht*, [*Das línguas da Europa numa perspectiva sistemática*] “lamentava a ausência de uma gramática escolar do lituano e havia proposto estudar essa língua *in loco* (Morpurgo Davies, 1998 : 28), projeto que o autor realizará mais tarde, culminando na publicação de *Handbuch der lituaischen Sprache* [*Manual da língua lituana*] (1856-1857), em que o autor apresenta uma descrição da gramática (fonologia, morfologia, sintaxe). Mas é preciso observar que o interesse de Schleicher pelas línguas modernas é limitado a um certo número de línguas que têm conservado um aspecto indo-europeu arcaico e portanto mais próximos de um suposto estado “pré-histórico”¹¹.

¹¹ Segundo o testemunho de Muret, Saussure antes de se mudar para Paris, “realizou uma viagem à Lituânia para estudar, em suas variantes faladas, esses dialetos que têm conservado até nossos dias um aspecto indo-europeu tão arcaico e cujas flexões nuançadas deviam lhe revelar alguns dos segredos da história da fala humana” (Muret, 1913 citado por Tulio de Mauro, 1985 : 332). A viagem até a Lituânia era, na verdade, algo bastante comum entre os lingüistas de Leipzig.

Se para a tradição de Schleicher a língua é um organismo vivo, então o conceito de história em questão, como vimos, remete à história natural. O funcionamento lingüístico é portanto necessário em oposição a contingente, de onde uma concepção teleológica da linguagem. Os neogramáticos postulam, ao contrário, a história no sentido amplo. Entretanto, como observa Causat, isso pode conduzir a uma nova mitologia se os meios teóricos para assegurar o caráter operatório do conceito não são fornecidos, o que somente será estabelecido com o postulado da mudança entendida como “o momento gerador da língua”, que se opõe à tese “paleo-gramática” da alteração como relevando da decadência da língua. Desse esforço de rigor metodológico se segue a elaboração da noção de leis fonéticas sem exceção. É justamente o debate em torno dessa noção que suscitará impasses cujas implicações serão constitutivas de uma via epistemológica para a lingüística. Nos parágrafos seguintes, tentaremos mostrar como esta via se estabelece.

IV. 2. A querela das leis fonéticas

Em 1876, August Leskien publica *Die Declination in Slavischlitanischen und in Germanischen* [*A declinação em eslavo-lituânio e em germânico*] em que ele formula o princípio da *Ausnahmslosigkeit*, ou seja, da ausência de exceções das leis fonéticas:

No curso de minha pesquisa, eu parti do princípio segundo o qual a forma de um caso, como a tradição nos tem transmitido, não repousa nunca sobre uma exceção às leis fonéticas normalmente em uso. A fim de evitar toda confusão, eu acrescentarei aqui: se, por exceção, entendemos os casos como a mudança fonética esperada não se manifesta em razão de causas definidas que é possível reconhecer, por exemplo, a suspensão do deslocamento, em alemão, em grupos fonéticos

como *st* etc., e em que, por conseqüência, uma regra em contrário, em uma certa medida, uma outra, não há, nesse caso, nada a dizer novamente quanto ao princípio segundo o qual as leis fonéticas não seriam sem exceções. A lei não é por isso suspensa e ela opera da maneira esperada, lá onde tal ou tal perturbação, lá onde os efeitos de outras leis não se manifestam. Mas tolerar desvios fortuitos, seja qual for, e incapazes de apresentar entre eles o menor encadeamento, é fundamentalmente admitir que o objeto da pesquisa, a linguagem, é rebelde ao conhecimento científico (Leskien, 1876 citado por Causat, 1978b : 44-45).

Inicialmente, essa questão não suscita muito interesse e, como Auroux observa, apenas uma das numerosas resenhas de trabalhos é dedicada a essa questão (cf. Auroux, 2000 : 412). O ensinamento de Leskien chamou a atenção, porém, de um certo número de alunos (Braune, Brugmann, Hübschmann, Osthoff). Mas o estatuto de escola somente foi dado por Georg Curtius (1820-1885), quando de suas críticas: “se opondo [aos neogramáticos], ele os distingue e os reconhece como entidade” (id.). Segundo a análise de Wilbur, Curtius

Teve para si a reputação do professor mais entusiasta e influente da faculdade. Isso num tempo em que a faculdade em Leipzig brilhava. Entre seus colegas estavam Zarncke, Hübschmann, Leskien, Wundt e Ritschl. Ele representou um importante papel nos negócios da faculdade e era generoso em seus esforços para promover as vidas intelectuais e profissionais de seus alunos. [...] Sua reputação internacional era tão grande que ele trouxe um grande número de estudantes de países estrangeiros a Leipzig (Wilbur, 1977 : XXIII).

Leskien, porém, competia com Curtius e sistematicamente criticava as asserções e metodologia dos antigos comparatistas. Segundo Wilbur, as principais noções e teses dos neogramáticos eram trabalhadas sob a presença do “brilhante e mais velho Curtius” e do “brilhante e mais jovem Leskien”, (id.).

Morpurgo Davies (1998) nota que o “slogan” dos neogramáticos provocou reações corrosivas: para alguns dos discípulos de Schleicher, os neogramáticos, sustentando a ausência de exceções das leis fonéticas, não faziam senão repetir o que Schleicher já havia formulado. Para Johann Schmidt, célebre estudioso do indo-europeu, Roma não foi construída em um dia, de modo que erros tiveram que ser cometidos até que a ciência lingüística adquirisse consistência. Segundo Hugo Schuchardt, porém, a única originalidade da escola neogramática foi a afirmação das leis fonéticas e eles estavam errados!

Morpurgo Davies identifica uma dificuldade óbvia, relativa à terminologia densa: se as leis fonéticas funcionam de maneira mecânica, a autora se pergunta sobre o sentido, nesse contexto, do termo “mecânico”. Ela procura compreender esse termo reconstituindo-o historicamente. Visto que ele se opõe a “orgânico”, o adjetivo constitui assim uma declaração “anti-Schleicher”. Esse slogan remete igualmente a um duplo modelo de mudança lingüística mobilizando duas ordens de fenômenos: uma ordem fonética, em que a mudança releva de forças fisiológicas; uma outra ordem girando em torno da analogia, e relevando de regras psicológicas. Nesse sentido, segundo Morpurgo Davies (1998), uma comparação entre as leis fonéticas e as leis da natureza é impossível e se Osthoff, ao tentar explicar racionalmente uma tal idéia, sustenta que a mudança fonética depende da mudança nos órgão da fala

que, em última instância, estão relacionadas às mudanças no clima, trata-se aí de um “acesso de entusiasmo”, de modo que uma tal comparação foi abandonada. A insistência sobre a ausência de exceção das leis fonéticas não foi contudo jamais posta de lado.

Mobilizar duas ordens de fenômenos não parece todavia evidente. Como observa Caussat, trata-se de dois domínios de lei “em funções inversas” (Caussat, 1978a : 32). Antes de abordarmos os problemas que uma tal separação suscita, vejamos em que ela consiste mais exatamente. Partamos do seguinte exemplo de lei fonética emprestado a Delbrück:

Em antigo alto alemão, *ai* se transforma em *ei* e *au* em *ou*. Trata-se de um procedimento chamado pela necessidade de igualar (*Ausgleichung*) diferenças na posição dos órgãos da fala; nós podemos portanto referi-lo ao conceito de simplificação. Evitemos porém explicá-lo como uma tendência observada por toda parte. Alguns séculos mais tarde assistimos em uma parte do domínio lingüístico a transformação inversa (Delbrück, citado por Caussat, 1978a : 28).

Como lemos nesse fragmento, não se trata de uma tendência “observada por toda parte” e logo é preciso recusar a hipótese de uma “orientação global impondo uma trajetória contínua”, remetendo a uma “tendência a simplificação irreversível das formas (por ‘comodidade’) a partir de sua exuberância ‘originária’” (id.). A partir daí vemos que o conceito de lei fonética não implica uma teleologia na medida em que as línguas mudam de maneira inconsciente, isto é, sem finalismo, e mecânica, isto é, de maneira não pré-formada. Caussat identifica uma série de oposições que distingue os neogramáticos da tradição de Schleicher: legalidade/finalidade; mudança/continuidade; mecânico/orgânico. Assim, ao que parece, querer

fazer o projeto neogramático corresponder à tradição naturalista, ao que parece, não é nada razoável.

Vimos anteriormente, a partir de Leskien, que por exceção deve-se entender “casos como a mudança fonética esperada não se manifesta em razão de causas definidas que é possível reconhecer”. É preciso manter a todo custo a legalidade, na medida em que “tolerar desvios fortuitos [...] é fundamentalmente admitir que o objeto da pesquisa, a linguagem, é rebelde ao conhecimento científico”. A analogia é o fenômeno mais freqüentemente convocado para dar conta das exceções. Para ilustrá-la, Caussat apresenta o exemplo seguinte igualmente emprestado a Delbrück:

Em antigo alto alemão, no começo do século IX, a consoante final *m* se transforma em *n*. A partir de então, dizemos não mais *habem* mas *haben* (*ich habe, eu tenho*), não mais *tuom*, mas *tuon* (*ich tue, eu faço*), não mais *tagum*, mas *tagun* (*den Tagen, aos dias*), não mais *namum*, mas *namun* (*wir nehmen, nós pegamos*). Entretanto, o *m* subsiste por toda parte onde ele está em relação com a raiz, assim em *arm* (*der Arm, o braço*), *nam* (*er nahm, ele pegara*) porque ao lado dessas formas encontramos formas aparentadas apresentando um *m* mediano, por exemplo, *armes, něman*. O que se passou, então? Quaisquer que sejam as razões, o hábito se formou, numa certa comunidade, num certo momento, de operar na ocasião a nasal final, não a oclusão labial, mas a oclusão dental, situada mais atrás na boca, o que teve por efeito deixar os lábios entreabertos na emissão do fim da palavra tanto que proferiremos *tagun* no lugar de *tagum*. É portanto da mesma maneira que proferimos *arn* no lugar de *arm*. Ora, *arn* se encontra interiormente ligado a *armes, arme, etc.*, de modo que as formas *armes, etc.* continuam a ser obscuramente presentes quando emitimos *arn*, o que pode explicar a transformação de *arn* em *arm* e assim o retorno da forma anterior. Mas

pode também acontecer de, em todos os locutores ou ao menos em certos dentre eles, *arn* nunca ter ocorrido porque a presença implícita de *armes* impedia a produção de um *n*. Para dizer de maneira mais geral, a tendência a tratar uniformemente todos os sons submetidos a condições idênticas pode portanto ser suspensa num ponto dado porque ela interfere então com uma tendência mais forte. Tais efeitos são extraordinariamente numerosos e se encontram mesmo fora dos sistemas da declinação e da conjugação (Delbrück, citado por Caussat, 1978a : 30-31).

Considerando portanto que o postulado inicial exclui a exceção, é preciso procurar a lei. A analogia, como observa Caussat, representa um papel de contradomínio, se opondo ao domínio das leis fonéticas. Trata-se de funções contrastadas. Enquanto no fonetismo “há a propagação uniforme a partir de *um* elemento inicial”, na analogia é antes o contrário que tem lugar, na medida em que se trata de “um conjunto já dado de formas que estendem seu modelo paradigmático” (Caussat, 1978a : 31). Caussat propõe um quadro indicando a existência de dois domínios, como vimos mais acima, “igualmente marcados de legalidade”, mas “com funções inversas”:

Fonetismo	Analogia
Inovação	Resistência
Produção	Regularização
Mecânico (fisiologia)	Psicologia
Inconsciente	Consciente
Material	Formal
Interno	Externo

Tobler, em sua resenha sobre os *Prinzipien* de Hermann Paul, formula uma questão em torno desse contraste legal e ressalta uma dificuldade:

Mas admitindo que devemos recorrer a um “Ou isso” – “Ou aquilo”, como conceber a contigüidade, a distribuição, ao mesmo tempo em que o contato dos dois princípios? Em nome de sua heterogeneidade e sua diferença respectiva, será preciso que subsistam simultaneamente e ao mesmo nível, lado a lado, ou um deles é *a priori* o constitutivo, o outro não sendo senão o princípio complementário e associado? (Tobler, 1881, citado por Causat, 1978 : 32).

Esse questionamento diz respeito ao conceito mesmo de *lei*. Como vimos mais acima, não se trata de lei no sentido estrito, na medida em que a mudança pressuposta escapa a toda idéia de preformação teleológica. Causat (1978a : 33) evoca as dificuldades ligadas ao conceito de lei, que suscitarão um “movimento de retirada”; elas se situam no nível da distinção entre *lei* e *causa* e das restrições às quais as leis fonéticas são cada vez mais limitadas. No que concerne à primeira “retirada” as leis fonéticas não portam sobre as causas mas sobre os fenômenos uma vez manifestados; em relação às restrições, as leis são limitadas a condições cada vez mais discretas: um tempo dado, um lugar dado. Segundo o autor, a noção de lei suscita problemas: se se trata de “reintegrar cada um dos movimentos parciais no conjunto a longo termo de uma evolução secular”, então será necessário “visar à definição de uma trajetória contínua” (id.). Recai-mos, porém, sobre o descontínuo e o contingente, quando se trata de leis históricas, ou, de maneira paradoxal, somos então conduzidos ao problema da origem e portanto a um período extra-histórico. Assim,

Ou as leis históricas são elas mesmas históricas, e não são leis, ou se trata de leis, e elas remetem a outra coisa que a história (a fisiologia por exemplo) [...]. Ou é claro que estamos diante de um contra-senso maior, porque evocamos um estado primitivo das palavras e que nos referimos às causas constantes assimiláveis a forças mecânicas, o que conduz a curto-circuitar a história e a anular a mudança fonética (Caussat, 1978a : 35).

Eis o impasse ao qual os neogramáticos chegam. Re coloquemos esse problema num contexto mais amplo.

IV. 3. O impasse fundamental

A “nova disciplina”, desenvolvida a partir do segundo decênio do século XIX constitui um “novo tecnicismo” (Morpurgo Davies, 1998 : 124). Esse caráter técnico tem a sua origem a primeira geração de comparatistas. Para Balbi (1826), como nota Morpurgo Davies, essa primeira geração experimenta um ceticismo quanto ao “espírito de sistema” que concerne a uma tradição lingüística que é preciso superar. Se com a segunda geração de comparatistas descobre-se uma nova ordem de estudos, não é senão com Schleicher que se desenvolve a elaboração de uma conceitualidade cujo objetivo é estabelecer as bases de uma ciência da linguagem – a “glótica” – tendo como modelo as ciências naturais. Temos assim a delimitação do campo; o objeto de estudo bem definido; o método, claro e acabado. Pura ilusão. Whitney, já em 1867, inicia um debate em torno da natureza do objeto, fazendo ruir as bases sobre as quais a ciência da linguagem se edificava. Isto é, ele inicia um debate de ordem epistemológica, provocando uma crise de fundamento.

Esse debate é todavia suspenso quando da ascensão dos neogramáticos cujo projeto, fundando sobre uma busca de rigor metodológico, insiste num *a priori* das leis fonéticas sem exceção, propondo um “slogan” que é utilizado sobretudo como instrumento de conquista institucional¹². Nossa reflexão coincide com aquela de J-L.Chiss e C. Puech. Segundo esses autores, os neogramáticos fornecem mais uma metodologia coerente, uma justificativa sólida para as pesquisas históricas, que a modificação do *telos* da lingüística (cf. Chiss & Puech, 1997 : 38). Motivo pelo qual a aventura neogramática suspende o debate epistemológico em torno da natureza do objeto da ciência da linguagem. Esse debate retorna, apesar de tudo, com a querela das leis fonéticas e os jovens de Leipzig se vêem novamente diante da questão recalcada. Trata-se de uma crise, que, na opinião de Auroux, é “sem precedentes”, e “tão profunda como aquelas que abalarão um pouco mais tarde a física (paradoxos da luz, da relatividade) ou as matemáticas (paradoxos de Russel)”; a nova ciência “é incapaz de definir o que é uma língua, de dizer em que consiste exatamente seu objeto” (Auroux, 2000 : 411).

O impasse teórico está ligado à noção de *mudança* que está longe de ser evidente. Como nota Caussat, ele releva de uma ordem fictícia, na medida em que pressupõe uma memória capaz de comparar os efeitos diferentes postos em funcionamento em momentos diferentes o que não existe senão em filologia. O lingüista todavia quando analisa os processos da linguagem falada deve admitir que “as modificações são sempre integradas no processo *atual* da linguagem, participando de sua complexidade e de sua *inconsciência* (Caussat, 1978a : 38, sublinhado no texto). Ele deve portanto admitir igualmente uma ordem diferente daquela da sucessão temporal, constitutiva

¹² Para uma análise mais detalhada sobre essa questão, cf. Wilbur, 1977.

do funcionamento da linguagem. Lá se encontra o embrião da idéia de sistema, já iniciada por Paul para quem “há em todas as línguas uma certa harmonia do sistema fonético. Descobrimos então que a direção para a qual deriva um som deve ser co-condicionada pelo conjunto dos outros sons” (Paul, 1880 citado por Caussat, 1978b : 58). Esse esboço da noção de sistema nasceu assim numa esfera concernente ao fonetismo de onde, por exemplo, a hipótese de Hugo Schuchardt de uma suposta “analogia puramente fonética”. Para esse autor,

entre as leis fonéticas, aquelas que são suscetíveis de ser perturbadas pela analogia relevam de condições psicológicas; ora, isso se funda no fato que entre os fenômenos próprios a uma e a outra dessas categorias não há nenhum abismo” (Schuchardt, 1885 citado Por Caussat, 1978b : 68).

A escola de Kazan representa aí um papel importante. Opondo-se à idéia de migração de sons, Baudouin de Courtenay (1895) desenvolve a teoria do grau zero, uma teoria de um “puro jogo de formas”. Segundo esse autor, isso que chamamos habitualmente *mudança* não é senão o fenômeno da co-incidência – ou alternância – que

não é nem uma mudança fonética na instância atual nem uma sucessão na ordem das séries históricas. Ela realiza puramente e simplesmente o fato de diferenciação fonética entre os morfemas etimologicamente identificados” (Baudouin de Courtenay, 1895, citado por Caussat, 1978b : 76).

É em resposta a esse impasse resultado das idéias neogramáticas – a relação problemática entre o que releva de uma sucessão temporal e o que releva de um estado – que Saussure desenvolve sua reflexão concernente à

lingüística geral. Segundo Chiss, “para o projeto saussuriano de ciência lingüística, a condição de possibilidade parece ser de se livrar do desembaraço dos problemas gravitando em torno da *temporalidade*. É o papel atribuído à oposição entre sincronia e diacronia” (Chiss, 1978a : 99). Saussure radicaliza a dualidade entre os dois aspectos da linguagem – o estático e o dinâmico –, já iniciado com os neogramáticos. Entretanto, como nota Chiss, “pelo *pleno* reconhecimento dessa dualidade, Saussure se demarca *claramente* dos seus predecessores” (ibid. : 100, nós sublinhamos). Segundo o mestre genebrino, “muito poucos lingüistas duvidam que a intervenção do fator tempo é própria a criar à lingüística dificuldades particulares e que ela coloca sua ciência diante de duas rotas absolutamente divergentes” (Saussure, 1985 : 114).

IV. 4. A oposição sincronia/diacronia: condição necessária para o estabelecimento da ciência lingüística

Para Saussure, a distinção entre os aspectos estático e dinâmico da linguagem é uma necessidade “absoluta”. Não se trata aí de uma simples comodidade de pesquisa ou de método, mas de uma condição para a definição do objeto. Embora a língua tenha uma história, esta escapa à consciência dos sujeitos falantes. Esta sucessão contínua de ordem diacrônica não cessa de se dissolver na dimensão do presente, isto é, a dimensão da sincronia. Os fatos diacrônicos não são da mesma ordem que aqueles da série sincrônica, “porque nós temos estabelecido que as mudanças se produzem fora de toda intenção. Ao contrário o fato sincrônico é sempre significativo; ele sempre chama dois termos simultâneos” (Saussure, 1985 : 122). Assim, como sustenta Chiss, uma reconciliação entre essas duas ordens parece pouco plausível: “a heterogeneidade saussuriana do sincrônico e do diacrônico abre a uma concepção teórica do sincrônico presente do conhecimento, que subordina a

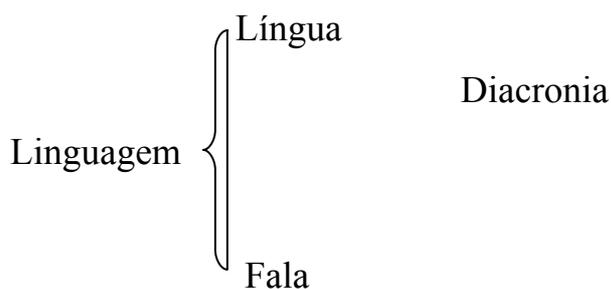
inteligência do passado da língua à consideração da sincronia como sistema articulado de conceitos” (Chiss, 1978a : 102).

Como vimos mais acima, para Saussure, a intervenção do fator tempo traz problemas ao lingüista e põe a lingüística em duas rotas radicalmente distintas. O que obriga a uma tal separação é, para Saussure, a noção de valor. Saussure estabelece uma comparação com a economia política: “nas duas ciências, trata-se de um *sistema de equivalência entre duas coisas de ordens diferentes*: numa um trabalho e um salário, noutra, um significado e um significante” (Saussure, 1985 : 115, sublinhado no texto).

O autor estabelece assim uma distinção entre dois eixos: o eixo das simultaneidades, “relativo às relações entre coisas coexistentes, de onde toda intervenção do tempo é excluída” e o eixo das sucessividades, “sobre o qual não podemos jamais considerar senão uma coisa ao mesmo tempo, mas onde estão situadas todas as coisas do primeiro eixo com suas mudanças” (id.). Essa distinção se torna necessária para as ciências que lidam com a noção de valor.

A distinção entre sincronia e diacronia constitui “o passo fundador no projeto saussuriano” (Chiss, 1978a : 101), ou seja, uma condição maior para o estabelecimento da ciência lingüística. No CLG, Saussure define a dicotomia sincronia/diacronia como a “segunda bifurcação”, definindo inicialmente a dicotomia língua/fala, como indica o quadro seguinte:

} Sincronia



Mas ao que parece, Saussure teria descoberto esta segunda bifurcação antes da “primeira”. De fato, se em suas entrevistas com Riedlinger ele apresenta a distinção língua/fala como a “primeira verdade”, Chiss observa que, em seu terceiro Curso, o lingüista faz do arbitrário do signo o “primeiro princípio”. Ora, afirma Chiss, esse princípio, “implica a relação sistema/valor que pressupõe o reconhecimento da dualidade fundamental regindo todas as ciências que operam sobre os valores” (Chiss, 1978a : 101).

IV. 5. A oposição sincronia/diacronia e a noção de lei em lingüística

Saussure no CLG, se pergunta: “os fatos da língua são eles realmente regidos por leis e de qual natureza podem ser elas?” Ele começa por anunciar uma hipótese: “a língua, sendo uma instituição social, poderíamos pensar *a priori* que ela é regida por prescrições análogas a essas que regem as coletividades”. Segundo o autor, a lei social “é imperativa e [...] geral; ela se impõe e ela se estende a todos os casos, em certos limites de tempo e lugar, bem entendido”. Podemos, assim, falar de lei em lingüística no sentido da sociologia? Para responder a essa pergunta, é preciso, antes de mais nada, segundo o autor, separar os dois aspectos da linguagem: sincronia e diacronia, isto é, considerar o caráter duplo da linguagem. “Há dois problemas que não

devemos confundir: falar de lei lingüística em geral é querer abraçar um fantasma” (Saussure, 1985 : 129-130).

No que diz respeito ao aspecto sincrônico, Saussure afirma: “a lei sincrônica é geral, mas ela não é imperativa”. Embora ela se imponha aos indivíduos pela coação do uso coletivo, não se trata aí de uma obrigação: “na língua nenhuma força garante a manutenção da regularidade quando ela reina sobre qualquer ponto” (id.). De fato, a lei sincrônica é a “simples expressão de um estado de coisas; [...]. E a ordem que ela define é precária, precisamente porque ela não é imperativa”. Quanto ao aspecto diacrônico, ele supõe “um fator dinâmico pelo qual um efeito se produz”, uma coisa se executa. “Esse caráter imperativo, contudo, não basta para que apliquemos a noção de lei aos fatos evolutivos”. Com efeito, segundo Saussure, “falamos de lei quando o conjunto de fatos obedece à mesma regra e não obstante certas aparências contrárias, os eventos diacrônicos têm sempre um caráter acidental e particular” (Saussure, 1985 : 131).

Em resumo, os fatos sincrônicos apresentam uma certa regularidade, mas eles não são imperativos, enquanto os fatos diacrônicos são imperativos mas não são gerais. Assim, Saussure conclui que se ainda quisermos falar em leis lingüísticas, esse termo tem significados bastante específicos, segundo as duas ordens de fenômenos estabelecidas pelo autor, para quem o termo *lei* em lingüística remete ao sentido jurídico, em oposição a natural.

Saussure se pergunta ainda se pode haver um ponto de vista pancrônico, isto é, um ponto de vista a partir do qual se constataria leis no sentido das ciências físicas e naturais. Sua resposta é clara:

Sem dúvida. Assim porque se produz e se produzirá sempre mudanças fonéticas, podemos considerar esse fenômeno em geral como um dos aspectos constantes da linguagem; é portanto uma das suas leis [...]. Mas são lá princípios gerais existentes independentemente dos fatos concretos; desde que falemos de fatos particulares e tangíveis, não há ponto de vista pancrônico. Assim, cada mudança fonética, qual que seja sua extensão, é limitada a um tempo e um território determinados; nenhum fenômeno se produz em todo tempo e em todo lugar; ele não existe senão diacronicamente. *É justamente um critério ao qual podemos reconhecer isso que é da língua e isso que não o é. Um fato concreto suscetível de uma explicação pancrônica não poderia lhe pertencer?* (Saussure, 1985 : 134-135, nós sublinhamos).

Quanto ao problema das leis fonéticas, a reflexão saussuriana, de um rigor extremo, propõe uma relativização do termo *lei* a partir de uma operação epistemológica fundamental. Concebendo a ciência lingüística como uma ciência dupla, Saussure estabelece duas ordens de fatos, cada um obedecendo a funcionamentos particulares, cuja regularidade não é jamais absoluta.

Neste capítulo, abordamos o desenvolvimento de um debate cujo ponto culminante marca a constituição de uma ciência lingüística. Seguindo a via aberta por Whitney, os neogramáticos se afastam da tradição naturalista e organicista e postulam a historicidade sem finalismo. Não se trata mais, dessa forma, de explicar a mudança como resultado de um processo de decadência, de onde a importância atribuída à dimensão do sujeito falante. Mas a crítica se efetua essencialmente sobre um plano metodológico de modo que o *telos* da lingüística resta intacto. A fim de evitar uma nova mitologia, foi preciso estabelecer um aparato teórico que pudesse assegurar o caráter operatório do

conceito de *mudança*. A noção de lei fonética sem exceção foi então mobilizada, mas não sem objeções.

Ora trata-se aí de uma noção longe de ser evidente. Para se distinguir e marcar sua especificidade enquanto escola lingüística os neogramáticos forjam-na, mas de maneira apriorística. A justificativa: o rigor científico. Esses jovens lingüistas não são, em geral, teóricos, e seus projetos não são sem relação com interesses institucionais. Assistimos assim ao recalque de um debate ainda aberto – aquele relativo à natureza do objeto da lingüística – que retorna, todavia, sob a forma de um impasse. A comparação estabelecida por Auroux segundo a qual tudo se passa “como se o comparatismo estivesse na situação de um arquiteto que constrói uma casa esplêndida esquecendo os fundamentos” (Auroux, 2000 : 412) nos parece particularmente apropriada.

A intervenção de Saussure consiste sobretudo em fornecer um “ponto de vista organizador” (Chiss, 1978a : 100). Com efeito, se “outras ciências operam sobre objetos dados antecipadamente que podemos em seguida considerar segundo diferentes pontos de vista”, em lingüística, “não há nada parecido”. De fato, “muito longe do objeto preceder o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (Saussure, 1985 : 23).

Para terminar, gostaríamos apenas de dizer que concordamos com o ponto de vista de Morpurgo Davies segundo o qual não há por que pensar que Saussure não estivesse de acordo com os principais pontos de vista dos neogramáticos, isto é, o antiorganicismo, a importância atribuída às línguas vivas, a regularidade das mudanças fonéticas, o papel da analogia, o anti-atomismo, assim como a distinção entre diacronia e sincronia. Entretanto, sobre este último aspecto, pensamos que se trata para Saussure de uma

distinção essencial na medida em que ela representa a condição mesma da definição do objeto, diferentemente dos neogramáticos que negligenciaram esse aspecto fundante.

V. A história e o sujeito falante em Saussure

Após esse longo desvio que, de certa forma, os três capítulos anteriores parecem representar, temos assim a reconstituição, a partir de um enfoque determinado, do contexto de emergência das idéias de Saussure, o que já nos permite afirmar que o autor, diferentemente de um determinado discurso, representa uma reação contra uma tradição que excluiu indivíduo e sociedade, isto é, uma reação à tradição naturalista em lingüística.

Como vimos com Morpurgo Davies, numa primeira tradição comparatista iniciada já a partir do fim do século XVII, a comparação entre as línguas constitui um meio de conhecimento histórico. Trata-se da abordagem filológica.

No interior dessa primeira tradição, vemos se desenvolver uma escola cujo interesse pelas línguas não é mais secundário: ela procura tomar as línguas como objeto de uma ciência à parte. Essa abordagem se desenvolve

sobretudo com Bopp e toma sua forma mais elaborada em Schleicher. Sendo teorizado a partir do modelo das ciências naturais, o novo objeto, a linguagem, é considerado como um organismo vivo, inteiramente independente do homem e da cultura.

A reação a esse paradigma naturalista é iniciada por Whitney e Bréal, para quem a linguagem não pode ser assimilada a um organismo vivo. Para esses autores, sua natureza é histórica, dito de outro modo, ela releva do homem. O projeto saussuriano de uma lingüística geral é em grande medida o ponto culminante dessa tradição histórica.

De onde vem assim todas as críticas dos autores dos anos 1960/70 segundo as quais Saussure teria esquecido história e sujeito falante? Considerando que elas tomam como base o CLG, este seria então um texto apócrifo? As fontes manuscritas revelariam um novo Saussure? De quais fontes dispúnhamos nos anos 1960/70? Até que ponto essas críticas são justificáveis?

Neste capítulo, tentaremos responder a essas questões, nos concentrando no conceito de história em Saussure. Lembremos que este trabalho não constitui uma leitura visando à caracterização do “verdadeiro” Saussure; trata-se antes de estudar, a partir do material do qual dispomos hoje, a constituição de uma certa representação de Saussure, em particular aquela de Michel Pêcheux, fundador da escola francesa de análise de discurso. Assim, lemos Saussure em função da crítica a ele endereçada concernente à história. Perguntamos-nos se o conceito de língua como sistema de signos é de fato estranho à noção de história e até que ponto são esses dois elementos conciliáveis na perspectiva desenvolvida por Saussure.

V. 1. O ponto de vista da lingüística interna

A reação contra o paradigma naturalista em lingüística recusa a possibilidade de leis imanentes. Vimos que uma tal recusa não implica necessariamente a aceitação unicamente do caráter externo da linguagem. Na realidade, a emergência do paradigma histórico marca uma bifurcação nos estudos lingüísticos inscritos nesse paradigma; duas grandes linhas se desenham então: de um lado, temos uma lingüística interna; de outro, uma lingüística externa. Os editores do CLG consagram a esse assunto o quinto capítulo da introdução cuja fonte está numa lição do segundo curso de lingüística geral ministrado por Saussure em Genebra nos anos de 1908-1909¹³.

A lingüística externa estuda as relações entre a lingüística e a etnologia, entre a história das línguas e das raças ou civilizações, as relações entre língua

¹³ O título do capítulo “Elementos internos e elementos externos da língua” é forjado pelos editores. Nas notas de Riedlinger, o título da lição é “Divisão interior das coisas da lingüística”. Para de Mauro, “o título escolhido pelos editores para esse capítulo não é muito feliz: seria melhor substituir *língua por lingüística*” (De Mauro, 1985 : 428, nota 82, sublinhado no texto).

e história política, de fatos históricos como a conquista romana, por exemplo, cuja importância no que diz respeito aos fatos lingüísticos são incalculáveis. Ela visa igualmente às relações entre a língua e as instituições ligadas ao desenvolvimento literário de uma língua entrando em conflito com os dialetos locais (igreja, escola, etc.), assim que a extensão geográfica das línguas e seu fracionamento dialetal (cf. Saussure, 1985 : 41).

Segundo Saussure esse domínio de estudo é “importante” e “frutuoso”, mas “é falso dizer que sem ele não possamos conhecer o organismo lingüístico interno”. O professor genebrino toma como exemplo o empréstimo de palavras estrangeiras, fenômeno privilegiado em Meillet, e explica que esse fenômeno “não é de modo algum um elemento constante na vida de uma língua”. Ele cita o exemplo dos patoás “que jamais admitiram por assim dizer um só termo artificial vindo de fora”. De fato, o empréstimo perde sua razão de ser a partir do momento em que consideramos a língua como um sistema: “a palavra emprestada não conta mais enquanto tal, assim que é estudada no seio de um sistema; ela não existe senão em sua relação e sua oposição com as outras palavras que lhe são associadas, em mesmo título que não importa qual signo original” (Saussure, 1985 : 42).

Para Saussure, é preciso separar o ponto de vista da lingüística interna daquele da lingüística externa porque “cada qual cria um método distinto”. Para a lingüística externa, trata-se de agrupar fatos concernentes à expansão de uma língua fora de seu território e fatores que serviram para criar uma língua literária; a ordenança de fatos não existe todavia senão pela necessidade de clareza. A lingüística interna, em compensação, “não admite qualquer disposição; a língua é um sistema que não conhece senão sua ordem própria” (Saussure, 1985 : 43).

Se Saussure adota o ponto de vista da lingüística interna, sustentando uma ordem própria da língua, é que o autor visa à autonomia da ciência da linguagem. Esta opção epistemológica não implica todavia a afirmação da existência de uma independência da língua em relação ao sujeito falante e à história. No texto que abre o CLG, Saussure rende homenagem a Whitney e aos neogramáticos por terem colocado a lingüística no seu eixo verdadeiro:

Graças a eles não vemos mais na língua um organismo que se desenvolve por si mesmo, mas um produto do espírito coletivo dos grupos lingüísticos. Ao mesmo tempo em que compreendemos o quanto eram errôneas as idéias da filologia e da gramática comparada (Saussure, 1985 : 19).

O autor continua em nota de rodapé e afirma:

A nova escola, encerrando mais de perto a realidade, declarou guerra à terminologia dos comparatistas, e notadamente às metáforas ilógicas das quais ela se servia. Desde então não ousamos mais dizer: “a língua faz isso ou aquilo”, nem falar da “vida da linguagem”, etc., porque a língua não é uma entidade, e *não existe senão nos sujeitos falantes* (Saussure, 1985 : 19, nota 1, nós sublinhamos).

A língua, segundo Saussure, é um fato social. Na medida em que se trata de uma teoria imanente, esse caráter social é interno à língua. Como, entretanto, compreender essas duas afirmações aparentemente contraditórias, a saber: a afirmação da ordem própria da língua e aquela de seu caráter social?

Eis uma questão fundamental da lingüística saussuriana que não é sem relação com a ordem de exposição escolhida pelos editores do CLG. Nós acreditamos mesmo que é a ordem de exposição do texto que suscita essa questão que acabamos de formular. A comparação das notas dos estudantes tomadas na ocasião do terceiro curso de lingüística geral com a edição de Bally e Séchehayé revela que a parte consagrada à lingüística geográfica, a última parte do CLG, aparece, nas notas, no início do curso¹⁴. O plano do terceiro curso de Saussure é apresentado na ocasião da lição do dia 4 de novembro de 1910:

“1º) As línguas;

2º) A língua;

3º) Faculdade e exercício da linguagem nos indivíduos” (Saussure, 1993 : 187).

Esse plano se justifica da seguinte maneira:

A coisa dada não é somente a língua mas as línguas, e o lingüista se vê na impossibilidade de estudar outra coisa no começo que a diversidade das línguas. Ele deve estudar antes as línguas, o máximo possível de línguas, ele deve estender seu horizonte o tanto quanto ele puder [...]. É assim que nós procederemos. Pelo estudo, [pela] observação dessas línguas, ele poderá tirar traços gerais, ele reterá tudo isso que lhe pareça

¹⁴ O CLG foi publicado em 1916, três anos após a morte de Saussure (1857-1913), por dois de seus colegas, Charles Bally (1865-1947) e Charles-Albert Séchehayé (1870-1946), a partir de notas de alunos tomadas na ocasião dos três últimos cursos de Saussure na Universidade de Genebra, durante os anos escolares de 1906-1907; 1908-1909; 1910-1911. No prefácio dessa obra, os editores justificam a configuração do texto da edição final apresentando todas as dificuldades de reconstituição do pensamento de Saussure: publicar todas as notas em sua forma original seria apresentar “aspecto heteróclito” à obra; “se limitar a um só curso – e a qual? – seria empobrecer o livro de todas as riquezas presentes abundantemente nos dois outros”, apresentar determinados pedaços “distorceria o pensamento de nosso mestre, não apresentando senão fragmentos de uma construção cujo valor aparece apenas no conjunto”. A opção finalmente escolhida pelos editores, “mais árdua, mas também [...] mais racional” foi de reconstituir o pensamento de Saussure em forma de “síntese” sobre a base do terceiro curso (Bally & Séchehayé, 1985 : 9)

essencial e universal, para deixar de lado o particular e o acidental. Ele terá diante de si um conjunto de abstrações que será a língua. É o que podemos resumir nesta segunda divisão: a língua. Na língua, nós resumimos isso que nós podemos observar nas diferentes línguas (Saussure, 1993 : 192-193).

As implicações dessas considerações são decisivas. Segundo Tullio de Mauro, “na concepção final que teve Saussure da ordem a dar aos teoremas de sua lingüística, as páginas sobre ‘as línguas’ deviam ser as primeiras: do ponto de vista pedagógico, o leitor profano [...] teria assim antes de tudo acesso à acidentalidade histórica que domina a vida das línguas” (De Mauro, 1985 : 474, nota 291).

Assim, nós podemos compreender a posição de J. Fehr, para quem, o que faz falta na apresentação de Bally e Séchehayé é a consideração do conceito de língua em perspectiva epistemológica, como posto no terceiro curso de Saussure (cf. Fehr, 2000 : 66).

V. 1.1. A questão da mudança lingüística

Ao abordar a lingüística geográfica, Saussure começa por fazer a seguinte observação: a primeira coisa que chama a atenção no estudo das línguas é “sua diversidade, as diferenças lingüísticas que aparecem assim que passamos de um país a outro, ou mesmo de um distrito a outro” (Saussure, 1985 : 261). A diversidade geográfica é assim “a primeira constatação feita em lingüística” (ibid. : 262).

Uma vez constatada essa diversidade, o lingüista procura descobrir analogias, cuja observação permite afirmar o laço de parentesco entre as

línguas, ou seja, sua origem comum. Isso corresponde ao começo das pesquisas em lingüística histórico-comparatista, isto é, ao começo de uma “data-oriented linguistics”, segundo a terminologia de Morpurgo Davies (cf. supra). Saussure observa que a diversidade geográfica já havia sido constatada pelos gregos. “Mas, coisa curiosa, a ciência levou um tempo enorme para utilizar as constatações dessa ordem; assim, os gregos, que muito haviam observado semelhanças entre o vocabulário latino e o seu, não souberam tirar nenhuma conclusão lingüística” (Saussure, 1985 : 262). Nessa parte inicial do terceiro curso, consagrada à geografia lingüística, é o tema da mudança que está em questão.

Saussure distingue idioma local e língua literária¹⁵. Esta última constitui um obstáculo em relação ao desenvolvimento “natural” de um idioma, pois, “deixada a ela mesma, a língua não conhece senão dialetos, nenhum usurpando o outro, e assim ela é destinada a um fracionamento indefinido” (Saussure, 1985 : 267-268). Quando de seu estudo sobre a diversidade geográfica, Saussure faz abstração do fato de que um idioma natural recebe a influência de uma língua literária: “nós fazemos aqui abstração de tudo o que prejudica o ponto de vista da diversidade geográfica natural, por considerá-la o fenômeno primordial, fora de toda importação de língua estrangeira e de toda formação de um língua literária” (ibid. : 269).

Se a primeira coisa que chama a atenção do lingüista é a diversidade geográfica, a diferenciação lingüística não releva unicamente do fator espaço. Acreditar no contrário, segundo Saussure, é, contudo, uma ilusão: o espaço sozinho não pode exercer ação alguma sobre a língua. O autor aponta assim

¹⁵ Saussure observa: “por ‘língua literária’ nós entendemos não apenas a língua da literatura, mas, num sentido mais geral, toda espécie de língua cultivada, oficial ou não, ao serviço de toda comunidade (Saussure, 1985 : 267).

para outro fator, “menos concreto que o espaço”, mas que, em realidade, “é dele que releva a diferenciação lingüística”. Trata-se do fator tempo. Para Saussure, “a diversidade geográfica deve ser traduzida em diversidade temporal” (ibid. : 271). O tempo é portanto a causa essencial da diversidade geográfica. Em suas notas preparatórias relativas ao terceiro curso, Saussure escreve: “a modificação permanece uma coisa relativa ao tempo apenas, embora seja diferente no espaço. O tempo, mesmo reduzido a um só ponto do espaço, produzirá modificação. Ao contrário, o espaço, sem o tempo, é incapaz de produzir alguma” (Saussure, 2002 : 312).

A evolução todavia não é uniforme e varia segundo o lugar. Dito de outro modo, uma língua não muda de maneira análoga sobre a totalidade de um domínio qualquer. Sua evolução apresenta duas características, a saber:

1° A evolução toma a forma de inovações sucessivas e precisas, constituindo tantos fatos parciais que nós podemos enumerar, descrever e classificar segundo sua natureza (fatos fonéticos, lexicológicos, morfológicos, sintáticos, etc.).

2° Cada uma dessas inovações se realiza sobre uma superfície determinada, a seu ar distinto. De duas coisas uma: ou o ar de uma inovação cobre todo o território, e ela não cria nenhuma diferença dialetal (é o caso mais raro); ou, como acontece ordinariamente, a transformação não atinge senão uma porção do domínio, cada fato dialetal tendo seu ar especial (Saussure, 1985 : 273-274).

A concepção que fazemos habitualmente dos dialetos¹⁶ é então substituída pela idéia de “caracteres dialetais” (ibid. : 276). Essa idéia remonta a Johannes Schmidt (mas também a Meyer, Paris), que inaugura, com seu trabalho intitulado *Die Verwandtschaftsverhältnisse der indogermanischen Sprachen* [As relações das línguas indo-européias], a teoria das ondas (*Wellentheorie*). Saussure, fazendo referência a esse trabalho, afirma: “compreendemos que o fracionamento no local basta para explicar as relações recíprocas entre as línguas indo-européias, sem que seja necessário admitir que os diversos povos tivessem deixado suas posições respectivas” (ibid. : 287). A partir dessa teoria, Saussure fala de duas forças: a “força do intercuro” e o “espírito do sino”. Segundo o autor,

A propagação dos fatos de língua é submetida às mesmas leis de todo hábito, a moda por exemplo. Em toda massa humana duas forças agem sem cessar simultaneamente e em sentidos contrários; de uma parte o espírito particularista, o “espírito do sino”; de outra, a força do “intercurso”, que cria as comunicações entre os homens (ibid. : 281).

O espírito do campanário torna os homens sedentários; a força do intercuro, ao contrário, os empurra à comunicação. Assim, “todo caráter comum com um outro falar releva do intercuro; todo caráter que não pertence senão ao ponto considerado é devido à força do sino”. Mas “desde que se trata de uma superfície, uma região, por exemplo, [...] não podemos mais dizer a qual dos dois fatores se reporta um fenômeno dado; todos os dois, apesar de opostos, estão implicados, em cada caráter do idioma” (ibid. : 284). Saussure termina assim sua reflexão fazendo “abstração da força

¹⁶ Esta concepção, para Saussure, considera os dialetos “como tipos lingüísticos perfeitamente determinados, circunscritos em todos os sentidos e cobrindo sobre o mapa dos territórios justapostos e distintos (a,b,c,d,etc.)” (Saussure, 1985 : 275).

particularista”, ou, o que dá no mesmo, a considera como “o aspecto negativo da força unificante” (ibid. : 285).

V. 1.2. O princípio do movimento da língua no tempo

Saussure, ao se perguntar sobre o que se passará num país unilíngüe cuja população é fixa, afirma: “a imobilidade absoluta não existindo em matéria de linguagem (ver p. 110), no fim de um certo lapso de tempo a língua não será mais idêntica a ela mesma” (ibid. : 273). Os editores remetem o leitor à página 110 do CLG, isto é, ao segundo capítulo da primeira parte, intitulado “Imutabilidade e mutabilidade do signo” e, mais especificamente ao sub-capítulo “Mutabilidade”. De acordo com este último, nós podemos ver claramente que as línguas se modificam segundo o princípio da alteração no tempo: a “evolução é fatal; não há exemplo de uma língua que resista. No fim de um certo tempo podemos sempre constatar deslocamentos sensíveis” (ibid. : 111). Trata-se de um princípio, o “princípio do movimento da língua no tempo” (Saussure, 2002 : 157), ou o “princípio da transformação incessante das línguas”, evocado por Saussure pelo menos desde 1891, quando de sua segunda conferência na Universidade de Genebra. Nessa ocasião, Saussure afirma:

Quem quer que seja que ceda à primeira ilusão para representar o francês como algo de imóvel, à hora que ele está ou a um momento qualquer, acaba necessariamente por nada compreender o que se passou durante o período entre o ano de 500 e 900: então ele supõe um salto: ou um salto diante de uma alínea, um passe de mágica ou um parto espantoso pelo qual um idioma dá subitamente vida a um outro. Igualmente se ele começa por suprimir a idéia de *continuidade*, imaginando que um dia o

francês saiu como Minerva do cérebro de Júpiter armado de todas as peças dos flancos da língua latina, ele cai regularmente no sofisma da *imutabilidade*; ele supõe naturalmente que entre dois se seus altos imaginários a língua está num estado de *equilíbrio* e de repouso, ou ao menos de equilíbrio oposto a seus saltos, enquanto que não há jamais em realidade um equilíbrio, um ponto permanente, estável em nenhuma linguagem. Nós estabelecemos assim o princípio da transformação incessante das línguas como absoluto. O caso de um idioma que se encontraria em estado de imobilidade e de repouso não se apresenta (Saussure, 2002 : 157-158).

Assim, pressupor um salto entre dois períodos não tem sentido algum, pois “um estado de equilíbrio e de repouso” não existe: as línguas são sempre tomadas num processo de transformação constante. Nas notas preparatórias para o terceiro curso, Saussure afirma igualmente:

Não há exemplo de imobilidade absoluta. O que é absoluto é o princípio do movimento da língua no tempo. Movimento que se faz de maneira diversa e mais ou menos rápida segundo o caso, mas fatalmente. Nada pode entravá-lo: talvez os períodos agitados por guerras, por problemas civis, por crises nacionais cheguem a acelerá-lo como temos freqüentemente pretendido; mas é indiferente para o princípio porque, mesmo nos mais tranqüilo dos períodos, não veremos jamais o rio da língua idêntico, se o tomamos acima ou abaixo de um certo intervalo (ibid. : 311).

Como, porém, as línguas se modificam no tempo? Como o tempo age sobre elas? Esse princípio da modificação parece encobrir um caráter fundamental de todas as línguas e que, aliás, não escapou a Saussure, a saber:

a circulação das línguas. Sobre essa característica, fundamental, portanto constitutiva, lemos no CLG:

[...] Isso é tão verdadeiro que esse princípio [da alteração no tempo] deve se verificar mesmo a propósito das línguas artificiais. Aquele que cria uma língua a tem nas mãos até o momento em que ela não entra em circulação; mas a partir do instante em que ela cumpre sua missão e se torna a coisa de todo mundo, o controle escapa. O esperanto é um ensaio desse gênero; se ele chega a se concretizar, escapará ele a essa lei fatal? Passado o primeiro momento, a língua entrará muito provavelmente em sua vida semiológica; ela se transmitirá por leis que não têm nada de comum com aquelas da criação refletida, e não se pode mais voltar atrás. O homem que pretendesse compor uma língua imutável, que a posteridade devesse aceitar tal qual, se pareceria com a galinha que chocou um ovo de pato: a língua criada por ele seria arrebatada bom grado mal grado pela corrente que leva todas as línguas (Saussure, 1985 : 111).

Pensamos, como Fehr, que “se a modificação é bem descrita como uma ‘consequência do tempo’, o tempo não é unanimemente afirmado como causa dessa modificação. Trata-se antes de um ‘princípio’, o princípio que a língua se modifica no tempo” (Fehr, 2000 : 78). Abordando “a questão de saber em que consiste exatamente esse princípio do ‘movimento da língua no tempo’ estabelecido por Saussure como ‘absoluto’”, o autor tenta encontrar a fonte de onde proviria esse movimento. A partir de textos saussurianos que não relevam, em princípio, do domínio propriamente lingüístico, mas histórico – a análise de lendas – ele mostra de maneira mais explícita isso que aparece já no CLG.

V. 1.3. As lendas alemãs

Para compreender o princípio da modificação das línguas no tempo, Fehr toma como objeto de estudo um trabalho que Saussure desenvolve paralelamente aos cursos de lingüística na Universidade de Genebra e cujo tema é “ainda mais distante que as ‘condições geográficas’ do domínio da ‘lingüística interna’ tal qual ele é abordado no *Curso*” (Fehr, 2000 : 83), a saber: as investigações relativas às lendas alemãs, tema em princípio distante, mas não totalmente desvinculado, como veremos, do domínio da lingüística. Nós não reteremos aqui senão traços muito gerais, permitindo seguir a reflexão de Fehr.

O ponto de partida dos trabalhos de Saussure sobre esse assunto se situa numa série de conferências ministradas diante da Sociedade de história e de arqueologia de Genebra: “O nome da cidade de Oron à época romana”, de 28 de março de 1901, “Origem de algumas palavras de lugares da região genebrina”, de 29 de janeiro de 1903 e “Os Burgondes e a língua burgonde em país romano”, de 15 de dezembro de 1904. A grande questão que motiva essas investigações de Saussure é de saber até que ponto poderíamos supor uma origem helvécia da Canção de Nibelungen, considerada como “a mais alemã de todas as matérias alemãs”¹⁷ (cf. Heinzle, 1991 : 7 citado por Fehr, 2000 : 87).

Saussure segue a idéia comum entre seus contemporâneos segundo a qual há relações entre a matéria das lendas e os eventos históricos. Mas, no

¹⁷ Fehr assinala que “as tensões franco-alemãs não deixaram de afetar pessoalmente Saussure na época de seus estudos em Leipzig” (Fehr, 2000 : 87). Essas pesquisas sobre as lendas alemãs marcam, assim, um certo “patriotismo local” de Saussure. Fehr lembra que Saussure “era manifestamente tentado, por volta dos anos de 1880, por causa dos sentimentos mitigados que nele deixaram as experiências conseqüentes à publicação do seu *Mémoire* em Leipzig” (id.).

que diz respeito à Canção de Nibelungen, ele parece abrir uma perspectiva um tanto inabitual, porque, em geral, o que se busca nessas pesquisas é estabelecer relações entre esse poema e a história do reino burgonde de Worms, por volta do ano de 435. Saussure contudo procura uma relação com a história do reino dos Burgondes um século mais tarde quando ele havia por território a região da Romandia e da Savóia. Entretanto, em suas investigações, o mestre genebrino não tarda a se deparar com dificuldades de ordem metodológica. Apesar das concordâncias consideráveis entre crônica e lenda, uma prova do laço direto não se estabelece, não em função da insuficiência de dados, mas em razão da ausência de critério que permita assegurar concordâncias não fortuitas entre os dois. Segundo Saussure,

O exercício que consiste a procurar uma “identidade” entre um personagem da lenda e um personagem da história não poderia ter, de antemão, senão uma importância muito limitada. <É uma coisa que>¹⁸ demandaria em todo caso uma metodologia <especial>, somente para saber em que consiste a identidade, a que signo nós devemos conhecê-la e proclamá-la. O nome em si não significa nada, é evidente <certo>. São portanto os atos do personagem, ou sua característica, ou sua sociedade, ou [], ou o quê ainda constitui o critério de identidade? É um pouco de tudo isso e nada disso <porque tudo pode ter sido transformado ao mesmo tempo e transportado de A a B.> Mais estudaremos a coisa, mais veremos que a questão não é nem mesmo de saber onde reside a identidade, mas se há um sentido qualquer a falar de identidade” (Saussure, citado por Fehr, 2000 : 89).

¹⁸ O sinal diacrítico “<>” nas notas citadas por Fehr indica “tudo o que se presta a ler nas alturas imediatas (em inscrição superior, inferior, adjacente) das linhas traçadas à mão (interpolações, reformulações, retificações, anotações em margem, etc.)”, assim como esse outro sinal “[]” indica brancos, interrupções (Fehr, 2000 : 286).

A possibilidade de afirmar a identidade entre um personagem da lenda e um personagem da história é aqui posta em causa na medida em que “tudo pode ter sido transformado ao mesmo tempo e transportado de A a B”. De fato, a existência de muitas versões põe verdadeiros problemas a Saussure. Para Fehr, eles têm como origem uma das propriedades constitutivas das lendas: antes de serem escritas, elas conhecem um período de transmissão oral. No caso da Canção de Nibelungen, a redação data do século XIII.

A problemática da transmissão oral das lendas, cuja importância se torna capital, chama fortemente a atenção de Saussure na medida em que “um tal processo imprime sua marca”: ele “remaneja e determina a forma e o conteúdo das lendas de uma maneira tal que, por princípio, impossível de induzir sem reserva a matéria das lendas, tais ou tais eventos históricos” (Fehr, 2000 : 92).

A impossibilidade de uma correspondência fiel entre história e lenda encontra sua expressão no conceito de “símbolo”:

Como se forma <na lenda> um *símbolo* <na verdade, eventos> históricos? Sempre de uma maneira <muito> simples, mas supondo <é verdade> transmissão por intermediários.

<Eis aqui a> forma mais simples: um autor histórico épico nativo <ou mesmo histórico> conta a batalha de dois exércitos, e entre outros o combate de chefes. ~~A e B~~ Então ~~a morte~~ <o duelo> do chefe A e do chefe B se torna (inevitavelmente) símbolo pois <esse combate singular> representa todo o resultado da batalha, talvez a conquista de vastas terras, <e um transtorno político e geográfico> mas uma intenção de símbolo <não tem> existido durante esse tempo> <em nenhum momento> (Saussure, citado por Fehr, 2000 : 94 sublinhado no texto).

Fehr observa que, nesse tipo de simbolização evocado por Saussure, não há intenção, o que pressupõe a “transmissão por intermediários”, cujo processo “não poderia ser entendido puramente como a propagação de um conteúdo já existente”. Segundo o autor, “é preciso ver, ao contrário, na ‘transmissão por intermediários’ *um fator de transformação que opera uma simbolização desprovida de intenção expressa*” (Fehr, 2000 : 95, sublinhado no texto). Como observa Saussure, num outro momento, mas ainda a propósito do símbolo, “*todo símbolo, uma vez lançado em circulação – ou nenhum símbolo existe senão porque ele é lançado em circulação – está no instante mesmo na incapacidade absoluta de dizer em que consistirá sua identidade no momento seguinte*” (Saussure, citado por Fehr, 2000 : 95, sublinhado no texto).

A pesquisa relativa às lendas alemãs desenvolvida por Saussure culmina portanto na constatação de sua própria impossibilidade. Em compensação, as vicissitudes com as quais Saussure se depara quando da pesquisa em torno das lendas alemãs implicam questões que interessam à teoria lingüística. A possibilidade de uma relação não escapa a Saussure, o que Fehr tenta mostrar a partir do fragmento seguinte:

- A lenda se compõe de uma série de símbolos <num sentido a precisar>
- Esses símbolos [...] são submetidos às mesmas vicissitudes e às mesmas leis que todas as outras séries de símbolos, por exemplo *os símbolos que são as palavras da língua*” (Saussure citado por Fehr, 2000 : 96, nós sublinhamos).

Assim, as “palavras da língua” não existem senão porque elas estão em circulação e o caso de um idioma que se encontra num estado de imobilidade

e de repouso não se apresenta jamais. A conclusão de Fehr é que “a ‘pluralidade das línguas’ e em particular sua ‘diversidade’ de lugar em lugar remeteria em conseqüência ao que *existir para as línguas é circular*” (id., sublinhado no texto). Dito de outra forma, se a língua se modifica no tempo, é porque ela circula. Em “De l’essence double du langage” [“Da essência dupla da linguagem”], texto escrito provavelmente por volta de 1894, e recentemente publicado (cf. Saussure, 2002), Saussure afirma : “podemos entender por *vida da linguagem* o fato que a linguagem vive através do tempo, isto é, *é suscetível de se transmitir*” (Saussure, 2002 : 53, nós sublinhamos). A ação do tempo é identificada a esta característica da linguagem, a saber: o fato que ela “é suscetível de se transmitir”.

Chamamos a atenção mais acima para uma intervenção dos editores no que diz respeito à ordem de exposição escolhida por eles, que optaram por uma apresentação da novidade saussuriana em primeiro lugar, contudo, assim fazendo, eles tiram esse conceito central de seu contexto epistemológico. No CLG, a parte dedicada à lingüística geográfica, aparece como uma parte independente, ou, poderíamos mesmo dizer, marginal. O parágrafo que inicia essa parte não foi escrito por Saussure e diz: “abordando a questão das relações do fenômeno lingüístico com o espaço, nós deixamos a lingüística interna para entrar na lingüística externa”. Entretanto, nas notas de Emile Constantin relativas à lição de 8 de novembro de 1910 sobre “Les langues” [As línguas], lemos o seguinte:

Esse título se opõe àquele do segundo capítulo: a língua [...]. O que concerne à língua (e igualmente em uma certa medida às línguas) nos conduzirá a considerar as línguas pelo lado externo, sem fazer a análise interna; *mas não é absoluto*, porque as línguas entram perfeitamente no

estudo detalhado da história de uma língua ou de um grupo de línguas o que supõe sua análise interna” (Saussure, 1993 : 193-194, nós sublinhamos).

Ainda sobre essa mesma lição, Saussure afirma:

Como foi indicado, nós dividimos nosso curso em três partes, e o título das duas primeiras partes não difere senão por um singular e plural: primeira parte: As línguas, segunda parte: A língua. Essa diferença basta em realidade a marcar <sem equívoco> (quase rigorosamente, implicitamente) isso que deve ser a diferença de conteúdo entre as duas partes. <Uma será uma espécie de generalização da outra.>

[...]

As línguas, é o objeto concreto que se oferece à superfície do globo ao lingüista. *A língua*, é o título que nós podemos dar a isso que o lingüista terá sabido tirar suas observações sobre o conjunto das línguas, através do tempo e através do espaço” (Saussure, 1993 : 201, sublinhado no texto).

Esse objeto língua no singular não deve, portanto, ser considerado como acabado, na medida em que tem como característica fundamental, logo, constitutiva sua circulação, o que implica sua instabilidade. Eis aí o a-estruturalismo de Saussure, particularmente em destaque nas primeiras aulas ministradas na Universidade de Genebra, em 1891 e nas lições concernentes à geografia lingüística.

No que diz respeito à questão da relação entre ordem própria da língua e fato social, Fehr afirma:

[...] é nesse ponto preciso que a formulação segundo a qual “nenhum símbolo não existe senão porque ele é lançado em circulação” revela toda sua importância para a teoria lingüística, na medida em que ela legitima a idéia que a “natureza social” exprime, não um dado exterior, estrangeiro, conferido por acréscimo à ordem languageira, mas uma dimensão constitutiva da forma de existência própria às línguas (Fehr, 2000 : 100).

Mas se partindo da “circulação de símbolos”, podemos pensar a natureza social como elemento interno do sistema lingüístico, isso escapa dos domínios da lingüística propriamente dita, e remete à semiologia. É o que Fehr pretende mostrar evocando o fragmento seguinte, já citado, em parte, neste trabalho:

- A lenda se compõe de uma série de símbolos <num sentido a precisar>.
- Esses símbolos [...] são submetidos às mesmas vicissitudes e às mesmas leis que todas as outras séries de símbolos, por exemplo os símbolos que são as palavras da língua.
- Eles fazem parte da *semiologia*.
- Não há nenhum método a supor que o símbolo deva permanecer fixo, nem que ele deva variar indefinidamente, ele deve provavelmente variar em certos limites.
- A identidade de um símbolo não pode jamais ser fixada desde o instante em que ele é símbolo, isto é, versado na massa social que fixa a cada instante o valor (Saussure, citado por Fehr, 2000 : 12).

É portanto do ponto de vista da semiologia que devemos nos colocar para pensar a natureza social da língua. Esta idéia não está ausente do CLG. Como nós vimos mais acima, segundo Saussure,

Aquele que cria uma língua a tem nas mãos até o momento em que ela não entra em circulação; mas a partir do instante em que ela cumpri sua missão e se torna a coisa de todo mundo, o controle escapa. O esperanto é um ensaio desse gênero; se ele chega a se concretizar, escapará ele a essa lei fatal? Passado o primeiro momento, *a língua entrará muito provavelmente em sua vida semiológica*; ela se transmitirá por leis que não têm nada de comum com aquelas da criação refletida, e não se pode mais voltar atrás (Saussure, 1985 : 111, nós sublinhamos).

Em uma nota manuscrita lemos a esse propósito,

Em todo sistema semiológico (língua vocal e outro) há [] elementos fundamentais.

1º Elemento tácito, criando todo o resto; que a língua corre entre os homens, que ela é *social*. Se eu faço abstração dessa condição, ***se eu me divirto por exemplo a escrever uma língua em meu gabinete, nada disso que eu direi sobre “a língua” será verdadeiro, ou não será necessariamente verdadeiro*** (Saussure, 2002 : 94, nós sublinhamos em negrito).

Esta última citação não diz outra coisa que a citação anterior a propósito das línguas artificiais. Considerando que “a língua corre entre os homens”, ou seja, “que ela é social”, uma língua artificial não se presta portanto à análise lingüística. A circulação entre os homens é uma condição para que uma língua seja o que ela é. A partir das notas de Riedlinger relativas ao terceiro curso, vemos Saussure construir uma imagem clara sobre esse assunto:

A priori, nós não sabemos que forças serão combinadas à vida do sistema de signos (sistema semiológico = barco não em construção, mas

no mar: não podemos determinar seu curso *a priori* pela forma de seu corte, etc.).

E basta considerar a língua como qualquer coisa de social, de coletivo: não há senão o barco no mar que seja um objeto a estudar na espécie barco, não o barco em terra. Não é portanto senão esse sistema da comunidade que merece o nome de sistema de signos, e que o é. Os caracteres anteriores a essa vinda à coletividade, ou seja, os elementos puramente individuais, são pouco importantes. O sistema de signos é feito para a coletividade e não para o indivíduo, como o barco é feito para o mar. É por isso que, contrariamente à aparência, em nenhum momento o fenômeno semiológico não deixa fora de si o fato da coletividade social (Saussure, citado por Fehr, 2000 : 103).

Esta comparação faz melhor aparecer que a língua é um objeto semiológico que não existe senão na coletividade, quando em circulação. Trata-se de um de seus aspectos fundamentais: ela é um objeto essencialmente social, sempre tomado num processo contínuo de transformação.

A “Note sur le discours” [Nota sobre o discurso], descoberta em 1996 e publicada nos *Écrits de linguistique générale* [Escritos de lingüística geral] em 2002 reafirma a posição de Saussure sobre essa característica da língua. Segundo Saussure, “a língua não é criada senão em vista do discurso” (Saussure, 2002 : 277).

V. 2. O ponto de vista sincrônico em Saussure, ou o retorno do indivíduo e da sociedade

Vimos no terceiro capítulo deste trabalho que Saussure responde a um impasse relativo à mudança lingüística (cf. supra), propondo duas ordens de estudos, as duas legítimas, mas inconciliáveis. São elas: a ordem sincrônica, concernente a “tudo isso que se relaciona ao aspecto estático de nossa ciência”; e a ordem diacrônica, concernente a “tudo isso que diz respeito às evoluções” (Saussure, 1985 : 117). Acabamos de ver, abordando a lingüística geográfica, que a língua se apresenta como um objeto radicalmente oscilante, instável, momentâneo. Uma tal característica é ela incompatível com o estudo sincrônico? Se, como vimos, “a intervenção do fator tempo é própria a criar à lingüística dificuldades particulares” (ibid. : 114) – porque ela é uma ciência “que trabalha com valores” –, o sistema se opõe à história?

No texto intitulado “De l’essence double du langage” [Da essência dupla da linguagem], Saussure afirma que:

[...] cada fato de linguagem existe ao mesmo tempo na esfera do presente e do passado, mas de duas existências distintas, e comporta não UMA, mas regularmente DUAS EXPRESSÕES RACIONAIS, legítimas ao mesmo título, uma tão impossível a suprimir que a outra, mas culminando a fazer da mesma coisa duas coisas; isso sem nenhum jogo de palavras, como sem nenhum mal-entendido sobre isso que acabamos de chamar *uma coisa*, a saber um objeto de pensamento distinto, e não uma idéia do mesmo objeto. [...] Existe um estudo científico relativo a cada estado de língua nele mesmo; que esse estudo não somente não necessita da intervenção do ponto de vista histórico e dele não depende, mas tem por condição preliminar que seja feito tábuas rasas sistematicamente de toda espécie de ponto de vista e de noção histórica como de toda terminologia histórica (Saussure, 2002 : 45-46).

Esse estudo científico, do qual fala Saussure, representa o ponto de vista da lingüística sincrônica, cujo objeto é um estado de língua, de onde a abstração “de toda espécie de ponto de vista e de noção histórica como toda terminologia histórica”. Considerando essa divisão, contentar-nos-emos para resolver nossa problemática em afirmar que Saussure não exclui a história da lingüística na medida em que ele reserva aos estudos dos fatos de língua existentes “na esfera do passado” o ponto de vista diacrônico, certamente incompatível com o ponto de vista sincrônico, mas tão legítimo quanto? Não pensamos que seja assim. A abstração da dimensão do tempo está, de fato, diretamente relacionada à introdução da dimensão do sujeito, cuja inscrição na história é constitutiva, como veremos (cf. infra). Nas páginas seguintes, tentaremos mostrar como a sincronia significa justamente a consideração disso que, sobretudo nos anos 1960/70, aparece como excluído da lingüística saussuriana: indivíduo e sociedade.

V. 2.1. O princípio da continuidade da língua no tempo

Se a língua existe, como dissemos mais acima ao abordar o princípio do movimento da língua no tempo, num processo constante de transformação, isso não implica todavia uma descontinuidade. Com efeito, Saussure estabelece, ao lado desse princípio do movimento da língua no tempo, outro princípio, aparentemente contraditório, a saber: o princípio da continuidade no tempo, tema central da aula inaugural na Universidade de Genebra, em 1891. Esse princípio “elementar e essencial da *continuidade* ou da *ininterrupção* forçada” é “o primeiro caractere ou a primeira lei de transmissão do falar humano” (Saussure, 2002 : 151). Embora a língua se modifique no tempo, não há jamais nessa transmissão revolução:

Que um povo viva pacificamente no fundo de um vale retirado, que ele seja um povo agricultor, guerreiro, nômade, que ele mude subitamente de religião, de idéias, de estado social e de civilização, que ele mude de pátria e de clima, que ele mude mesmo de *língua*, – porque então ele não fará senão continuar adotando aquela de um outro povo – *jámais e em parte alguma não conhecemos historicamente ruptura na trama contínua da linguagem, e não podemos logicamente e a priori conceber que possa num tempo qualquer e em alguma parte se produzir* (Saussure, 2002 : 151-152, nós sublinhamos).

Saussure ilustra esses dois princípios constitutivos da língua a partir de uma curiosa exposição:

Um original chamado Boguslawski anunciou recentemente numa cidade da Rússia a abertura de uma exposição de um novo gênero: eram simplesmente 480 retratos fotográficos representando todos a mesma pessoa, ele, Boguslawski, e identicamente na mesma posição. Depois de vinte anos com uma regularidade admirável, o primeiro e o quinze de cada mês, esse homem devoto à ciência se dirigia a seu fotógrafo, e ele se encontra agora em estado de fazer o público desfrutar o acúmulo de seu trabalho. Eu não tenho necessidade de lhes dizer que, se nessa exposição considerássemos duas fotografias contíguas quaisquer, teríamos o mesmo Boguslawski, mas que se considerássemos a de nº 480 e a de nº 1 teríamos dois Boguslawski. Igualmente, se tivéssemos podido não fotografar mas fonografar a cada dia desde a origem tudo que foi exprimido na fala sobre o globo ou sobre uma parte do globo, teríamos imagens de língua sempre semelhantes de um dia ao outro, mas consideravelmente diferentes e às vezes incalculavelmente diferentes de 500 anos em 500 anos, ou mesmo de 100 anos em 100 anos (Saussure, 2002 : 157).

Esta comparação remete ao problema em torno da *identidade* e põe em xeque a própria noção de mudança. Se a língua existe sempre num processo de transformação contínua, não há, contudo, ruptura na trama do discurso *para a consciência dos sujeitos falantes*, esta última não reconhecendo senão a dimensão do presente. Isso é devido ao fato segundo o qual

a língua – e esta consideração prima todas as outras – é a cada momento negócio de todo mundo; propagada numa massa e manejada por ela, ela é uma coisa da qual todos os indivíduos se servem durante todo o dia. Sobre esse ponto, não podemos estabelecer nenhuma comparação entre ela e as outras instituições (Saussure, 1985 : 107).

Assim, segundo Saussure, e diferentemente de Whitney, a língua, embora sendo uma instituição humana, se distingue radicalmente de todas as outras porque ela é constitutiva do sujeito:

As prescrições de um código, os ritos de uma religião, os sinais marítimos, etc., não ocupam jamais senão um certo número de indivíduos ao mesmo tempo e durante um tempo limitado; da língua, ao contrário, cada um participa a todo instante e é por isso que recebe sem cessar a influência de todos. Esse fato capital basta para mostrar a impossibilidade de uma revolução (id.).

Essas considerações eliminam toda possibilidade de assimilação da língua a um simples contrato na medida em que o sujeito falante está desde sempre já submetido ao funcionamento lingüístico não tendo sobre ele nenhum poder de livre escolha, porque, como vimos, da língua “cada um participa a todo instante”. Assim,

a língua não pode portanto ser assimilada a um contrato puro e simples, e é justamente desse lado que o signo lingüístico é particularmente interessante a estudar; porque se nós quisermos demonstrar que a lei admitida numa coletividade é uma coisa à qual somos submetidos e não uma regra livremente consentida, é justamente a língua que oferece a prova mais evidente (ibid. : 104).

Se o significante em relação à idéia que ele representa parece ser livremente escolhido ele é, em compensação, imposto à coletividade. É o que Saussure chama de a “carta forçada”, que o ilusionista nos obriga a escolher, deixando a aparência de liberdade: “dizemos à língua: ‘Escolha!’” mas nós acrescentamos: ‘Será esse signo e não outro’” (ibid. : 104). O indivíduo é incapaz de modificar a escolha que foi feita, mas isso é igualmente válido para a massa falante ela mesma: “em não importa qual época, e por mais longe que remontemos, a língua aparece sempre como uma herança da época precedente. [...] De fato, nenhuma sociedade não conhece e jamais conheceu a língua de outra forma que um produto herdado das gerações precedentes e a tomá-la tal qual”, motivo pelo qual a questão da origem da linguagem não tem para Saussure a importância que em geral lhe é atribuída. Para o autor, na verdade, a questão da origem da linguagem não releva de outro problema que aquele relativo às condições permanentes de seu funcionamento (Saussure, 1985 : 24).

V. 2.2. A ordem própria da língua e o fato social: duas noções que relevam de um mesmo princípio, o arbitrário do signo

Se como temos visto, o tempo tem por efeito alterar os signos lingüísticos, ele tem, igualmente, o efeito contrário, a saber: assegurar a continuidade da língua. Não se trata aí de contradição. Essa característica

dupla releve de um mesmo princípio, “o primeiro princípio”: o arbitrário do signo. Assim, o princípio da transformação incessante – isto é, da mutabilidade do signo – e o princípio da continuidade no tempo – isto é, da imutabilidade do signo – não são senão as duas faces de uma mesma moeda e na origem desses dois princípios está o arbitrário do signo.

Segundo Saussure, “o laço que uni o significante ao significado é arbitrário, ou ainda, porque nós entendemos o total resultando da associação de um significante a um significado, nós podemos dizer mais simplesmente: *o signo lingüístico é arbitrário*” (Saussure, 1985 : 100, sublinhado no texto). Nas notas de Constantin concernentes ao terceiro curso, lemos a esse propósito que “o laço do signo em relação à idéia representada é *radicalmente* arbitrário” (Saussure, 1993 : 297, nós sublinhamos). Para De Mauro, na medida em que se trata de uma formulação que Saussure pensou e repensou,

podemos dificilmente imaginar que o advérbio seja utilizado como pleonasma geral de reforço. É mais legítimo de supor que ele tem aí seu sentido pleno: o laço é arbitrário *radicitus*, em seus fundamentos mesmos, na medida em que ele liga duas entidades igualmente produzidas graças a um recorte arbitrário na substância acústica e na substância significativa (De Mauro, 1985 : 442).

Como vimos, as línguas se modificam no tempo. Trata-se de um princípio. Fehr mostrou de que se trata exatamente esse princípio do movimento da língua no tempo. As línguas circulam e precisamente aí está um dos seus caracteres fundamentais: “nenhum símbolo não existe senão porque ele é lançado em circulação” (Saussure, citado por Fehr, 2000 : 95). Nós temos visto que essa idéia não está ausente do CLG: trata-se de uma “lei

fatal” (Saussure, 1985 : 111). Mas qual é a explicação teórica para a mudança segundo Saussure? Por que circulando a língua sofre mudanças?

Para Saussure, a mudança lingüística se explica pelo caráter arbitrário do signo que “nos faz admitir a possibilidade teórica da mudança” (ibid. : 106). Mais abaixo o autor afirma: “uma língua é radicalmente impotente a se defender contra os fatores que deslocam de instante a instante a relação do significado ao significante. *É uma consequência do arbitrário do signo*” (ibid. : 110, nós sublinhamos).

O princípio do arbitrário do signo confere à língua uma ordem própria na medida em que ele conduz a concebê-la como uma realidade que não é fundada em nenhuma razão. É a crítica que Saussure formula em relação a Whitney. Nas “Notes pour un article sur Whitney” [Notas para um artigo sobre Whitney] (1894), o mestre genebrino afirma que “ a linguagem não está contida em nenhuma regra humana, constantemente corrigida ou dirigida, corrigível ou dirigível pela razão humana”. Dito de outro modo, “a instituição de um signo qualquer, por exemplo, σ ou s para designar o som s , ou de *cow* ou de *vacca* para designar a idéia de *vaca* é fundada sobre a irrazão mesma”. Assim, porque não há na língua traço de ligação interna entre os signos vocais e a idéia, “esses signos são abandonados a sua própria vida material de uma maneira inteiramente desconhecida nos domínios onde a forma exterior poderá se reclamar do menor grau de conexão natural com a idéia” (Saussure, 2002 : 214).

Em sua aula inaugural na Universidade de Genebra (1891), o autor argumenta no mesmo sentido para justificar a inclusão da cadeira que ele

inaugura no seio de uma Faculdade de Letras e não de uma Faculdade de Ciências. A longa citação que reproduzimos abaixo é esclarecedora:

Se o estudo lingüístico de várias línguas ou de uma só reconhece como objetivo final e principal a verificação e a pesquisa das leis e dos procedimentos universais da linguagem, perguntamos até que ponto esses estudos têm seu lugar numa Faculdade de Letras, ou se eles não teriam um lugar igualmente conveniente numa Faculdade de Ciências? Isso seria renovar a questão muito debatida outrora por Max Müller e Schleicher; houve, os Senhores sabem, um tempo em que a ciência da linguagem estava persuadida a ela mesma que ela era uma ciência natural, quase uma ciência física; eu não pretendo demonstrar como isso era uma profunda ilusão de sua parte, mas ao contrário, a constatar que esse debate é acabado e bem acabado. À medida que melhor compreendemos a verdadeira natureza dos fatos de linguagem, que estão tão perto de nós, mas tão difíceis de apreender na essência, tem se tornado mais evidente que a ciência da linguagem é uma ciência histórica e não outra coisa que uma ciência histórica.

É desta qualidade de ciência histórica que se reclama toda espécie de estudos lingüísticos para fazer parte de uma Faculdade de Letras. Como é particularmente também sobre essa idéia de história que se insiste no título desse curso – enquanto que outras denominações como *Gramática comparada* são mais usuais – eu creio dever tentar fazer o comentário, necessariamente breve e incompleto, do sentido que tem essa palavra *história* para o lingüista. E sobre esse assunto que eu gostaria de chamar sua atenção quase sem outro preâmbulo, porque ele contém tudo: mais estudamos a língua, mais chegamos a nos penetrar nesse fato que *tudo* na língua *é história*, isto é, que ela é um objeto de análise histórica, e não de análise abstrata, que ela se compõe de *fatos*, e não de *leis*, que tudo que parece orgânico na língua é em realidade *contingente* e completamente acidental (Saussure, 2002 : 148-149, sublinhado no texto).

Assim, a lingüística é uma ciência histórica mas a linguagem não é um objeto cuja história relevaria da história natural, como acreditou o romantismo no século XIX; ela não está submetida ao regime da natureza. O signo é arbitrário. Não é senão por puro acaso que um significante qualquer se encontra ligado a um significado qualquer. Assim, a linguagem é um objeto histórico no sentido em que ela não é submetida a nenhuma natureza, sua realidade é contingente e accidental de onde a idéia de ordem própria.

Mas a linguagem ela mesma não pode nada mudar, e não ver em sua essência senão uma ordem própria significa ver apenas a metade das coisas. Se a linguagem não está submetida a nenhuma realidade natural sendo composta de fatos e não de leis, isto é, se a linguagem é fundada na irrazão mesma, é preciso contudo que haja comunicação, ou, ao menos, *efeito de comunicação*¹⁹, afinal de contas, para Saussure, o objetivo, o fim, e o efeito de

¹⁹ A questão em torno da noção de comunicação em Saussure merece uma atenção à parte. Neste trabalho, em função de nossos objetivos e limites, abordá-la-emos apenas de modo relativamente rápido e superficial. Trata-se de um tema longe de ser evidente. Se consideramos a crítica de Mikhaïl Bakhtin (1895-1975), o conceito de sociedade em Saussure aparece como algo de ordem homogênea conduzindo à transparência da comunicação. Bakhtin identifica duas orientações no pensamento filosófico e lingüístico de sua época: o “subjetivismo idealista” e o “objetivismo abstrato”. A primeira “se interessa ao ato da fala, da criação individual como fundamento da língua (no sentido de toda atividade linguageira, sem exceção). O psiquismo individual constitui a fonte da língua. As leis da criação lingüística – a língua sendo uma evolução ininterrupta, uma criação contínua – são essencialmente leis individual-psíquicas, e são elas que devem estudar o lingüista e o filósofo da linguagem. Esclarecer o fenômeno lingüístico significa reconduzi-lo a um ato de criação individual refletido (freqüentemente mesmo racional)” (Bakhtin, 1929 : 75). Entre os representantes mais notáveis dessa tendência encontramos Wilhelm von Humboldt. No que diz respeito à outra orientação, o objetivismo abstrato, Bakhtin afirma que nela, “o centro organizador de todos os fatos de língua, o que faz uma ciência bem definida, se situa, ao contrário, no *sistema lingüístico*, a saber o *sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua*. Enquanto que, na primeira orientação a língua constitui uma onda ininterrupta de atos de fala na qual nada permanece estável, para a segunda orientação a língua é um arco-íris imóvel que domina essa onda. Cada ato de criação individual, cada enunciação, é único e não reiterável, mas em cada enunciação encontramos elementos idênticos a esses de outras enunciações no seio de um grupo de locutores dado. São justamente esses traços *idênticos*, que são desse fato *normalizados* por todas as enunciações – traços fonéticos, gramaticais e lexicais –, que asseguram a unicidade de uma língua dada e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade” (ibid. : 80, sublinhado no texto). De acordo com essa segunda orientação, a língua e o indivíduo são elementos opostos ou podemos pensar que um desses elementos, o indivíduo, é absorvido no outro, o sistema, que constitui uma “norma indestrutível, peremptória, que o indivíduo não pode senão aceitar como tal”. A língua, nesse caso, “conjunto de formas”, é “independente de toda impulsão criativa e de toda ação do indivíduo” e conseqüentemente constitui “o produto de uma criação coletiva”, e, sendo “um fenômeno social”, ela é “como toda instituição”,

todas as línguas é de se fazer compreender (cf. Saussure, 2002 : 178-179). Retomemos o fragmento seguinte do estudo concernente às lendas alemãs:

- A lenda se compõe de uma série de símbolos <num sentido a precisar>.
- Esses símbolos [...] são submetidos às mesmas vicissitudes e às mesmas leis que todas as outras séries de símbolos, por exemplo os símbolos que são as palavras da língua.
- Eles fazem parte da *semiologia*.
- Não há nenhum método a supor que o símbolo deve permanecer fixo, *nem que ele deva variar indefinidamente, ele deve provavelmente variar em certos limites.*

ou seja, “normativa para cada indivíduo”. Para Bakhtin, “Saussure e sua escola”, Meillet assim como a escola sociológica de Durkheim, se inscrevem na segunda tendência. A língua em Meillet, o que vale igualmente, segundo Bakhtin, para Saussure, “não constitui um fenômeno social do fato de sua qualidade de *processo* mas enquanto *sistema estável de normas lingüísticas*” (ibid. : 93, nós sublinhamos). Essa crítica de Bakhtin não é absurda. Para Meillet, a realidade da língua é social porque “ela resulta disso que uma língua pertence a um conjunto definido de sujeitos falantes, disso que ela é o meio de comunicação entre os membros de um mesmo grupo e disso que não depende de nenhum dos membros do grupo de modificá-la; a necessidade mesma de ser compreendidos impõe a todos os sujeitos a manutenção da mais alta identidade possível nos usos lingüísticos” (Meillet, 1958 : 17). No que diz respeito à noção de sociedade em Saussure, esta não parece clara. De todo modo, diferentemente de Meillet, o princípio do arbitrário do signo representa um papel central na teorização de Saussure, que constitui, aliás, nós o vimos mais acima, o “primeiro princípio”. A esse propósito, lemos em Saussure: “é freqüentemente mais fácil descobrir uma verdade que de lhe atribuir o lugar que lhe cabe. O princípio enunciado mais acima [do arbitrário do signo] domina toda a lingüística da língua; suas conseqüências são inúmeras. É verdade que elas não aparecem todas imediatamente com igual evidência; é depois de muitos desvios que as descobrimos e com elas a importância primordial do princípio” (Saussure, 1985 : 100). De fato, o princípio do arbitrário, no que concerne à nossa discussão nesta nota de rodapé, põe verdadeiros problemas à noção de comunicação. Nós vimos que, para Meillet, o funcionamento lingüístico encontra-se submetido ao funcionamento da sociedade e portanto se há uma ordem própria, é a ordem própria da sociedade, a língua (e o indivíduo) não sendo dela senão um reflexo. Para Saussure, entretanto, a língua se funda na irrazão mesma. Segundo o autor, “quando eu afirmo simplesmente que uma palavra significa qualquer coisa, quando eu me tenho a associação de uma imagem acústica com um conceito, eu faço uma operação que pode em uma certa medida ser exata e dar uma idéia da realidade; mas em nenhum caso eu exprimo o fato lingüístico em sua essência e em sua amplitude (Saussure, 1985 : 162). Nos manuscritos, lemos: “uma forma é uma figura vocal que é para a consciência dos sujeitos falantes *determinada*, ou seja ao mesmo tempo existente e delimitada. Ela não é nada mais; como ela não é nada menos. *Ela não tem necessariamente ‘um sentido’ preciso; mas ela é percebida como algo que é [...]*” (Saussure, 2002 : 37, nós sublinhamos). No famoso circuito da fala, o que nos parece como central, mais do que a “mensagem”, que, aliás, é interessante observar, nem mesmo aparece, é a união de uma imagem acústica a um conceito, o que, nesse aspecto, distancia radicalmente Jakobson de Saussure. Engler, no que concerne ao circuito da fala, critica os editores do CLG, que se limitando ao esquema da língua ligada ao tempo e à massa social (cf. Saussure, 1985 : 113), não deixam claro que “a língua não é dada nem imposta; a cada momento, ela se cria; ela se faz e se refaz sob a forma de um ‘estado médio’, de um equilíbrio lingüístico entre sujeitos falantes formando uma comunidade” (Engler, 2000 : 248). Para Engler, os editores esquecem toda razão de ser da quarta parte do CLG, dedicada à lingüística geográfica: “é preciso representar a ‘força do intercurso’ de que fala Saussure por um circuito da fala entre pessoas heteroglossas” (ibid. : 249).

- A identidade de um símbolo não pode jamais ser fixada desde o instante em que ele é símbolo, isto é, versado na massa social que fixa a cada instante o valor (Saussure, citado por Fehr, 2000 : 12, nós sublinhamos).

Como afirma Saussure, se o símbolo não deve permanecer fixo, ele não deve variar tampouco. No CLG, lemos que “o rio da língua corre sem interrupção” (Saussure, 1985 : 193). Mas o sujeito falante não permanece às margens porque “a língua [...] é a cada momento negócio de todo mundo; propagada numa massa e manejada por ela, ela é uma coisa da qual todos os indivíduos se servem todo o dia”, dela “cada um participa a todo instante” (ibid. : 107). O sujeito falante encontra-se sempre nesse rio seguindo seu curso e é justamente por causa desse fato capital que ele não conhece senão a dimensão sincrônica, contudo, essencialmente histórica. Dito de outro modo, se o sujeito esquece da dimensão do tempo, não reconhecendo senão aquela do presente, isso não significa que essa dimensão seja a-histórica. Para Saussure, toda mudança súbita é impossível, porque a dimensão do presente é constituída historicamente: “o fator histórico da transmissão [...] exclui toda mudança lingüística geral e súbita” (ibid. : 106).

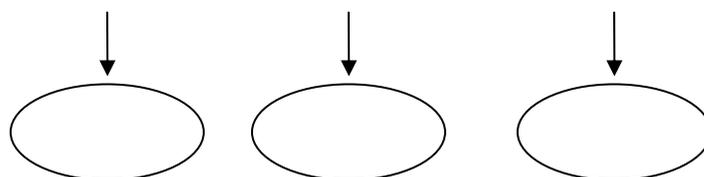
*A todo instante, a solidariedade com o passado põe em xeque a liberdade de escolher. Nós dizemos *homem* e *cachorro* porque nos disseram *homem* e *cachorro*. Isso não impede que haja no fenômeno total um laço entre esses dois fatores antinômicos: a convenção arbitrária em virtude da qual a escolha é livre, e o tempo, graças ao qual a escolha se encontra fixada. É porque o signo é arbitrário que ele não conhece outra lei que aquela da tradição, e é porque ele se funda sobre a tradição que ele pode ser arbitrário” (ibid. : 108, nós sublinhamos).*

Se como vimos mais acima “a linguagem não é contida em nenhuma regra humana, constantemente corrigida ou dirigida, corrigível ou dirigível pela razão humana” (Saussure, 2002 : 214), existe, contudo, um lado pelo qual a língua não é completamente arbitrária:

Uma língua constitui um sistema. Se, como veremos, é o lado pelo qual ela não é completamente arbitrária e onde reina uma razão relativa, é também o ponto onde aparece a incompetência da massa a transformá-la. Porque o sistema é um mecanismo complexo; não podemos apreendê-lo senão pela reflexão; aqueles que dela fazem um uso diário o ignoram profundamente. Não poderíamos conceber uma tal mudança senão pela intervenção de especialistas, gramáticos, lógicos, etc. ; mas a experiência mostra que até aqui as ingerências dessa natureza não tiveram nenhum sucesso (Saussure, 1985 : 107).

Nas notas de Constantin, lemos o seguinte:

Toda língua forma um corpo e um sistema. [...] Esse lado por onde ela não é inteiramente arbitrária, onde é preciso lhe reconhecer uma razão relativa. O contrato é muito mais complicado entre o signo e a idéia e é preciso não considerá-lo assim:



Mas assim:



Também, desse lado, a operação que consistiria numa mudança radical escapa à massa social. E será necessário que ela faça no seio de uma assembléia de gramáticos e de lógicos (Saussure, 1993 : 309-310).

Essa razão relativa releva do fato social, implicado no sistema da língua. Segundo Saussure, “a nenhum momento e contrariamente à aparência, [a língua] não existe fora do fato social, porque ela é um fenômeno semiológico. Sua natureza social é um dos seus caracteres internos” (Saussure, 1985 : 112). Assim, se, por um lado, o arbitrário do signo implica uma ordem própria da língua, por outro, ele implica igualmente e ao mesmo tempo uma determinação histórica constitutiva do sistema lingüístico:

A escolha que convoca tal porção acústica para tal idéia é perfeitamente arbitrária. Se não fosse esse o caso, a noção de valor perderia algo de seu caráter pois ela conteria um elemento imposto de fora. Mas de fato os valores permanecem inteiramente relativos, e eis por que o laço da idéia e do som é radicalmente arbitrário.

Por sua vez, o arbitrário do signo nos faz melhor compreender por que *o fato social apenas pode criar um sistema lingüístico*. A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consentimento geral; o indivíduo sozinho é incapaz de fixar um valor qualquer que seja” (Saussure, 1985 : 157, nós sublinhamos).

Sistema e história não nos parecem portanto duas noções que se opõem; elas aparecem, ao contrário, essencialmente ligadas. “O fato social pode apenas criar um sistema”. As restrições implicadas na cadeia significante são de ordem histórica. Isto significa que as leis que constituem o sistema lingüístico não são nem individuais, nem universais, porque contingentes e

relevando de uma ordem social cuja base não é jamais fixada de uma vez por todas. A unidade é constantemente posta em xeque, na medida em que não há um laço natural entre uma porção acústica e uma idéia qualquer; essa unidade é, contudo sempre efeito, assegurado pelo fenômeno social que é a língua, o que não implica de modo algum uma contradição. Como vimos, um estado de língua é para Saussure “sempre o produto de fatores históricos” (ibid. : 105). A história é nesse sentido constitutiva do sistema lingüístico. Considerando que a teoria saussuriana é uma teoria imanente, trata-se aí de uma noção interna ao sistema. Saussure resume esse ponto de vista numa crítica aos psicólogos de sua época, particularmente esclarecedora:

Nenhum psicólogo moderno ou antigo, fazendo alusão à língua, ou considerando-a mesmo como um veículo do pensamento, não teve um só momento uma idéia qualquer de suas leis. Todos sem exceções entendem a língua como uma forma fixa, e todos também sem exceção como uma forma convencional. Eles se movem muito naturalmente nisso que eu chamo a porção horizontal da língua, *mas sem a menor idéia do fenômeno sócio-histórico que acarreta o turbilhão dos signos na coluna vertical e defende então de fazer dela nem um fenômeno fixo nem uma linguagem convencional, porque ela é o resultado incessante da ação social, imposta fora de toda escolha* (Saussure, 2002 : 102, nós sublinhamos).

A língua não é, portanto, uma forma convencional, pois ela é um fenômeno “imposto fora de toda escolha”. Ela não é tampouco uma forma fixa pois é “o resultado incessante da ação social”.

Dissemos mais acima que as restrições implicadas na cadeia significante são de ordem histórica. Como temos dito neste trabalho, trata-se

de uma noção bastante particular da história considerada como interna ao conceito de língua, em função da opção epistemológica feita por Saussure, que pretende desenvolver uma lingüística interna, isto é, uma perspectiva imanente. Mas em que consiste exatamente essa noção de história como interna ao conceito de língua? Começemos pela definição de Saussure do conceito de língua, isto é, sistema de signos em relação. Cada um dos elementos que compõem esse sistema não possui em si qualquer identidade, ou seja, trata-se em Saussure de uma teoria não substancialista. Os elementos que compõem o sistema se definem de modo negativo; eles emanam das relações que entretêm com os demais elementos. Essas relações são de duas ordens: “de um lado, no discurso, as palavras adquirem entre elas, em virtude de seu encadeamento, relações fundadas sobre o caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de se pronunciar dois elementos ao mesmo tempo” (Saussure, 1985 : 170). Essas relações são chamadas por Saussure de “sintagmáticas”. “De outro lado, fora do discurso, as palavras oferecendo qualquer coisa em comum se associam na memória, e formam-se assim grupos no seio dos quais reinam relações diversas” (ibid. : 171). As relações deste último tipo são chamadas por Saussure de “relações associativas”. O autor observa que as relações sintagmáticas são *in praesentia*, porque repousam “sobre dois ou vários termos igualmente presentes em uma série efetiva” (id.); quanto às relações associativas, essas são *in absentia*, porque relevam de uma “série mnemônica virtual” (id.). Assim, o funcionamento lingüístico gira em torno desses dois eixos de relações. Como dissemos mais acima, as restrições implicadas na cadeia significante é de ordem histórica. Isso porque os elementos na cadeia efetiva sofrem delimitações que relevam desse domínio latente, isto é, das relações associativas. Esse domínio é essencialmente social. Saussure, é verdade, afirma que a sede das relações associativas “está no cérebro; [essas coordenações] fazem parte desse tesouro

interior que constitui a língua em cada indivíduo” (id.). Mas não se trata de pressupor aí relações pré-estabelecidas biologicamente, na medida em que o autor afirma ao mesmo tempo:

Se nós pudéssemos abraçar a soma das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, *nós tocaríamos o laço social que constitui a língua*. É um tesouro depositado pela prática da fala nos sujeitos *pertencentes a uma mesma comunidade*, um sistema gramatical existindo virtualmente em cada cérebro, ou mais exatamente *no cérebro de um conjunto de indivíduos*; porque *a língua não é completa em nenhum, ela não existe perfeitamente senão na massa* (ibid. : 30, nós sublinhamos).

Como vimos mais acima, Saussure considera o fato social como interno à língua. O domínio das relações associativas representa essa ordem essencialmente social que caracteriza a língua e faz dela um fenômeno radicalmente histórico, e não individual, nem universal.

Mais acima, havíamos nos perguntado se deveríamos nos contentar em resolver nosso problema afirmando que Saussure não exclui a história da lingüística na medida em que ele reserva o histórico ao estudo diacrônico, domínio tão legítimo quanto o domínio sincrônico. Acreditamos ter demonstrado que não é assim. Com efeito, Saussure não exclui de modo algum a dimensão histórica, implicada no próprio sistema. Isso quer dizer então que os dois domínios, o domínio diacrônico e o sincrônico, não são tão incompatíveis como se supõe? Essa discussão é complexa e veremos por quê. Ao que parece, a distinção entre eles não corresponde exatamente à distinção entre uma ordem de estudos histórica e outra a-histórica. Trata-se antes de distinguir uma ordem que releva da dimensão do sujeito (a ordem sincrônica)

e outra que não o releva (a diacrônica). Essa distinção será objeto de nossa reflexão nas linhas que se seguem.

V. 2.3. O papel da distinção sincronia/diacronia

Se o século XIX introduziu a dimensão do tempo em lingüística, ele, ao mesmo tempo, excluiu a dimensão do sujeito, ao tomar como objeto a evolução dos sons numa seqüência de tempo, o que corresponde ao domínio da diacronia na conceitualidade saussuriana. Assim, enquanto a lingüística sincrônica estuda as relações entre termos coexistentes de um estado de língua, a lingüística diacrônica, ao contrário, estuda as relações entre termos que se sucedem se substituindo uns aos outros. O primeiro objeto desta última é a fonética e

O caráter diacrônico da fonética concorda muito bem com esse princípio que nada disso que é fonético é significativo ou gramatical, no sentido amplo do termo [...]. Para fazer a história dos sons de uma palavra, podemos ignorar seu sentido, não considerando senão seu envelope material, recortar as porções fonéticas sem se perguntar se elas têm uma significação; procuraremos – por exemplo isso que se torna em grego antigo –*ewo*–, que nada significa (Saussure, 1985 : 194).

Em seu texto “De l’essence double du langage” [“Da essência dupla da linguagem”] lemos:

- Ou SIGNO e *seqüência de tempo* mas então nada de IDÉIA no signo. É o que chamamos a fonética.
- Ou SIGNO e IDÉIA: mas então inversamente *nada de seqüência de tempo*; necessidade de permanecer completamente no instante e

unicamente no *instante*. É o domínio da morfologia, da sintaxe e da sinonímia (Saussure, 2002 : 54).

Para ilustrar em que consiste exatamente a oposição entre sincronia e diacronia, Saussure apresenta alguns fatos. Por exemplo, embora hoje os francófonos estabeleçam uma relação entre *décrépi* e *décrépit* na expressão *un mur décrépi* e um *homme décrépit*, essas palavras não têm nada a ver uma com a outra do ponto de vista histórico. O radical francês *crép-* – nos verbos *crépir*, em *cobrir o reboco*, e *décrépir*, em *retirar o reboco* – é fornecido pelo latim *crispus*, ou seja, *ondulado*, *crespo*, enquanto que *décrépit* é o resultado do empréstimo ao latim da palavra *dēcrepitus* significando *usado pela idade*. Ora esse ponto de vista diacrônico escapa inteiramente à consciência dos sujeitos falantes, que não conhecem senão o fato estático, isto é, a relação entre dois termos coexistentes na língua. Assim, Saussure parece distinguir essas duas ordens em resposta à tradição histórico-comparativa cujo ponto de vista é o da diacronia. Esta última estuda a fonética, dito de outro modo, as sucessões de sons fora da esfera da consciência dos sujeitos falantes. A sincronia, por sua vez, “não conhece senão uma perspectiva, a da dimensão dos sujeitos falantes, e todo seu método consiste em recolher seu testemunho; para saber em que medida uma coisa é uma realidade, será preciso e bastará procurar em que medida ela existe para a consciência dos sujeitos” (Saussure 1985 : 128).

Em relação a essa questão, Saussure diferencia, a esse propósito, a análise objetiva da análise subjetiva. A primeira é fundada sobre a história, enquanto a segunda não o é e releva do ponto de vista do sujeito falante. Em outros termos, a análise objetiva é a análise do lingüista e escapa à consciência dos sujeitos enquanto que a análise subjetiva é justamente aquela

à qual os sujeitos procedem quando de seus usos cotidianos da língua. Assim, seguindo um exemplo de Saussure, se consideramos a forma grega *híppos*, o gramático distingue três elementos: uma raiz, um sufixo e uma desinência (*hípp-o-s*), enquanto o sujeito falante não percebe senão dois (*hipp-os*). Segundo Saussure, o primeiro “é freqüentemente tentado a ver erros nas análises espontâneas da língua; de fato a análise subjetiva não é mais falsa que a ‘falsa’ analogia [...]. A língua não se engana; simplesmente seu ponto de vista é diferente” (Saussure, 1985 : 251). O autor ilustra essa distinção por meio de uma comparação: “a palavra é como uma casa cuja disposição interior e destinação tivéssemos mudado muitas vezes. A análise objetiva totaliza e superpõe essas distribuições sucessivas; mas para esses que ocupam a casa, não há senão uma”. Assim, “a análise *hípp-os* examinada mais acima, não é falsa, pois é a consciência dos sujeitos falantes que a estabelece; ela é simplesmente ‘anacrônica’, ela se reporta a uma outra época que aquela em que ela toma a palavra”. A conclusão de Saussure é que se *hípp-o-s* não contradiz *hípp-os*, não devemos porém julgar essas formas da mesma maneira e “isso nos faz colocar uma vez mais a distinção radical entre diacronia e sincronia” (Saussure, 1985 : 252). Os fatos pertencentes à série diacrônica não são da mesma ordem que aqueles pertencentes à série sincrônica, porque a mudança fonética se produz fora de toda intenção. O fato sincrônico, ao contrário, é sempre significativo.

Gostaríamos de levantar uma dificuldade à qual Saussure se depara no que diz respeito especificamente à separação entre esses dois domínios de estudo. Vimos mais acima com Saussure que o primeiro objeto da lingüística diacrônica é a fonética. O autor se pergunta, todavia: “mas não há senão os sons que se transformam no tempo?” (Saussure, 1985 : 194). Ele cita o caso das palavras que mudam de significação, ou ainda o fato de que categorias

gramaticais evoluem, e se interroga: “se todos os fatos de sincronia associativa e sintagmática têm sua história, como manter distinção absoluta entre a distinção entre a diacronia e a sincronia? Isso se torna muito difícil desde que saímos da fonética (id.). A questão é todavia suspensa:

“Se [...] a fonética intervém mais freqüentemente por um lado qualquer na evolução, ela não pode explicar tudo; o fator fonético uma vez eliminado, encontramos um resíduo que parece justificar a idéia ‘de uma história da gramática’; é lá que se encontra a verdadeira dificuldade; a distinção – que deve ser mantida – entre a diacronia e a sincronia demandaria explicações delicadas, incompatíveis com o quadro deste curso” (ibid. : 197).

Dessa forma, essa distinção entre os dois domínios parece se estabelecer suspendendo uma dificuldade que poderia implicar seu abrandamento. A distinção se opera, assim, acreditamos, muito mais entre uma ordem que releva do fenômeno da linguagem considerado em seu aspecto fisiológico e outra que, diferentemente, releva de um domínio psicológico. Lemos nas notas manuscritas que “é falso (e impraticável) opor a forma e o sentido. Isso que é justo, em compensação, é opor a figura vocal de uma parte e a forma-sentido de outra” (Saussure, 2002 : 17). É nesse sentido que acreditamos que o ponto de vista sincrônico representa o retorno do indivíduo e da sociedade, noções reputadas ausentes da lingüística saussuriana.

Antes de concluirmos esta parte, abordaremos muito brevemente as noções de *intenção* e de *consciência* em Saussure, que demandariam, na verdade, um estudo a parte. Limitar-nos-emos, assim, a algumas observações.

V. 2.4. As noções de intenção e de consciência em Saussure

Dissemos mais acima que a sucessão de sons na história de uma língua escapa inteiramente à consciência dos sujeitos falantes. Dissemos igualmente que o ponto de vista sincrônico releva da consciência dos sujeitos falantes. Isso posto, perguntamos: de que natureza é, quando se trata do fato sincrônico, essa noção de consciência em Saussure. Tratar-se-á de pressupor, do ponto de vista da sincronia, a operação de um sujeito interveniente em relação ao funcionamento lingüístico? A partir de nosso segundo capítulo e disso que acabamos de dizer mais acima, nos parece que não. Saussure, opondo-se a Whitney, recusa toda idéia de um contrato puro e simples, de modo que o princípio do arbitrário não conduz, em Saussure, à problemática da origem – pelo menos como abordada pelos filósofos do século XVIII e Whitney –, mas sim à idéia de uma ordem própria e à determinação histórica dos fatos de língua, ou seja, à teoria do valor, central em Saussure, que descarta, de imediato, a idéia de uma razão primitiva anterior ao funcionamento lingüístico. Para Saussure, “o fenômeno primordial da linguagem é a associação de um pensamento a um signo” (Saussure, 2002 : 47). Os termos *pensamento* e *signo* são revistos pelo autor ao longo dos anos. Em seu último curso, ele prefere chamar *significado* o que nessa afirmação ele chama *pensamento*, e *significante* o que ele chama de *signo*. Essa relação não é, contudo, ainda, “a lei absolutamente final da linguagem”: se “a primeira expressão da realidade seria dizer que a língua (isto é, o sujeito falante) não percebe nem a idéia *a*, nem a forma *A*, mas somente a relação *a/A*” (Saussure, 2002 : 39), essa expressão é ainda “inteiramente grosseira”. Com efeito, “ele não percebe verdadeiramente senão a relação entre as duas relações *a/AHZ* e *abc/A*, ou *b/ARS* e *blr/B*, etc.” (ibid. : 39). Assim,

a lei absolutamente final da linguagem é que não há jamais nada que possa residir em um termo [...], que *a* é impotente sem o socorro de *b*, este igualmente sem o socorro de *a*; ou que todos os dois não valem portanto senão por sua recíproca diferença, ou que nenhum valha, mesmo por uma parte qualquer de si (eu suponho a raiz, etc.), de outro modo que por esse mesmo plexo de diferenças eternamente negativas (Saussure, 2002 : 218-219).

Em relação à nossa questão em torno das noções de *intenção* e de *consciência*, Saussure afirma que

os termos *a* e *b* são radicalmente incapazes de chegar como tais a nossa consciência, a qual não percebe perpetualmente senão a diferença *a/b*, que cada um desses termos resta exposto (ou se torna livre) nisso que resultariam de uma penetração constante do espírito. Nós voltamos assim à afirmação fundamental pela qual nós procurávamos esclarecer mais acima a diferença da instituição da linguagem em relação às outras instituições humanas; a saber, aquela não é submetida à correção contínua do espírito, porque ela não procede, desde a origem, de uma harmonia visível entre a idéia e o meio de expressão; isso restando uma capital diferença, apesar de todas as miragens exteriores, face a casos por exemplo como esses dos ritos religiosos, das formas políticas, dos usos [] para não falar dos instrumentos (Saussure, 2002 : 219-220).

Uma parte desse fragmento se encontra no CLG, quando o autor aborda “O valor lingüístico considerado em seu aspecto material”. Vejamos:

A alteração dos signos lingüísticos mostra bem esta correlação [entre arbitrário e diferencial]; é precisamente porque os termos *a* e *b* são radicalmente incapazes de chegar, como tais, às regiões da consciência,

– a qual não percebe perpetualmente senão a diferença *a/b*, – que cada um desses termos resta livre de se modificar segundo leis estranhas a sua função significativa” (Saussure, 1985 : 163).

Na segunda conferência na Universidade de Genebra, o mestre genebrino parece claro em suas considerações a propósito da noção de consciência na abordagem do fato sincrônico. Vejamos.

Reconstituímos mais acima, ao abordar o impasse ao qual chegam os neogramáticos a emergência de duas ordens de fenômenos, que resultará, em Saussure, da separação radical entre uma ordem diacrônica e outra, sincrônica. Enquanto à primeira, cabe o estudo dos sons tomados numa seqüência temporal, ou seja, o fonetismo, à segunda cabe a analogia. Se o fonetismo se dá fora de qualquer intenção, sendo um fenômeno inconsciente, a analogia, ao contrário é um fenômeno psíquico, que releva da consciência dos sujeitos falantes. Saussure observa, então, que “a noção de consciência é eminentemente relativa, de modo que não se trata senão de dois graus de consciência *cujos mais elevado é ainda da inconsciência pura* comparado ao grau de reflexão que acompanha a maior parte dos atos” (Saussure, 2002 : 159, nós sublinhamos).

V. 3. A questão do sentido em Saussure

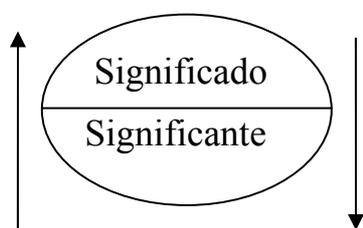
Vimos que o fato sincrônico é sempre significativo; ele releva da consciência dos sujeitos falantes e seu método consiste em recolher seu testemunho. Os sujeitos estão sempre inscritos no funcionamento lingüístico cuja característica essencial é de ser historicamente constituído. Saussure

refuta a concepção de língua como nomenclatura. Trata-se, segundo ele, de um sistema cujos termos são solidários: o valor ou a significação de um termo não emerge senão da relação com os demais termos do sistema. Ao que parece, os termos *valor* e *significação* são equivalentes. Sua distinção, contudo, defendida por um certo número de autores, entre eles Pêcheux, tem suscitado numerosos debates de implicações importantes. Mas Saussure quis de fato distinguir essas duas noções? Em caso afirmativo, perguntamos ainda: em que uma tal distinção consistiria exatamente? De que ordem seria ela?

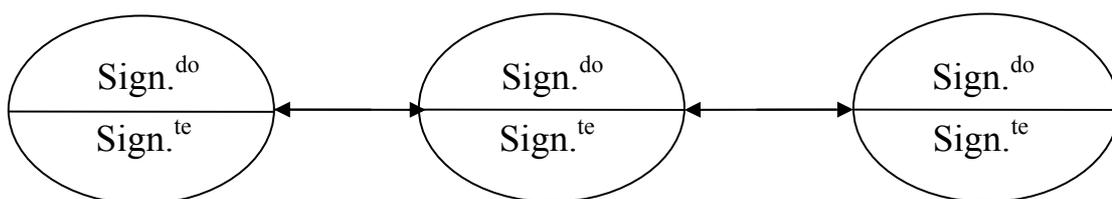
No CLG Saussure afirma:

quando falamos de valor de uma palavra, pensamos geralmente e antes de tudo na propriedade que ela tem de representar uma idéia, e nisso está um dos aspectos do valor lingüístico (Saussure, 1985 : 158).

O autor então se pergunta: “em que esse valor difere disso que chamamos a *significação*? Essas duas palavras seriam elas sinônimas?” Ele responde: “nós não o acreditamos, embora a confusão seja fácil, visto que ela é provocada menos pela analogia dos termos que pela delicadeza da distinção que eles marcam” (Saussure, 1985 : 158). A significação é a contrapartida da imagem auditiva e se representa da seguinte maneira:

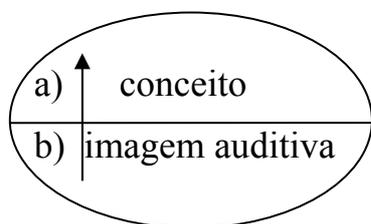


Esse esquema, entretanto, mostra a imagem auditiva e o conceito “nos limites da palavra considerada como um domínio fechado, existindo por ele mesmo”. Mas, e “eis aqui o aspecto paradoxal da questão: de um lado, o conceito nos aparece como a contrapartida da imagem auditiva no interior do signo, e, de outro, esse signo [...] é também e igualmente a contrapartida dos outros signos” (Saussure, 1985 : 159), de onde o esquema:



O conteúdo de uma palavra, assim, “não é verdadeiramente determinado senão pelo concurso disso que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, ele é revestido, não somente de uma significação mas também de um valor, o que é uma coisa bem diferente” (Saussure, 1985 : 160).

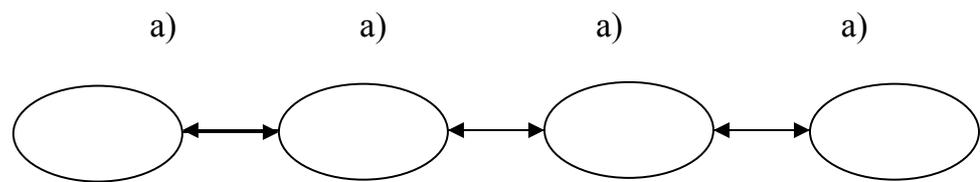
De acordo com os cadernos de Constantin, não lemos exatamente a mesma coisa. Saussure, considerando inicialmente a significação, concebe o esquema seguinte:



Segundo o autor, comentando o esquema,

nesse ponto de vista, a significação é a contrapartida da imagem auditiva e nada mais. <A flecha marca a significação como contrapartida da imagem auditiva>. A palavra aparece ou é tomada como um conjunto isolado e absoluto; interiormente, ela contém a imagem auditiva tendo por contrapartida um conceito. Eis aí o paradoxo: em linguagem baconiana “a caverna” contendo uma armadilha: é que a significação que nos aparece como a contrapartida da imagem auditiva é igualmente a contrapartida dos termos coexistentes na língua.

Nós acabamos de ver que a língua representa um sistema em que todos os elementos aparecem como ligados por relações.



À primeira vista, não há relações entre flechas a) e flechas b). O valor de uma palavra não resultará senão da coexistência dos diferentes termos. O valor é a contrapartida dos termos coexistentes. Como ele se confunde <com isso que é a contrapartida da imagem auditiva ?> <Outra figura seria o caso :>

		<u>Significado</u>				
		Significante				

<A relação no interior de uma casa e entre as casas é muito difícil a distinguir>. *A significação como contrapartida da imagem auditiva e a significação como contrapartida dos termos coexistentes se confundem* (Saussure, 1993 : 358-359).

Se a língua para Saussure “representa um sistema em que todos os termos aparecem como ligados por relações”, em se tratando de língua, a significação não existirá senão como a contrapartida da imagem auditiva, ela se confunde com a significação como contrapartida dos termos coexistentes, como a citação mostra claramente.

Para Burger (1961), contudo, não há dúvidas quanto à vontade de Saussure em distinguir claramente *significação* e *valor*, como observa Tullio de Mauro. Segundo Burger, a significação relevaria da fala, e o valor, do sistema. De Mauro nota que Godel (1966) aceita a tese de Burger, integrando-a àquela de Bally (1940). Segundo Godel,

Vemos que A. Burger, situando, como Bally, a significação no discurso, concebe de forma muito diferente a relação com o valor. Ele reencontra provavelmente a concepção do próprio Saussure; e sobre esse ponto, eu lhe rendo voluntariamente as armas. Todavia, a idéia de Bally mereceria ser retida: é exato que, na fala, os significados concordam com a realidade do momento, e talvez haja vantagem em chamar significação isso que resulta desse acordo... Podemos portanto reconhecer um *valor* a cada um dos elementos que pertencem ao sistema de uma língua [...]. A significação, em compensação, é de início uma propriedade do enunciado. Ele não procede unicamente dos valores utilizados para a composição da mensagem, ou seja, do significado da frase: ela depende também da situação, das relações, dos interlocutores, das suas

preocupações comuns (Godel, 1966 citado por Tullio de Mauro, 1985 : 465, nota 231).

Para esses autores, portanto, Saussure parece distinguir claramente as duas noções visando a uma demarcação de duas esferas da produção do sentido. Nós, contudo, não compartilhamos desse ponto de vista. Acreditamos que, certo, Saussure quis sim distinguir entre valor e significação, mas se trata menos de uma distinção teórica que da demarcação clara de dois pontos de vista distintos, como parece mostrar o seguinte fragmento tirado dos cadernos de Constantin:

O valor é bem um elemento do sentido, mas é importante de não considerar o sentido de outro modo que como valor. É talvez uma das operações mais delicadas a fazer em lingüística, ver como o sentido depende e permanece, contudo, diferente do valor. *Aí se mostra a diferença entre o ponto de vista do lingüista e o ponto de vista limitado considerando a língua como uma nomenclatura* (Saussure, 1993 : 358, nós sublinhamos).

Trata-se portanto de distinguir mais uma vez o ponto de vista do lingüista do ponto de vista do filósofo. Este último representa uma perspectiva limitada, em que reina a ilusão do atomismo, enquanto o primeiro considera a língua como um sistema de puros valores e sem sentido dado anteriormente à relação. Dito de outro modo, o lingüista, tentando se desfazer de toda forma de substancialismo, opõe-se ao ponto de vista limitado do filósofo, sustentando o sentido enquanto realidade que emana do sistema. O fragmento seguinte expõe de forma explícita um ponto de vista que Saussure não parece ter abandonado jamais:

Nós não estabelecemos nenhuma diferença séria entre os termos *valores*, *sentido*, *significação*, *função* ou *emprego* de uma forma, nem mesmo com a *idéia* como *conteúdo* de uma forma; *esses termos são sinônimos*. É preciso reconhecer todavia que *valor* exprime melhor que qualquer outra palavra a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber que uma forma não *significa*, mas *vale*: aí esta o ponto cardinal. Ela *vale*, por conseqüência ela implica a existência de outros valores (Saussure, 2002 : 28, nós sublinhamos em negrito).

Nessa passagem Saussure afirma claramente a equivalência entre os termos *valor*, *sentido*, *significação*, *função*, *emprego*, *idéia*, *conteúdo* e, mais abaixo, num outro fragmento, o autor afirma igualmente a equivalência entre sentido próprio e sentido figurado. Segundo ele, “não há diferença entre [os dois] (ou: as palavras não têm mais sentido figurado que sentido próprio), porque seu sentido é eminentemente negativo” (Saussure, 2002 : 28).

Assim, Saussure, concebendo a língua como um sistema, descarta a existência de um sentido próprio. Todo sentido não será senão o produto de uma relação, de modo que é uma tarefa vã “procurar qual é a soma das significações de uma palavra” (Saussure, 2002 : 78).

Em outros termos, uma palavra não tem sentido se a tomamos isoladamente. Uma palavra não traz um sentido em si mesma, não há logo correspondência entre número de palavras e número de idéias. Isso é particularmente claro para Saussure quando o autor afirma, em seu projeto de um “Catalogue des erreurs fondamentales” [“Catálogo dos erros fundamentais”]:

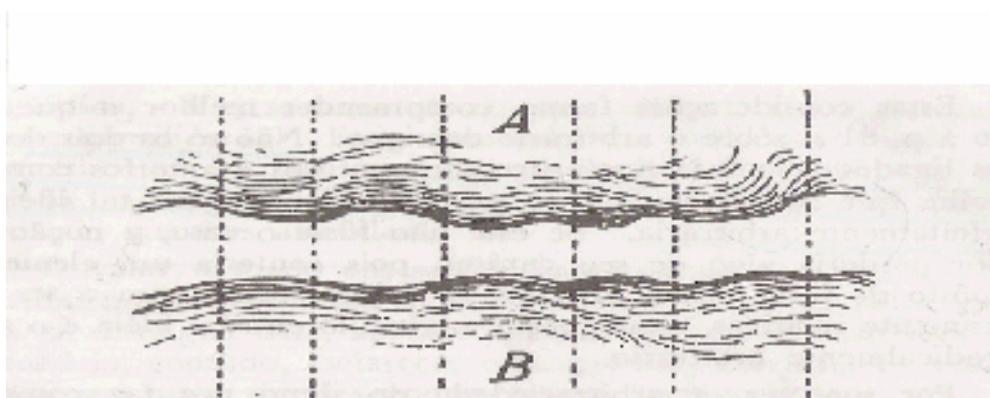
Merecem o nome de erros *fundamentais* por causa de suas conseqüências:

O erro dos signos individuais tomado cada um por si:

- ou erro de acreditar que uma língua composta de 500 palavras representa 500 signos + 500 significações.

- ou erro de acreditar que representamos qualquer que seja o problema da língua quando acreditamos autorizados a dizer “a palavra e sua significação”, esquecendo que a palavra é cercada de []” (Saussure, 2002 : 106, sublinhado no texto).

Na língua, não há unidade *a priori* fora do sistema. A partir do seguinte esquema concernente à relação pensamento/som:



Saussure afirma que o papel da língua em relação ao pensamento não é de criar um meio fônico material para exprimir as idéias mas antes de “servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que sua união culmine necessariamente a delimitações recíprocas de unidades”. O lingüista descarta a idéia de “materialização dos pensamentos”, como a idéia de “espiritualização dos sons”. Segundo ele, trata-se do fato de que “o pensamento-som’ implica divisões e que a língua elabora suas unidades se constituindo entre duas massas amorfas” (Saussure, 1985 : 156), de onde o fato de que “a lingüística trabalha [...] sobre o terreno limítrofe onde os

elementos das duas ordens se combinam; esta combinação produz uma forma, não uma substância” (ibid. : 157).

Essa discussão em torno do sentido em Saussure remete ao caráter radicalmente social da língua. Considerando que a relação entre o pensamento e o som é arbitrária e que a única razão de ser dos valores está no uso e num certo efeito de comunicação, o sistema de signos que é a língua não encontra sua essência senão no fato social.

Pensamos, dessa forma, que, distinguindo entre *valor* e *significação*, Saussure separa, claramente, o ponto de vista do lingüista do ponto de vista do filósofo, este último correspondendo em certa medida àquele de Whitney, em quem a problemática do arbitrário do signo pode remeter ao problema filosófico da origem da linguagem.

No início deste capítulo, perguntávamos : se Saussure representa, ao contrário do que se acreditou nos 1960/70, uma reação a uma lingüística que excluiu de seu domínio indivíduo e sociedade, o que justificaria então as críticas desses autores nesse período? A hipótese de Fehr sobre isso repousa em grande parte sobre o fato de que

fascinados pelo pensamento sistemático de Saussure e vendo nele o anúncio de uma renovação cientificamente chamada a abrir um novo horizonte, os editores do Curso estavam evidentemente tentados a expelir para as margens da teoria tudo o que, a seus olhos, comprometesse o fechamento do sistema projetado por Saussure (Fehr, 2000 : 81).

Referindo-se às diversas críticas concernentes a esse princípio que parece ter guiado os editores, Fehr cita Jakobson, que, quando de suas conferências no Collège de France em 1972 afirmou:

Quando analisamos esse texto (o CLG) e quando o comparamos às verdadeiras notas dos alunos a partir das quais esse texto foi redigido, vemos uma diferença enorme. Houve um grande trabalho dos editores. Eles verdadeiramente o redigiram, eu ousou mesmo dizer, modificaram o texto. Até um certo ponto, e eu o digo sem gracejo, esse texto foi *um texto apócrifo* [...] (Jakobson, citado por Marchand, 1972, nós sublinhamos).

Os editores, certamente, intervieram em pontos fundamentais, como a ordem de exposição, cujas conseqüências podem ser relevantes. Entretanto, a partir da nossa análise, podemos concluir provisoriamente que, em grande medida, as fontes manuscritas não mostram um Saussure inteiramente estranho a esse que se apresenta no CLG. Ainda, defender o caráter apócrifo do texto nos parece uma posição relativamente falsa, que ignora fatos importantes. Vejamos alguns deles.

Como observa Chiss, Bally, que é um dos editores do CLG,

Além de seus trabalhos de helenista, de germanista ou de francista, [...] permanece preocupado com a problemática das relações língua/pensamento e traz contribuições importantes a uma lingüística da expressão e a uma teoria da enunciação que antecipa, em muitos aspectos, preocupações atuais (Chiss, 2004).

Séchehaye, o outro editor do CLG, aplicando a distinção língua/fala à descrição gramatical, reconhece a prioridade da fala. Com efeito, o autor “vê na língua uma gramaticalização da fala” (Frýbar-Reber, 2004).

Resumindo, vimos que, no CLG mesmo, a língua é um objeto radicalmente histórico não encontrando sua fundação em nenhuma razão primitiva ou funcionamento biologicamente pré-determinado, o que nos conduz a um conceito de história desprovido de qualquer teleologia. A língua é, para Saussure, um fato social, mais precisamente um fenômeno semiológico cuja natureza social é um dos seus caracteres internos; a lingüística aparece como uma ciência dupla no seio da qual é preciso distinguir uma ordem de fenômenos relevando da sincronia, e outra relevando da diacronia. Esta última implica o estudo de uma seqüência de tempo, sempre não significativa, porque fonética, que escapa portanto ao sujeito falante. A primeira, ao contrário, diz respeito ao ponto de vista da consciência dos sujeitos falantes e, portanto, significativa; o sujeito falante está sempre submetido a um funcionamento histórico, na medida em que as restrições implicadas na cadeia significante pelo eixo vertical ou paradigmático releva da história.

Em nossas análises nós utilizamos as duas primeiras aulas na Universidade de Genebra, em 1891; as “Notes pour un article sur Whitney [Notas para um artigo sobre Whitney], de 1894, as notas de Albert Riedlinger e de Charles Patois, concernentes ao segundo Curso de lingüística geral; no que diz respeito ao terceiro Curso, utilizamos aquelas de Emile Constantin; ainda o manuscrito intitulado “De l’essence double du langage” [Da essência dupla da linguagem], cuja data não é conhecida, mas supõe-se que tenha sido escrito em 1894. À exceção deste último texto, publicado pela primeira vez

em 2002, os demais já se encontravam publicados desde 1968. Isto posto, mesmo admitindo, em última instância, que o CLG é um texto apócrifo, a maior parte das fontes manuscritas, como vimos, já estava disponível desde a edição de Rudolf Engler, de 1968. Assim, nos interrogamos sobre sua ocultação pelos autores dos anos 1960/70.

Acreditamos que nossa problemática releva, antes de tudo, de um domínio de estudos iniciado por Chiss e Puech, a saber a *história da emergência disciplinar* (Chiss & Puech, 1999 : 53). Segundo esses autores, uma disciplina tem necessidade para se constituir de uma “temporalidade” que lhe confere um pólo de identificação. Mais do que um momento no nascimento/crescimento de uma disciplina, a reivindicação de autonomia é, a seus olhos, considerada como “a forma que toma o esforço sempre renovado que ela realiza para se inscrever numa temporalidade dominada, planificada” (id.). A igual distância de uma história dos conceitos e das teorias e da sociologia da ciência e das instituições científicas, esses autores abrem uma via para a “história da emergência disciplinar” (id.) em que a importância da noção de *memória* é essencial.

Recepção e herança, não se trata, segundo esses autores, de um esquema do tipo “programação/execução”, ou “invenção/propagação”: “da primeira à segunda, haveria antes construção de uma Gestalt, de uma forma, de uma configuração; há portanto transformação e reinterpretação” (ibid. : 55). Judith Schlanger sublinhando as implicações da integração cultural das obras intelectuais num dispositivo em que o papel da memória é fundamental, afirma que “o intelecto se encontra sempre engajado em partes da qual a memória cultural nomeia as questões” (Schlanger, citada por Chiss & Puech, 1999 : 57). Segundo essa ótica historiográfica, a produção do conhecimento

não se opõe à transmissão do patrimônio cultural do qual todos os saberes fazem parte.

Nosso objeto de estudo é, a partir do terreno em que nos situamos, sobretudo o “après-Saussure” [“após-Saussure”], de modo que o que nos interessa é menos o que as fontes manuscritas podem nos revelar de Saussure que as leituras que dele fez-se durante o século XX. Essa expressão “après-Saussure” corresponde ao título de um artigo de Françoise Gadet (1989), que tem o mérito, como observam Chiss e Puech, de ter deslocado o ponto de vista historiográfico de uma problemática relativa às influências recebidas àquela relativa às influências exercidas. Para eles,

Se não se trata de pretender que o após-Saussure teria sido caracterizado pela promoção do CLG à condição de corpo de enunciados nem “discutido” nem “admitido”, não podemos nos impedir de pensar que adesões e discussões, a seu propósito, são sempre sobredeterminadas por considerações que transcendem em uma certa medida os debates estritamente intelectuais de conhecimento (Chiss & Puech, 1999 : 56).

Nós consideramos este trabalho, lembremos, como uma contribuição modesta à desconstrução de uma evidência partilhada nos anos 1960/70 por teóricos da lingüística, a saber: a incompatibilidade entre sistema e história. Como estabelecido na introdução, nós nos limitamos aqui a uma apresentação da leitura de Saussure por Michel Pêcheux, fundador da escola francesa de análise de discurso. O estudo da emergência da análise de discurso e sua relação com a lingüística saussuriana são as preocupações do capítulo que se segue.

VI. A escola francesa de análise de discurso e o saussurismo

A leitura de Saussure por Michel Pêcheux (1938-1983), fundador da escola francesa de análise de discurso, tem lugar nos anos 1960/70, isto é,

aproximadamente meio século após a publicação do CLG, em 1916. Não se trata, contudo, de uma leitura deslocada, pelo menos em relação ao contexto francês. Como afirma Puech, “a lingüística do entre-guerra na França não se confunde com uma recepção de Saussure, nem com a emergência de um estruturalismo, à construção do qual ela permanece estranha” (Puech, 2005). A afirmação de Benveniste, na ocasião de uma entrevista em 1968, é significativa:

Para um lingüista que está habituado a praticar o trabalho lingüístico e que teve no momento bom, é o meu caso, preocupações estruturalistas, é um espetáculo surpreendente a propagação dessa doutrina, mal compreendida, descoberta tardiamente e a um momento em que o estruturalismo em lingüística já é por alguns algo de superado. Em meu trabalho, eu retracei brevemente a história de qualquer modo lexical desse termo. Neste ano de 1968, a noção de estruturalismo lingüístico tem exatamente 40 anos. É muito para uma doutrina em uma ciência que anda tão rápido (Benveniste, 1974 : 16).

Com efeito, o CLG chega à França depois de múltiplos desvios. Já em uma primeira recepção²⁰, aquela das resenhas, o texto editado por Bally e Séchehayé conhece críticas: ele apresenta um Saussure muito especulativo, diferente daquele do *Mémoire*, o “verdadeiro” Saussure²¹. Mas a partir dos

²⁰ Nós seguimos aqui a categorização proposta por Puech, que identifica quatro fases de recepção do CLG (cf. Puech, 2004, 2005). Trata-se para o autor de recorrer o menos possível a um ponto de vista teleológico da história, em que Saussure “é mais frequentemente representado como a origem e o fim das teorizações lingüísticas, no esquecimento das mediações e sobretudo dos *prismas de recepção* que se interpõem entre ele e nós”. Assim, embora Puech distinga quatro fases, essas são “estritamente mescladas na realidade” (Puech, 2005, no prelo).

²¹ Lemos por exemplo na resenha escrita por Hugo Schuchardt: “há sistemas que já estão inscritos nas coisas e não demandam senão serem descobertos e os sistemas que acreditamos aplicá-los às coisas. À primeira categoria pertence, no que concerne a Saussure, o ‘sistema originário das vogais nas línguas indo-européias’, contido no *Mémoire* de 1878; da segunda categoria releva o sistema da lingüística geral que nos é hoje proposto, à título póstumo” (Schuchardt, 1917 trad. por Chiss, 1978b : 174). Segundo Paul Regard, “o ponto fraco do trabalho, em geral excelente, que têm publicado os senhores Bally e Séchehayé, é de deixar crer que F. de S. separou a mudança lingüística das condições exteriores das quais ele depende... Mas o autor do

anos 1920 e sobretudo na ocasião do 1º Congresso internacional de lingüistas, em 1928, Haia, e do Manifesto do Círculo de Praga do Congresso dos filólogos eslavos em 1929²², o CLG é considerado como portador de inovação. Ele circula e será fora das instituições centrais da Europa que exercerá inicialmente influência. Esse texto se torna então “um texto estratégico para a ‘periferia’ em conquista das instituições centrais” (Puech, 2005). A França, por sua vez, não participa da lingüística dos “círculos”. No entre-guerra, são a escola sociológica de Meillet e Vendryes e a escola psicológica – inscrevendo-se nesta última notadamente F. Brunot, G. Guillaume, Damourette e Pichon – que dominam a cena. Apesar de aluno de Saussure na École Pratique des Hautes Études, e substituto do mestre desde 1889-1890, Meillet na elaboração de seu projeto de lingüística geral deve pouco a Saussure²³.

As idéias do CLG serão conhecidas e valorizadas na França somente após a Segunda Guerra Mundial, na ocasião disso que Puech designa como a terceira recepção do CLG, aquela do “estruturalismo generalizado”; o CLG circula... Desta vez, sua influência migra em direção a outros domínios – a filosofia, a antropologia, a sociologia, a psicologia, a teoria literária. Essa diversidade, contudo, não é, a partir de um certo ponto de vista, senão aparente. O “novo” paradigma suscita uma esperança comum: a esperança do

presente prefácio mais de uma vez ouviu F. de S. explicar por condições exteriores não apenas as mudanças lingüísticas, mas a conservação de certos traços. É assim que ele atribuía o prodigioso arcaísmo do lituano à longa persistência do paganismo nas regiões do falar lituano...” (Paul Regard, 1919 : 10-11 citado por De Mauro, 1995 : 347).

²² Como notam Chiss e Puech, esses eventos, aos olhos do historiador, “são materiais aos quais a história conferiu uma importância de primeiro plano, não somente por seu conteúdo, mas também pelo papel de começo simbólico, de evento na ordem disciplinária, de operadores de ‘convivência’ [...] que eles realizam” (Chiss & Puech, 1997 : 19).

²³ Segundo Puech, basta lermos *Linguistique historique et linguistique générale* [*Lingüística histórica e lingüística geral*] de Meillet para percebermos que “na França a lingüística geral de Saussure era largamente subordinada à lingüística histórico-comparativa de Meillet. O tema da ‘mudança lingüística’ permaneceu a pedra de toque da pesquisa teórica, e a noção saussuriana de sincronia não foi realmente tomada em consideração, mesmo que a noção de sistema apareça freqüentemente no trabalho de Meillet” (Puech, 2004 : 125).

ideal positivo que a noção de estrutura recobre, instrumento teórico do pós-guerra, contra o idealismo há muito tempo dominante.

Esse período é de efervescência no plano político. Como observa Eric Hobsbawn, as gerações ocidentais de estudantes nos anos 1960 acreditavam que elas viviam uma época em que tudo mudaria através da revolução. O autor afirma:

Naturalmente, nós todos fomos apanhados por essas grandes lutas globais. Na década de 1960 o Terceiro Mundo trouxera de volta ao Primeiro a esperança da revolução. As duas grandes inspirações internacionais eram Cuba e o Vietnã, triunfos não apenas da revolução mas de David contra Golias, do fraco contra o todo-poderoso. “Guerrilha”, palavra emblemática da época, tornou-se a chave quintessencial da mudança do mundo. Os revolucionários de Fidel Castro, reconhecíveis como herdeiros de 1848 por sua juventude, seus cabelos longos, barbas e retórica – pensemos na famosa imagem de Che Guevara –, quase poderiam ter sido projetados para ser símbolos mundiais de uma nova era de romantismo político (Hobsbawn, 2002: 282, trad. de S. Duarte).

O projeto de Pêcheux visa a uma elaboração de uma semântica discursiva, a partir de uma tríplice inscrição teórica: o materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso como teoria das determinações dos processos semânticos. Esta tríplice inscrição é ainda atravessada por uma teoria do sujeito de natureza psicanalítica. Trata-se de um projeto ambicioso cuja trama é complexa, exigindo certamente mais do que dispomos aqui.

Nossa leitura é portanto inevitavelmente limitada. Nós não apresentaremos senão de forma relativamente breve o projeto teórico de Pêcheux, tentando discernir sua inscrição no saussurismo. O percurso de Pêcheux é repleto de tensões; as tramas se entrecruzam, se desfazem, para se refazer novamente ou não. No quadro deste trabalho, nos limitaremos ao estudo de textos mais representativos do percurso do autor, a saber: *L'analyse automatique du discours* [*A análise automática do discurso*] (1969), *La sémantique et la coupure saussurienne* [*A semântica e o corte saussuriano*] (1971), *Mise au point et perspective à propos de l'analyse automatique du discours* [*Atualizações e perspectivas a propósito da análise automática do discurso*] (1975) e *Les vérités de la Palice*²⁴ [*As verdades de La Palice*] (1975). Malidier chama esse período de o “tempo das grandes construções”²⁵. Quanto aos períodos posteriores, abordaremos seu texto de 1977, intitulado *Remontons de Foucault à Spinoza* [*Remontemos de Foucault a Spinoza*], *La langue introuvable* [*A língua inencontrável*], escrito com Françoise Gadet, datando de 1981, *Sur la (dé-)construction des théories linguistiques* [*Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas*] (1982), e, ainda, seu último texto, *Le discours: structure ou événement?* [*O discurso: estrutura ou acontecimento?*] (1983).

²⁴ “La Palice” remete ao herói de uma canção plena de verdades evidentes que fazem rir, como por exemplo, “Quinze minutos antes de sua morte ele estava vivo” (cf. Le Petit-Robert, 1996-1997).

²⁵ Malidier, em sua coletânea de textos de Pêcheux separa o desenvolvimento da análise de discurso de Pêcheux em três momentos, a saber: um primeiro momento, das grandes construções (1969-1975), um segundo, das revisões (1976-1979) e finalmente aquele da desconstrução pensada (1980-1983).

VI. 1. O objeto discurso

Segundo Pêcheux (1969), antes do desenvolvimento da ciência lingüística, cuja origem pode ser marcada com a publicação do CLG, a análise textual gravitava em torno da questão do sentido do texto. Assim, em face de um texto qualquer, as questões eram notadamente: “De que fala esse texto?”, “Quais são suas principais ‘idéias’?”, “O que o autor quer dizer?”, ou ainda “Esse texto está conforme às normas da língua na qual ele é apresentado?”

Dito de outro modo, o estudo gramatical e semântico considerado pela ciência clássica da linguagem “era um meio a serviço de um fim, a saber a compreensão do texto, da mesma forma que, no próprio texto, os ‘meios de expressão’ estavam a serviço do fim visado pelo produtor de texto (a saber: se fazer entender)” (Pêcheux, 1969 in Malidier, 1990 : 98).

A perspectiva saussuriana representa para Pêcheux uma ruptura em relação à ciência clássica da linguagem na medida em que Saussure opera um deslocamento conceitual: a língua sendo um sistema, ela não tem mais a “função” de exprimir do sentido. Trata-se agora de descrever seu funcionamento. Retomando a metáfora do jogo de xadrez, Pêcheux afirma: “não devemos procurar *o que significa* uma parte, mas quais são as *regras que tornam possível* toda parte” (ibid. : 99, sublinhado no texto).

O deslocamento operado por Saussure se efetua, entretanto, segundo Pêcheux, sobre uma dupla exclusão: “a exclusão da fala no inacessível da ciência lingüística; a exclusão das instituições ‘não semiológicas’ fora da zona de pertinência da ciência lingüística” (ibid. : 107). Esta dupla exclusão é, segundo Pêcheux, resultado da definição de língua como:

- a) “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que a ele próprio não pode nem criá-la nem modificá-la”, isso que “tem por efeito opor a língua, conceito cientificamente utilizável, à fala, como parte da linguagem própria ao indivíduo, na medida em que ele pode criá-la e modificá-la” (Saussure, citado por Pêcheux, 1969 in Malidier, 1990 : 106);
- b) “instituição social [que] se distingue por vários traços das outras instituições políticas, jurídicas, etc. Para compreender sua natureza especial, é preciso fazer intervir uma nova ordem de fatos.

A língua é um sistema de signos exprimindo idéias, e por aí comparável à escritura, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais marítimos, etc. Ela é somente o mais importante desses sistemas. Podemos portanto conceber uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social; ela formaria uma parte da psicologia social, e por conseqüência da psicologia geral; nós nomeá-la-emos semiologia” (Saussure, citado por Pêcheux, 1969 in Malidier, 1990 : 107).

Para Pêcheux, a partir dessas passagens do CLG, trata-se de conceber a língua do projeto saussuriano “como um objeto cientificamente homogêneo (pertencendo à região do ‘semiológico’)” (Pêcheux, 1969 in Malidier, 1990 : 107), oposto à fala, “manifestação *atualizada* da faculdade de linguagem”, que “pressupõe um contexto, uma situação concreta e determinada”. Assim, a língua, “sistema *virtual* [...] não se atualiza senão na e pela fala” (Saussure, citado por Pêcheux, 1969 in Malidier, 1990 : 107).

A implicação dessa interpretação da divisão saussuriana é, segundo Pêcheux, o retorno “triumfante” do sujeito falante considerado como “subjetividade em ato, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios postos à disposição”. Para Pêcheux, passar da língua ao discurso significa, numa perspectiva saussuriana, “passar *gradatim* da necessidade do sistema à contingência da liberdade” (Pêcheux, 1969 in Malidier, 1990 : 108). Essa interpretação de Pêcheux se funda explicitamente sobre a leitura de Jakobson, para quem se passa de um grau zero de liberdade, no nível fonético, à subtração de toda coação, no nível sintático. A liberdade assim não é possível senão fora do sistema, em outros termos, ela é sempre resultado da fala²⁶.

²⁶ Para Pêcheux, a oposição “língua/fala”, apesar de necessária à constituição da lingüística “vai junto com uma certa ingenuidade de Saussure” (Pêcheux, 1971 in Malidier, 1990 : 142), ingenuidade que repousaria

Em *Les vérités de la Palice* [*As verdades de la Palice*] (1975b), Pêcheux resume a tese fundamental da posição “formalista” em lingüística:

- a língua *não é* histórica na exata medida em que ela é um sistema (diremos também “estrutura”);

“é na medida em que a língua é um sistema, uma estrutura, que ela constitui o objeto teórico da lingüística (Pêcheux, 1975b in Malidier, 1990 : 179, sublinhado no texto).

A autor continua:

Desde então, o sistema (ou a estrutura) é oposto à história como o explicável é oposto a seu resíduo inexplicável, e o explicável sistêmico ou estrutural é primeiro, de modo que não há que se interrogar sobre as condições que o instituem como explicável; o estruturalismo lingüístico, mas também o funcionalismo e mesmo o gerativismo “se dão” seu objeto sob a forma geral da língua (ou da gramática). Nessa medida, e especialmente nisso que concerne à “semântica”, o estruturalismo lingüístico não pode evitar de desembocar sobre um estruturalismo filosófico tentando abraçar no explicável o resíduo inexplicável (Pêcheux, 1975b in Malidier, 1990 : 179-180).

Um exemplo desse “estruturalismo filosófico” evocado por Pêcheux é, segundo o autor, a perspectiva de Benveniste, para quem,

Semiótico e semântico aparecem como a transposição lingüística das categorias filosóficas da potência e do ato... Aí ainda a mediação é

operada com a ajuda de uma noção ambígua, a enunciação, definida formalmente [...] mas justificada filosoficamente: “a enunciação é esta colocação da língua em funcionamento por um ato individual (Hirsbrunner e Fiala citados por Pêcheux, 1975a in Malidier, 1990 : 168).

Pêcheux, comentando essa passagem, observa que a língua concebida como sistema de signos é, certamente, em Benveniste, “superada”, mas ao preço da introdução disso que a lingüística saussuriana “havia tentado rejeitar, ao se constituir como ciência, o sujeito e sua relação com o mundo social” (Pêcheux, 1975a in Malidier, 1990 : 168).

Com efeito, se a ruptura saussuriana foi suficiente para a constituição de uma teoria geral da língua, permitindo a interpretação dos níveis fonético, morfológico e sintático, “ela não pôde fazer obstáculo a um retorno ao empirismo em semântica” (Pêcheux, 1971 in Malidier, 1990 : 135). É que a oposição “língua/fala” se reflete sobre a oposição “valor/significação” e a significação é subordinada ao valor, o que “tem por efeito evitar todo retorno do sujeito, quando se trata da língua: a significação é da ordem da fala e do sujeito, somente o valor concerne à língua” (Pêcheux, 1971 in Malidier, 1990 : 139). Um dos argumentos utilizados por Saussure para justificar esse princípio de subordinação da significação ao valor é que

Se as palavras fossem encarregadas de representar conceitos dados de imediato, elas teriam cada uma de uma língua a outra, correspondências exatas para o sentido; ora não é assim. O francês diz indiferentemente *louer* [*alugar*] uma casa em “prendre a bail” [“fazer um arrendamento”] e “donner à bail” [“fornecer um arrendamento”] lá onde o alemão emprega dois termos: *mieten* e *vermieten* (Saussure, 1985 : 161).

Segundo Pêcheux, “o argumento põe [...] o problema da tradução, mas é preciso não perder de vista o que ele visa a mostrar, a saber que, do ponto de vista da *língua*, somente conta o *valor* e não a *significação*” (Pêcheux, 1971 in Malidier, 1990 : 139, sublinhado no texto). Assim, continua o autor,

Do ponto de vista saussuriano da língua e do valor àquele das significações e da linguagem, há uma mudança de perspectiva radical. Apesar dessa mudança de perspectiva e embora a referência à tradução tenha, na ocorrência, sempre uma importância teórica e não prática, continuou-se a colocar de imediato o problema através desse da correspondência entre duas ou várias línguas como se não houvesse, no interior da mesma língua, problemas de tradução. Ora, por exemplo, se consideramos o domínio da política e aquele da produção científica, *constatamos que as palavras podem mudar de sentido segundo as posições tidas por aqueles que as empregam* (Pêcheux, 1971 in Malidier, 1990 : 140, sublinhado no texto).

Consideremos o exemplo seguinte, utilizado por Pêcheux em *Les vérités de la Palice* [*As verdades de la Palice*] (1975b), concernente ao francês nacional e ao francês fictício²⁷. Essa distinção se refere a dois processos históricos relativos à transformação das relações de classes na França (ascensão da burguesia), a saber o processo – contemporâneo à Revolução francesa – de “uniformização” visando à instituição de uma língua nacional para a livre comunicação entre os homens, necessária às relações de produção capitalistas, e aquele realizado pela imposição, na escola, do francês elementar como língua comum. Isso consiste, segundo Pêcheux, “em uma

²⁷ Pêcheux utiliza em seu exemplo os títulos de dois trabalhos de R. Balibar: *Le français national* [*O francês nacional*] (cf. R. Balibar e D. Laporte, 1974) e *Les français fictifs* [*Os franceses fictícios*] (cf. R. Balibar, 1974).

divisão desigual no interior da uniformização igualitária” e que visa politicamente e ideologicamente à imposição de uma diferenciação de práticas lingüísticas no interior mesmo da língua nacional, necessárias às mesmas relações de produção capitalistas.

Criticando o historicismo evolucionista, Pêcheux denuncia o fato de que essa corrente não leva em conta um deslocamento progressivo do terreno da luta de classe. No começo, tratava-se de uma unificação lingüística nos níveis fonológico, morfológico, sintático e lexical de uma língua inscrita na forma-nação, “unificação que o estruturalismo, o funcionalismo, o gerativismo, etc., apreenderão no século XX como a unidade de um sistema” (Pêcheux, 1975b in Malidier, 1990 : 181). Mas as relações capitalistas abrem progressivamente uma nova luta entre as “realizações” heterogêneas dessa língua nacional,

em que, certamente, se reproduzem diferenças morfofonológicas, lexicais e sintáticas na manutenção da língua [...] mas reinscritas em diferenças de sentido que fazem com que [...] “vocabulários-sintaxes” e “reflexões” se afrontem e conduzam, às vezes com as mesmas palavras, a direções diferentes segundo a natureza dos interesses ideológicos postos em jogo (Pêcheux, 1975b in Malidier, 1990 : 181).

A análise de discurso visa portanto precisamente a “*compreender isso que é hoje tendencialmente ‘a mesma língua’ no sentido lingüístico desse termo autoriza funcionamentos de ‘vocabulário-sintaxe’ e de ‘reflexões’ antagônicas*” (Pêcheux, 1975b in Malidier, 1990 : 182, nós sublinhamos).

Pêcheux encontra assim o objeto discurso, repousando sobre uma base lingüística (sobre essa distinção cf. *infra*). Segundo o autor, “a unidade

tendencial disso que a lingüística atual define como língua constitui a base de processos antagônicos no nível do ‘vocabulário’ e da ‘reflexão’” (id., nós sublinhamos).

O discurso se configura então como um novo objeto cujo estudo implica, segundo Pêcheux, uma mudança de terreno em relação à lingüística. Isso já está estabelecido em 1969, quando o autor, ao propor como exemplo o discurso de um deputado, afirma que, segundo o estrito ponto de vista saussuriano, o discurso é da ordem da fala, onde a “liberdade do locutor” se manifesta, ainda que ele releve, enquanto “seqüência sintaticamente correta” da ordem da língua. Entretanto, o mesmo discurso, se considerado por um sociólogo, será considerado diferentemente,

Como uma parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencendo a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas relevando da estrutura de uma ideologia política, e logo correspondendo a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada (Pêcheux, 1969 in Malidier, 1990 : 113).

Assim, Pêcheux, em seu projeto, considera o novo objeto sempre em relação à esfera social de modo que ele não releve nem de um “sistema de normas puramente individuais nem globalmente universais”. Mas trata-se então de um projeto assimilável a, por exemplo, o projeto de Meillet em que pensamos em termos de causalidade fatos sociais/fatos lingüísticos? Dito de outro modo,

- trata-se, quando falamos de história a propósito da lingüística, dessa vaga evidência segundo a qual “os fatores sociais influem sobre a

língua” (a língua “se enriquecendo” à proporção da evolução dos progressos técnicos e sociais?)

- ou trata-se de outra coisa, para além desse historicismo sociologista evolucionista que o estruturalismo não teve muita dificuldade em recuperar pela via da “fala” e dos “sujeitos falantes”? (Pêcheux, 1975b in Malidier, 1990 : 180).

Pêcheux responde negativamente. Pare ele,

uma referência à história a propósito das questões de lingüística não se justifica senão na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre isso que podemos chamar as “práticas lingüísticas” inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada (Pêcheux, 1975b in Malidier, 1990 : 180).

Pêcheux teoriza o novo objeto se inscrevendo no desenvolvimento das ciências humanas no fim dos anos 1960 na França, mobilizando três domínios do conhecimento científico – o materialismo histórico, a lingüística, e a teoria do discurso – atravessados por uma teoria psicanalítica do sujeito, de onde sua oposição vigorosa à tradição de Bally, Jakobson e mesmo Benveniste. A propósito disso, o autor afirma:

A dificuldade das teorias da enunciação reside no fato de que essas teorias refletem o mais freqüentemente a ilusão necessária constitutiva do sujeito, isto é, que elas se contentam em *reproduzir no nível teórico essa ilusão do sujeito*, através da idéia de um sujeito enunciador portador de escolha, intenções, decisões, etc. na tradição de Bally, Jakobson, Benveniste (a “fala” não está longe!) (Pêcheux, 1975a in Malidier, 1990 : 169, sublinhado no texto).

VI.1.2. A teorização do objeto discurso: o novo terreno teórico

O discurso não se confunde, para Pêcheux, com o ato verbal de um sujeito isolado. Trata-se nesse quadro teórico de considerar um sujeito sempre inscrito na história. Segundo o autor, “o laço que liga as significações de um texto às condições sócio-históricas desse texto não é de modo algum secundário, mas constitutivo das próprias significações: [...] falar é outra coisa que produzir um exemplo de gramática” (Pêcheux, 1971 in Malidier, 1990 : 141). Embora a teoria geral da língua represente um avanço científico irreversível – o ponto de vista é deslocado da função ao funcionamento –, questões concernentes à relação sentido/sujeito/sociedade estão ausentes, segundo Pêcheux, da problemática saussuriana “na medida em que elas concernem a isso que é rejeitado na fala, fora do todo homogêneo que constitui o sistema da língua” (id.). Pêcheux aponta que uma mudança de terreno é necessária e

isso implica, a título de contrapartida positiva, a introdução de novos objetos, considerados em relação ao novo “terreno” teórico que determina as formas e os conteúdos da mudança; para uma parte muito grande, bem entendido, os objetos e os termos que os designam, não são “novos” senão aos olhos do provincianismo teórico que caracteriza cada uma das “ciências humanas” em face de seus vizinhos, e sobretudo considerado o recalque-disfarce que se exerce a respeito dos conceitos do materialismo histórico (Pêcheux, 1971 in Malidier, 1990 : 147-148).

O materialismo histórico constitui, assim, esse novo terreno. No texto intitulado “Mise au point e perspectives à propos de l’analyse automatique du

discours” [“Atualizações e perspectivas a propósito da análise automática do discurso”] (1975a), Pêcheux, depois de ter constatado todas as dificuldades teóricas de seu projeto, estabelece, de início, que a região do materialismo em questão em sua teorização é aquela da superestrutura ideológica em sua relação com o modo de produção dominando a formação social dada. O autor lembra que os recentes trabalhos marxistas, em particular o artigo de Althusser intitulado “Idéologie et appareils idéologiques d’État” [Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado] (1970), mostram o risco de considerar a superestrutura ideológica como a simples expressão da “base econômica”. Se quisermos nos proteger de um retorno do idealismo, é preciso que a região da ideologia seja “caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica” (Pêcheux, 1975a in Maldidier, 1990 : 157). Dito de outro modo,

o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como “determinado em última instância” pela instância econômica na medida em que ele aparece como uma das condições (não econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a essa base econômica (Pêcheux, 1975a : in Maldidier, 1990 : 157).

A “interpelação” é a modalidade particular do funcionamento da ideologia em relação à reprodução das relações de produção. Segundo a tese central de Althusser, estabelecida nessa mesma obra, “a Ideologia²⁸ interpela os indivíduos em sujeitos”. Trata-se do “assujeitamento como sujeito ideológico de tal modo que cada um seja *conduzido* sem perceber e tendo a

²⁸ É preciso dizer que Althusser distingue dois conceitos de ideologia: as ideologias em particular (no plural) e a Ideologia em geral (sempre no singular). As primeiras são históricas e remetem às formações ideológicas. A segunda, ao contrário, é a-histórica, porque se trata de um funcionamento que se repete sempre. Em sua tese central, Althusser faz referência ao conceito de Ideologia em geral.

impressão de exercer sua livre vontade, a tomar seu lugar numa ou noutra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção” (Pêcheux, 1975a in Maldidier, 1990 : 157). Isso conduz ao “efeito ideológico elementar”:

Como todas as evidências, aí compreendidas aquelas que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua uma significação” (logo aí compreendidas as evidências da transparência da linguagem), essa evidência que você e eu somos sujeitos – e que isso não põe nenhum problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (Althusser, 1970 citado por Pêcheux, 1975b in Maldidier, 1990 : 188).

Se Althusser não se ocupa das questões lingüístico-discursivas, ele fala, contudo, como mostra a passagem acima, da ”significação”. Pêcheux introduz o discurso no quadro teórico de Althusser, propondo uma nova categoria: a formação discursiva. Expliquemos.

A reprodução contínua das relações de classe é assegurada materialmente por Althusser com a noção de “aparelho ideológico de Estado”. A relação de classes ou da luta de classes se caracteriza pelo afrontamento de posições político- ideológicas. Não se trata aí do fato de indivíduos isolados, mas antes de indivíduos organizados em formações que entretêm relações antagônicas entre elas, seja de aliança, seja de dominação. Falar-se-á então de “formação ideológica” definida como:

Um elemento [...] suscetível de intervir como uma força confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social num momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionando mais ou menos

diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras (Pêcheux, Haroche e Henry, 1971 citado por Pêcheux, 1975a in Malidier, 1990 : 158).

Pêcheux põe em seguida a questão da relação entre ideologia e discurso. Segundo ele, é impossível identificar essas duas noções; isso representaria uma concepção idealista da ideologia enquanto esfera das idéias e dos discursos. O discursivo de fato deve ser considerado como “um dos aspectos materiais disso que nós temos chamado a materialidade ideológica” (Pêcheux, Haroche e Henry, 1971 citado por Pêcheux, 1975a in Malidier, 1990 : 158). Isso quer dizer que a *espécie* discursiva pertence segundo Pêcheux ao *gênero* ideológico e, assim, as formações ideológicas

comportam necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam isso que pode ou deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada (Pêcheux, Haroche e Henry, 1971 citado por Pêcheux, 1975a in Malidier, 1990 : 158).

O conceito é assim definido por Pêcheux:

Nós chamaremos a partir de então *formação discursiva* isso que, em uma formação ideológica dada, isto é a partir de uma posição dada numa conjuntura dada determinada pelo estado das luta de classes, determina “isso que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (Pêcheux, 1975b in Malidier, 1990 : 225).

Esse conceito é fundamental quando Pêcheux explica a constituição do sujeito, a partir da tese central de Althusser segundo a qual, lembramos, “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. O indivíduo, atravessado por uma pluralidade infinita de discursos, não obtém a unidade imaginária senão através do processo de interpelação graças ao qual ele se torna sujeito, quando ele se identifica com a formação discursiva que o domina. O indivíduo em Althusser é sempre já sujeito, porque ele é sempre já interpelado pela Ideologia. A categoria “indivíduo” é assim, para este último, uma categoria abstrata e não existe senão em teoria.

O efeito ideológico elementar do qual falamos mais acima encontra aqui sua expressão no discurso. Para Pêcheux,

O próprio de toda formação discursiva é de dissimular, na transparência do sentido que se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, determinando essa formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que “isso fala”, sempre, “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é sob a dominação do complexo das formações ideológicas (Pêcheux, 1975b in Maldidier, 1990 : 227).

Pêcheux propõe chamar “interdiscurso” esse “‘todo complexo a dominante’ das formações discursivas” (Pêcheux, 1975b in Maldidier, 1990 : 227). Vemos assim que as formações discursivas têm um caráter regional – de onde o emprego do plural –, enquanto que o interdiscurso corresponde ao complexo das formações discursivas – não falamos assim senão de “o” interdiscurso, no singular.

Assim, o sujeito é historicamente constituído, na medida em que ele é sempre inscrito nesse “todo complexo a dominante” das formações discursivas através do processo de interpelação-identificação. Esse funcionamento escapa ao sujeito falante, isto é, para que ele possa se constituir como sujeito, é preciso que imperativamente ele o esqueça. Trata-se portanto de um esquecimento constitutivo; Pêcheux observa que esse termo “não designa [...] a perda disso que um dia soubemos, como quando falamos de ‘perda de memória’, mas o recobrimento da causa do sujeito no interior mesmo de seu efeito” (Pêcheux, 1975b in Malidier, 1990 : 228).

Reconstituímos nas linhas acima um quadro teórico que pertence, se utilizamos a classificação de Malidier, ao “tempo das grandes construções”, que será, muito cedo, contudo, submetido a autocríticas. Aos poucos, vai se colocando em xeque o ambicioso projeto de uma análise de discurso como proposto inicialmente por Pêcheux. O conceito importante de “formação discursiva” sofre uma crítica profunda, cujas implicações não serão sem importância. Nos parágrafos seguintes, abordaremos as duas épocas posteriores, que serão, como propõe Malidier, de revisões e desconstruções.

VI.2. Revisões e desconstruções

O conceito de “formação discursiva” suscita numerosas críticas que, em resumo, denunciam o risco de funcionalismo, que constituiria um reflexo disso que o conceito de aparelhos ideológicos de Estado pode implicar: a repetição eterna das relações de produção. Se o sujeito se constitui num processo de interpelação-identificação a partir do qual ele existe na medida em que ele se identifica a uma formação discursiva que o domina, então, como poderia ele escapar desse “inferno”? Trata-se da problemática em torno

da qual gira o texto de 1977, intitulado *Remontons de Foucault à Spinoza* [*Remontemos de Foucault a Spinoza*] em que Pêcheux levanta a questão da contradição inerente ao discurso. Nesse texto, Pêcheux observa que Spinoza, um judeu, trabalha politicamente no *Tratado das autoridades teológica e política*, as condições da luta do ateísmo no interior mesmo da religião. Dito de outra forma, Spinoza representa para Pêcheux um argumento contra uma interpretação funcionalista do conceito de formação discursiva:

Se o primeiro ataque conseqüente contra a ideologia religiosa e a religião é largamente efetuado em nome da ideologia religiosa, através dela e apesar dela, isso significa que a ideologia religiosa (e o discurso que lá se realiza) não pode de maneira alguma ser compreendida como um bloco homogêneo, idêntico a ele mesmo, com seu centro, sua essência, sua forma típica (Pêcheux, 1977 in Maldidier, 1990 : 255).

Pêcheux então inicia uma reformulação do conceito de formação discursiva, que se opera inicialmente a partir da categoria marxista-lenista de “contradição”. Para o autor,

caracterizar uma formação discursiva classificando-a entre outras por qualquer tipologia que seja se torna estritamente impossível; é preciso ao contrário definir a relação interna que ela entretém com seu exterior discursivo específico, em resumo, determinar as invasões constitutivas pelas quais uma pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas se organiza em função dos interesses que põe em jogo a luta ideológica das classes, a um momento dado de seu desenvolvimento em uma formação social dada (Pêcheux, 1977 in Maldidier, 1990 : 259).

Trata-se então de livrar esse conceito da ameaça que o cerca consistindo a ver nele uma tipologia. A expressão “formação discursiva” é emprestada à Foucault. Em 1975, trata-se, para Pêcheux, de um conceito que remete à idéia de regiões definidas, de onde a idéia segundo a qual as palavras mudam de sentido segundo a posição assumida por aquele que as emprega, sempre inscrito numa formação discursiva a partir de um processo de interpelação-identificação. O autor problematiza mais tarde a homogeneidade de uma formação discursiva e, a partir daí, a questão da unidade do sujeito. O conceito de formação discursiva é finalmente abandonado e aquele da interpelação-identificação é posto em causa, quando o autor sustenta que

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de toda maneira atravessado por determinações inconscientes) de deslocamento em seu espaço: não há identificação plenamente “bem-sucedida”, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por um erro no sentido performativo do termo – ou seja no caso presente por um “erro sobre a pessoa”, i.e. sobre o outro, objeto da identificação” (Pêcheux, 1983 in Malidier, 1990 : 323).

Para além do marxismo, o autor se situa, em sua última fase, sobretudo do lado da psicanálise, iniciando um retorno ao conceito de língua, isto é, um retorno ao terreno do qual foi preciso, segundo Pêcheux, se deslocar.

De certa forma paradoxalmente, o princípio de uma relativização das fronteiras entre língua e discurso se dá com o estabelecimento da distinção entre “base lingüística” e “processos discursivos”. Se uma tal distinção parece, ao identificar aí duas ordens, estabelecer uma separação entre esses dois domínios, ela ao mesmo tempo os aproxima. Malidier observa que

Pêcheux, face à questão em torno da relação entre materialidade lingüística e efeitos de sentido, respondia em 1971 que se as sistematicidades fonológicas, morfológicas e sintáticas representam o funcionamento da língua em relação a ela mesma, a semântica excede os limites da lingüística, o que representa um ponto de discordância em relação às suas reflexões em 1975, quando o autor defende que as fronteiras entre os dois domínios são constantemente posta em causa. Assim, se para Pêcheux,

a lingüística enquanto estudo científico da língua é uma disciplina “relativamente autônoma” em relação à teoria e à análise do discurso: as sistematicidades fonológicas, morfológicas e a certas considerações sintáticas são as condições materiais de *base* sobre as quais se desenvolvem os *processos discursivos*; desse ponto de vista, isso que designamos pelo nome de “língua” constitui, enquanto invariante pressuposta por todas condições e produções possíveis a um momento histórico dado, a *condição de possibilidade* do “discurso”. (Pêcheux, 1975c : 3, sublinhado no texto).

O autor imediatamente observa que

a fronteira que separa o lingüístico e o discursivo é constantemente posta em causa em toda prática discursiva, em razão disso que as “sistematicidades” evocadas no instante (e antes de tudo essa da sintaxe) não existem sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica. É da essência mesma da relação língua/discurso que as regras fonológicas, morfológicas e sintáticas são incessantemente o objeto de sobrecargas, de recobrimentos e de apagamentos parciais, o que significa dizer que a semântica não é tampouco puramente e simplesmente exterior à teoria lingüística, e que

esta não poderia ser concebida como a teoria de uma sistematicidade lógica homogênea (id., nós sublinhamos).

A idéia de um nível sintático autônomo é portanto relativizada por Pêcheux. Trata-se de sustentar uma autonomia relativa. Como acabamos de ler, a semântica não constitui um domínio puramente exterior à teoria lingüística. Ao que parece, a relação entre ordem do discurso e ordem da língua é infinitamente mais complexa do que como suposto inicialmente. Nesse mesmo número de *Langages* aparece pela primeira vez a questão da enunciação. Uma das características centrais do projeto de Pêcheux situa-se de fato nisso precisamente: trata-se de uma teoria da enunciação que se desenvolve, a partir de um ponto de vista interno, isto é, imanente, o que torna complexa a discussão sobre as relações entre a ordem da língua e a ordem do discurso.

A questão da autonomia disciplinar é em conseqüência dessa preocupação um aspecto central na obra de Pêcheux. Em seu texto intitulado *Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas*, que é uma versão modificada de uma exposição cujo título, *Considerações epistemológicas sobre o processo de constituição das teorias lingüísticas* remetia, é interessante observar, a uma idéia radicalmente oposta, Pêcheux pretende fornecer algumas notas sobre “as tendências à desconstrução das teorias no campo lingüístico”, o que é, aliás um dos dois motivos apresentados pelo autor no que concerne à mudança de título. Segundo Pêcheux, falar em processo de constituição “no contexto atual” causa “o estranho efeito de uma antífrase irônica” (Pêcheux, 1982 : 8).

Nesse texto, as preocupações de Pêcheux parecem gravitar em torno de uma só questão: a autonomia da lingüística, ou a **perda** da autonomia da lingüística, ou, enfim, sua tendência à desconstrução. Pêcheux, mantendo a idéia de corte epistemológico, presente em seus textos anteriores, não compartilhada por Milner²⁹, autor que exercerá contudo forte influência sobre Pêcheux nesse período de desconstrução, reafirma: “Saussure pôs-se a pensar contra seu tempo, rompendo com uma série de interrogações pré-lingüísticas sobre a origem da linguagem e suas determinações biológicas, lógicas, sócio-históricas ou filosóficas” (Pêcheux, 1998 [1982] : 9). Esse ponto inaugural da lingüística permanece contudo “evanescente” de modo que “a ruptura por ele suposta *nunca é efetuada*” (id.). Segundo o autor,

O efeito-Saussure não constitui, em hipótese alguma, um ponto de não-retorno: a prova é o pequeno número de lingüistas para quem o empreendimento saussuriano representa hoje algo mais que uma esperança renegada, um projeto não realizado, ou até um amor teórico transformado em ódio. A maior parte das forças da lingüística pensa neste momento ‘*contra Saussure*’, assemelhada à legislação de um diretor-de-escola-atrás-de-sua-escrivãzinha, e debanda para a sociologia, a lógica, a estética, a pragmática ou a psicologia...” (id.).

Ele continua mais abaixo: “com efeito, o evento/advento da ciência lingüística [...] não parou, desde a origem, de se negar através de uma alternância de *diásporas* reais e de *reunificações* enganadoras, remetendo, talvez, no pensamento do genebrino, à tendência interna de seu auto-encobrimento” e aqui Pêcheux faz, em nota, referência a Milner, para quem “Saussure pensou ter perdido sua reputação de sábio por ter acreditado

²⁹ Milner afirma, “o Curso [...] é apenas, entendo-o bem, a exposição das condições conceituais que tornam possível a gramática comparada” (Milner, 1987 [1978] : 21), isto é, não constitui uma ruptura em relação à tradição anterior. Ao contrário, trata-se da obra que estabelecerá suas condições conceituais.

reconhecer anagramas” (Milner, 1982 citado por Pêcheux, 1998 [1982] : 28). Trata-se enfim de denunciar o recalque nas teorias lingüísticas do “real da língua”, desse “trabalho específico da letra, do simbólico, do traço”: “que o ‘próprio da língua’ possa, tornar-se um objeto residual da pesquisa lingüística dá um sentido preciso à noção de desconstrução teórica” (Pêcheux, 1982 : 24). Ao mesmo tempo, trata-se de fazer evidenciar um “fato estrutural próprio à ordem humana: o da castração simbólica” a partir do qual

o objeto da lingüística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre os dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o das transformações do sentido, escapando *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomado no lance indefinido das interpretações (Pêcheux, 1982 : 25).

O autor conclui seu texto enfim observando que não se tratou de “fazer planar uma suspeita geral sobre o fato de que muitos lingüistas concentram hoje em dia seus esforços na pragmática e na enunciação”, mas apenas de formular uma questão: “se [...] o lingüista cede de antemão tudo à psicologia do sujeito dono de si e responsável por suas escolhas, o que resta do *real da língua* enquanto ele ‘faz irrupção pelo real de uma falta?’” (Pêcheux, 1982 : 26). Aí se encerra ao que parece a reflexão de Pêcheux. Se o autor a partir do fim dos anos 70 decidiu tomar partido “pelo fogo de um trabalho crítico”, o que provavelmente “acabará por destruir a cidadela da ‘Tríplice Aliança’”, ele ao mesmo tempo vislumbrou “a possibilidade de que, por essa via, algo de novo [viesse] a nascer” (cf. Pêcheux, 1995 [1978] : 294). Sua desconstrução é abortada, todavia, em função de sua morte abreviada, e tudo o que se estabelece finalmente não é senão a necessidade da “construção de procedimentos modos de interrogação de dados e formas de raciocínio como

fato estrutural implicado pela ordem simbólica, ou seja, trabalhar no ponto em que acaba a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos ‘mundos normais’” (Pêcheux, 1982 : 25). Esse fragmento é retomado em seu último texto, o que parece ter sido o último desejo do autor.

Nesse período de desconstrução, uma outra leitura de Saussure parece se delinear, evidenciando “Deux Saussure”, sintagma que constitui, aliás, o título de um dos capítulos de *La langue introuvable* [*A língua inencontrável*]. Nesse texto, os autores, inscrevendo-se numa perspectiva bastante comum nesse período que via em Saussure duas figuras aparentemente contraditórias – de um lado o Saussure do CLG, evidenciando um aspecto “diurno”, “ainda mais claro e frio que ele é comentado segundo os editores”; de outro o Saussure dos anagramas, “onde ronda a obscura loucura da decodificação, das associações escondidas nos versos saturninos” –, levantam questões em torno das relações entre esses dois Saussure. Não aceitando a “dicotomia fácil” opondo as duas figuras de Saussure, Gadet e Pêcheux fazem incidir o “noturno” no “diurno”, o que faz da língua um funcionamento essencialmente marcado pela “alíngua”³⁰, “o que não se pode conceber senão retomando as duas faces da obra saussuriana sob a dominação do conceito de valor” (Gadet & Pêcheux, 1981 : 55). Para esses autores,

Colocar o valor como peça essencial do edifício equivale a conceber a língua como rede de “diferenças sem termos positivos”, o signo no jogo de seu funcionamento opositivo e diferencial e não em sua realidade; conceber o não-dito, o efeito *in absentia* da associação, em seu primado teórico sobre a “presença” do dizer e do sintagma; o não-dito é

³⁰ Esse termo, forjado por Lacan (cf. Lacan, 1972), será retomado e desenvolvido por Milner em *O amor da língua* (1978). Trata-se de enfatizar a impossibilidade de um cálculo no que concerne ao estudo das línguas, sempre atravessadas por uma falta constitutiva. Segundo Milner, a “alíngua é, em toda língua, o registro que a consagra ao equívoco” (Milner, 1987 [1978] : 15), ela é, então, “o que o inconsciente pratica, prestando-se a todos os jogos imagináveis para que a verdade, no domínio das palavras, fale” (id.).

constituente do dizer, porque o todo da língua não existe senão sob a forma não terminada do “não-todo”, efeito de “lalangue”; é por esse papel constitutivo que a ausência do pensamento saussuriano resiste às interpretações sistêmicas, funcionalistas, gestaltistas e fenomenológicas que elas não cessam contudo de provocar” (Gadet & Pêcheux, 1981 : 57).

A tese do valor não pode, porém, ser compreendida, segundo os autores, senão sob a condição de relacionar “fundamentalmente o trabalho sobre os *Anagramas* e a reflexão do *Curso de lingüística geral*” (id.). A partir de Starobinski, Gadet e Pêcheux sustentam que, “em face das teorias que isolam o poético e o conjunto da linguagem, como lugar de efeitos especiais, o trabalho de Saussure [...] faz do poético um deslizamento inerente a toda a linguagem; isso que Saussure estabeleceu não é uma propriedade do verso saturnino, nem mesmo da poesia, mas uma propriedade da própria língua” (id.). Ao que parece, aos olhos dos autores, o problema concernente à interpretação do CLG repousa justamente sobre a “incompreensão desse ponto decisivo”. Assim, é preciso fazer a “loucura” nos Anagramas incidir sobre a “razão” no CLG, para que enfim o espaço do valor seja aquele de um sistêmico capaz de subversão em que, no limite, tudo pode tudo representar. E “a consequência é que a língua domina o pensamento lhe impondo a ordem do negativo, do absurdo e da metáfora. É aí que a ciência da linguagem está concernida pelo registro do inconsciente” (Gadet & Pêcheux, 1981 : 58).

VI.3. Pêcheux, leitor de Saussure

Inicialmente, gostaríamos de discernir o estatuto que Pêcheux, quando da emergência da análise de discurso, confere à teoria saussuriana. Diferentemente de Hjelmslev ou Jakobson, que consideram o CLG como uma

“hipótese de trabalho”³¹, Pêcheux vê nele um modelo acabado que instaura uma ruptura, representando assim um avanço científico irreversível. Não se trata portanto, para ele, de aperfeiçoar, corrigir ou rever o CLG. A ordem da língua parece bem definida. A análise de discurso começa assim lá onde o CLG acaba seu programa de edificação de uma lingüística da língua. É preciso a partir daí edificar a “ordem do discurso”³². Essa edificação todavia representa para Pêcheux uma descontinuidade em relação à lingüística na medida em que quando se trata de semântica, uma mudança de terreno se impõe. Nas palavras de Malidier, “o sentido, objeto da semântica, excede os limites da lingüística, ciência da língua. A semântica não releva da abordagem lingüística” (Malidier, 1990 : 22). Enfim, a análise de discurso se desenvolve sob a forma de um “retorno do recalcado”: do sujeito falante e da história. O conceito saussuriano de língua representa um bloqueio teórico, cuja solução, se permanecemos sobre o terreno da lingüística, não pode conduzir senão a um retorno do empirismo. Entretanto, a declaração de uma tal descontinuidade é ambígua.

Primeiro, não se trata de um abandono. O próprio Pêcheux afirma :

³¹ Para esses dois lingüistas, o CLG aparece como uma obra fundadora mas não acabada, que é preciso, portanto, aperfeiçoar, corrigir, rever. Dessa forma, como observam Chiss e Puech, se o horizonte de retrospectão é assinalado – “Ferdinand de Saussure pode, em muitos aspectos, ser considerado como o fundador da ciência moderna da linguagem” (Hjelmslev, 1971 : 34 citado por Chiss & Puech, 1999 : 36) –, o horizonte de projeção não foi negligenciado – “O ponto de vista estrutural uma vez introduzido em lingüística, resta a fazer um trabalho de muito fôlego para dele deduzir todas as conseqüências lógicas. É certo que ainda hoje [1943], esse trabalho esta longe de ser terminado” (Hjelmslev, 1971 : 78 citado por Chiss & Puech, 1999 : 37). Jakobson, por sua vez, ao distinguir entre as “obras de síntese” ou “epílogo” e os “prólogos”, caracteriza o CLG como uma obra “prólogo”, que “no lugar de um edifício acabado... não apresenta senão o começo movimentado de uma edificação nova e inovadora” (Jakobson, 1985 : 396 citado por Chiss & Puech, 1999 : 37).

³² A expressão “ordem do discurso” é estabelecida por Michel Foucault. Neste trabalho, não abordaremos sua teorização, essencial, contudo, no que concerne à emergência da noção de discurso na França, e cujas relações com a escola francesa de análise de discurso não são sem importância. Para uma análise sobre as relações entre Foucault, Pêcheux e Saussure cf. Puech, 2005.

Convém dissipar um equívoco possível, que consistiria em deduzir disso que precede que a língua como realidade autônoma desaparece, que a lingüística deve ceder o lugar ao materialismo histórico e que a gramática ela mesma não é “em realidade” senão uma questão de luta de classe” (Pêcheux, 1971 in Malidier, 1990 : 149).

Na elaboração de uma teoria da análise de discurso, Pêcheux insiste no risco de um retorno ao empirismo subjetivista na teoria. É preciso manter o “corte” saussuriano, donde suas críticas aos trabalhos de Jakobson, por exemplo.

Como observam Chiss e Puech, “se, num primeiro momento, Jakobson combate ao lado de Saussure o individualismo [...], seu propósito é de *rever* a dicotomia *língua/fala* com a reintrodução da ‘noção de língua individual’ [...]”. Daí resulta “a série de referências à intersubjetividade [...], todo esse domínio de interação [...] que acaba por ‘acrescentar’ a Saussure e, no fundo, ***a transformar um dos cernes da conceitualidade saussuriana***” (Chiss & Puech, 1999 : 39, nós enfatizamos em negrito). Pêcheux, por sua vez, sustenta uma posição radicalmente contrária. Trata-se de preservar imperativamente a exclusão do sujeito psicológico e de se proteger de toda forma de sociologismo. Em resumo, Pêcheux está preocupado com a elaboração de uma teoria que, embora aborde o aspecto da enunciação, deseja preservar, assim como em Saussure, uma certa especificidade do “simbólico”, isto é, trata-se de propor uma teoria imanente, em que o exterior seja considerado como constitutivo. Como vimos mais acima, para Pêcheux, “a semântica não é [...] puramente e simplesmente exterior à teoria lingüística” (Pêcheux, 1975c : 3). Dito de outro modo, trata-se de preservar um dos cernes da conceitualidade saussuriana.

A distinção valor/significação representa um papel fundamental na teorização de Pêcheux, que vê na perspectiva de Saussure uma divisão entre o domínio da língua, sistema de signos homogêneo e fechado e o domínio da fala, em que o indivíduo exercerá sua liberdade indefinidamente. Entretanto, nós vimos que Saussure não distingue entre valor e significação senão para circunscrever o domínio da lingüística, livrando-o de uma problemática filosófica. Quando Saussure evoca a questão do sentido, não é em termos de um indivíduo isolado, mas inscrito na história, esta tecendo cada fio da trama lingüística, lá onde o sujeito não cessa de se constituir.

A afirmação segundo a qual Saussure teria feito abstração de uma subjetividade é portanto problemática; é, ainda, problemática a idéia de um “retorno” do sujeito em Saussure e sobretudo, retorno de um sujeito “psicológico”, noção que Saussure parece claramente rejeitar quando de seu diálogo com Whitney. Para este último, o gênero humano seria o “inventor” da linguagem, o que nos remete à existência de uma razão primitiva governando seu funcionamento. Para Saussure, ao contrário, trata-se de pressupor uma relação de radical dependência do sujeito em relação à língua, de modo que esses dois elementos se constituem mutuamente, não havendo razão senão histórica.

Isso posto, nos interrogamos sobre as relações entre a análise de discurso e a lingüística saussuriana. Vimos que Pêcheux, progressivamente, relativiza as barreiras que separam língua e discurso. O autor inclusive parece abandonar, em grande medida, o terreno para o qual foi preciso se deslocar. Depois de uma tentativa de fazer trabalhar a categoria marxista de “contradição”, Pêcheux é conduzido a uma problemática sobretudo de ordem psicanalítica, em torno da língua. O autor abandona o conceito de formação

discursiva ao mesmo tempo em que o equívoco constitutivo, ou a “castração simbólica”, parece ocupar um lugar cada vez mais central. A idéia de um todo discursivo historicamente constituído não é, porém, jamais abandonada. Em seu último texto, o autor afirma, prevenindo o leitor de uma possível interpretação reducionista dessa idéia de equívoco constitutivo: “não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito milagroso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele faz irrupção [...]” (Pêcheux, 1983 in Maldidier, 1990 : 322). Como afirma Maldidier, em relação aos últimos momentos do percurso de Pêcheux, “o verdadeiro paradoxo é talvez que através de todo deslocamento, o essencial disso que constituiria o *discurso* foi preservado. [...] A noção de *formação discursiva*, como poderíamos pressenti-lo depois de algum tempo, desapareceu. **O conceito central de interdiscurso está lá ainda**” (Maldidier, 1990 : 87, nós sublinhamos em negrito). Mas, tendo em vista todo esse deslocamento, e o enfraquecimento da, antes, radical distinção entre o domínio da língua e o domínio do discurso, o que aliás justificou em grande medida seu projeto original, que limite ainda pressupor entre língua e discurso? Ainda, considerar a semântica como pertencendo ao domínio da lingüística significaria necessariamente o retorno do empirismo subjetivista? Abordaremos a seguir essas questões, dentro dos limites deste trabalho, nos circunscrevendo às relações entre língua e discurso na teorização de Pêcheux.

VI. 3.1. A ordem da língua e a ordem do discurso: ruptura ou continuidade?

Consideremos inicialmente a questão do sentido. A partir de nossas análises, cujos limites foram indicados, pensamos que, ao mesmo tempo, segundo Saussure e segundo Pêcheux, o sentido tem como suporte uma

memória. Para Pêcheux, trata-se de pressupor a existência de um “todo complexo à dominante” que consiste no fato de que “isso fala, sempre antes, em outro lugar, e independentemente” (Pêcheux, 1975b : Malidier, 1990 : 227); para Saussure, trata-se de pressupor “relações associativas”, que consistem no fato de que “fora do discurso as palavras oferecendo qualquer coisa de comum se associam na memória”. Essa memória, como vimos, não é nem de ordem individual, nem de ordem universal:

Se nós pudéssemos abraçar a soma das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, *nós tocaríamos o laço social que constitui a língua*. É um tesouro depositado pela prática da fala nos sujeitos *pertencentes a uma mesma comunidade*, um sistema gramatical existindo virtualmente em cada cérebro, ou mais exatamente *no cérebro de um conjunto de indivíduos*; porque *a língua não é completa em nenhum, ela não existe perfeitamente senão na massa* (Saussure, 1985 : 30, nós sublinhamos).

As imagens verbais relevam, assim, do domínio do social. Trata-se ainda de pressupor “comunidades”. Não é, evidentemente, o caso aqui de procurar na obra de Saussure elementos relevando de uma abordagem marxista da linguagem. Entretanto, pensamos poder afirmar que, em Saussure, o sentido tem como suporte uma memória historicamente constituída. Nesse sentido, gostaríamos aqui de sustentar a idéia de que a empresa teórica de Pêcheux consiste, em grande medida, no desenvolvimento da noção saussuriana de “relações associativas”, visando em última instância à integração da ordem da “língua” à ordem do “discurso”. Esse desenvolvimento se dá com a elaboração de conceitos, como aqueles de “formação discursiva”, em sua fase mais marxista³³, aquele de

³³ Como vimos mais acima, esse conceito é, todavia, deixado de lado por Pêcheux, até seu completo abandono.

“interdiscurso”, conservado durante todo seu trajeto, da mesma forma que a idéia de “redes de memória”, ou de “filiações sócio-históricas”. Trata-se de uma complexificação da noção de “relações associativas”. Dito de outra forma, sustentamos a hipótese de que a empresa teórica de Pêcheux se situa no interior mesmo do conceito saussuriano de “língua”. Nesse sentido, perguntamos: até que ponto é lícito falarmos em ruptura da ordem do discurso em relação à ordem da “língua”? Como entender as especificidades desses dois conceitos em Pêcheux, tendo em vista a característica imanente de seu projeto de uma análise de discurso, que visa à preservação de um dos aspectos centrais da teoria saussuriana, a saber a autonomia do lingüístico?

Em relação à nossa outra pergunta – considerar a semântica como pertencente ao domínio lingüístico implicaria um retorno do empirismo subjetivista? – acreditamos, evidentemente, que não. Como vimos, a distinção entre significação e valor parece não existir em Saussure senão para demarcar claramente o ponto de vista do lingüista, que se funda sobre a noção de sistema, do ponto de vista do filósofo, que entende a língua como uma nomenclatura. Ainda, falar em homogeneidade no interior de uma mesma língua em Saussure não parece evidente. A noção de valor não o permite. Vimos com Saussure que se trata de um erro fundamental considerar que 500 signos remetem a 500 significações, ou valor. Ainda, Saussure em seu segundo curso de lingüística geral afirma: “o francês está longe de ser um, mas é subdividido em uma infinidade de dialetos <locais,> e se tomamos um desses patoás seria uma ilusão de acreditá-los um” (Saussure, 1997 : 4, nós sublinhamos). Enfim, o ponto de vista da língua contempla sim o nível semântico, e não se trata aí de retorno a um empirismo subjetivista, na medida em que o sentido é, para Saussure, sempre histórico: “o fato social apenas pode criar um sistema lingüístico” (Saussure, 1985 : 157).

Em função dos nossos limites, nos restringimos neste trabalho, no que concerne ao “après-Saussure” à formulação de hipóteses, reservando sua investigação mais aprofundada para um desenvolvimento futuro. Retomando alguns pontos fundamentais, concluiremos, enfim, que a relação de Pêcheux com a perspectiva saussuriana na emergência do projeto de uma análise de discurso é ao mesmo tempo de filiação e superação. Para Pêcheux a tradição saussuriana representa o ponto de partida de um domínio científico, cuja noção de *sistema* é preciso manter. Entretanto, trata-se ao mesmo tempo de assinalar um limite: seu projeto de uma análise de discurso começa lá onde a lingüística mostra-se insuficiente. Essa fronteira, fundadora, e aparentemente bem definida no começo, parece apresentar problemas durante o desenvolvimento do projeto que ela funda. A distinção entre ordem da língua e ordem do discurso, instrumento metodológico capital porque servindo à constituição do domínio da análise de discurso se enfraquece progressivamente.

A análise de discurso enquanto projeto de pesquisa se justifica, assim, em função de uma suposta insuficiência da lingüística saussuriana. Para se levar em conta isso que, segundo Pêcheux, é rejeitado na perspectiva de Saussure, é preciso uma mudança de terreno. É o terreno do materialismo histórico, então, para o qual Pêcheux se dirige. As críticas de Pêcheux em torno dos projetos de Jakobson, por exemplo, indicam justamente uma falta de fidelidade em relação a um dos cernes da conceitualidade saussuriana, que é o desejo de autonomia.

A filosofia dos anos 1960/70 na França se caracteriza por sua reação contra a tradição idealista que concebe o sujeito como um sujeito

transcendental. O conceito de língua como sistema de signos representa uma dessubjetivação e uma dessociologização. Entretanto, para Pêcheux, o lugar do sujeito e da história não foi preenchido; sujeito e história são resíduos inexplicáveis opostos ao explicável simétrico e estrutural. Resumindo, o conceito saussuriano de língua representa um avanço teórico irreversível, mas ele é, segundo Pêcheux, portador de uma insuficiência, o que autoriza e justifica o desenvolvimento do projeto de uma análise de discurso. A ordem do discurso é então instaurada. Mas sua relação com a ordem da língua resta problemática, implicando constantes revisões. Poderíamos mesmo considerar que o ponto inaugural da análise de discurso resta evanescente e que a ruptura não foi jamais definitivamente efetuada.

Nossa hipótese preliminar, segundo a qual a teorização de Pêcheux consiste num desenvolvimento do conceito de língua, indica uma continuidade entre essas duas tradições. Não encontramos, é verdade, um capítulo no CLG dedicado exclusivamente ao caráter social dos fatos de língua. Isso é aliás notado por Puech e Radzynski quando esses autores se interrogam sobre o lugar do caráter social da língua no CLG (cf. Puech & Radzynski, 1978 : 58-59). Não devemos entretanto desconsiderar as problemáticas históricas nas quais Pêcheux e Saussure se inscrevem.

No fim do século XIX, é a mudança lingüística o objeto das pesquisas da ciência então em ascensão. Como observa Hombert, “o problema que atormenta ao mesmo tempo o organicismo e o historicismo, é a mudança lingüística. Como e por que uma língua muda, pode mudar?” (Hombert, 1978 : 114). Os neogramáticos, nós o vimos, ao buscar um rigor metodológico extremo, suspendem um debate epistemológico em torno da natureza do objeto língua, e chegam assim a um impasse colocando em xeque a noção de

mudança, o que culminará com o desenvolvimento de uma lingüística sincrônica. A afirmação do caráter social da língua é um lugar comum entre os lingüistas que se inscrevem na tradição histórica iniciada por Whitney e Bréal. Que a língua releva do homem e não da natureza, é uma evidência.

O contexto no qual Pêcheux se inscreve é inteiramente outro: a França, não tendo participado da lingüística de círculos, não valorizará as idéias do CLG senão nos anos 1960/70. Assim, ela recebe menos Saussure que o estruturalismo, apesar de não perceber que temos aí duas coisas bastante distintas. Ela recebe, então, num contexto de efervescência política, em que todo e qualquer traço de subjetivismo parece, aos olhos do marxismo, inaceitável³⁴, uma certa representação de Saussure cuja essência se situa no conceito mesmo de estrutura homogênea e fechada. Por que então a filiação justamente ao estruturalismo? Pensamos que isso se explica por duas grandes razões: primeiramente, o estruturalismo nasce dentro do domínio da lingüística, então considerada ciência-piloto; depois porque, diferentemente da gramática gerativa, que supunha uma normalidade universal na língua, a lingüística saussuriana abre uma possibilidade de definir um nível intermediário entre o individual e o universal. Como observa Puech, “o saussurismo do CLG, segundo M. Pêcheux, não aponta de maneira alguma para um método universal” (Puech, 2005). Trata-se mesmo, segundo Puech, de um critério que serve para distinguir a leitura de Saussure por Pêcheux e aquela por Foucault. Vimos no primeiro capítulo deste trabalho, que para Foucault, Saussure restaura “para além das formas históricas, a dimensão da língua em geral, e [encontra] [...] o velho problema do signo, que havia

³⁴ Lembremos aqui o repúdio extremo de Wladimir Lenin, que reprovou violentamente a proposta de uma aproximação entre Karl Marx (1818-1883) e Ernst Mach (1838-1916), por discípulos russos deste último, quando descobriu uma referência em Mach à doutrina de Berkley (cf. Lecourt, 2002 : 32).

animado todo o pensamento sem interrupção desde Port-Royal até os últimos Ideólogos” (Foucault, 1966 : 299).

Para terminar, pensamos que nossas análises, mesmo demandando aprofundamento, autorizam, contudo, nossa questão: há verdadeiramente ruptura entre a análise de discurso como concebida por Pêcheux e o saussurismo? Considerando que o percurso final de Pêcheux, que parece se retirar do terreno para o qual foi preciso, num certo momento, se deslocar, que fronteira, enfim, estabelecer entre a ordem da língua e a ordem do discurso?

VII. Conclusão

Nossa problemática neste trabalho foi dupla: de um lado, abordamos a dimensão histórica e social dos fatos de língua em Saussure; de outro, examinamos a constituição de uma certa representação de Saussure por Pêcheux, quando da elaboração de seu projeto de uma análise de discurso. Procuramos no que concerne a essa primeira problemática, contribuir modestamente e dentro dos limites deste trabalho, para a desconstrução da evidência ainda partilhada por muitos lingüistas segundo a qual o conceito saussuriano de língua enquanto sistema de signos não é compatível com a história. Se Saussure representa justamente uma reação contra uma lingüística que excluiu de seu domínio história e sujeito, por que então essa leitura, sobretudo nos anos 1960/70? Se esses autores tomaram como referência o CLG, então seria ele um texto apócrifo? As fontes manuscritas revelam um outro Saussure que aquele do CLG? Nossas análises mostraram que, em grande medida, não. Evidentemente, não negamos a intervenção dos editores, em alguns casos bastante clara, como por exemplo, aquela relativa à ordem de exposição das idéias de Saussure, colocando o tema *a língua* antes do tema *as línguas*, enquanto que é o contrário que constatamos nas fontes, o que constitui, aliás, a grande crítica de Fehr. Entretanto, não pensamos que se trata de um texto inteiramente outro. As fontes manuscritas não renovam de maneira significativa a problemática em torno das relações língua, história e sujeito falante em Saussure de modo que considerar o CLG como um texto

totalmente apócrifo pode representar uma posição consideravelmente reducionista.

Pressupor um sentido colado ao texto do CLG é esquecer a inscrição da língua na história. Dito de outra forma, é esquecer que toda interpretação do CLG não é independente de uma certa “tradição”. As quatro fases de recepção do CLG, classificação proposta por Puech (2004, 2005) e adotada neste trabalho, parecem mostrar que o CLG conhece novas representações em diferentes épocas, às vezes mesmo contraditórias. Por exemplo, se comparamos a primeira recepção, que foi aquela das resenhas críticas sobre o CLG, com a terceira, aquela do estruturalismo generalizado, veremos que enquanto na primeira o CLG representa o lado “especulativo” de Saussure, na terceira ele representa, ao contrário, a razão, oposto aos trabalhos sobre os anagramas, esses sim apontando para um Saussure “obscuro”. Ainda, como observamos, as fontes manuscritas encontram-se disponíveis desde 1968 para quem quisesse consultá-la.

Nossa leitura de Saussure, em perspectiva histórica, nos conduziu menos a opor o CLG, enquanto texto apócrifo, às fontes, revelando um suposto “verdadeiro” Saussure, que a nos interrogarmos sobre o papel do CLG na constituição da lingüística no século XX. Dito de outro modo, a perspectiva adotada neste trabalho é aquela da história da “emergência disciplinar”, aberta por Chiss e Puech. O ponto de vista disciplinar implica uma inscrição no tempo, que concerne tanto ao “passado memorizado”, ou seja, “à retrospecção com função fundadora”, que o “futuro projetado”, ou seja, “a projeção com função instauradora”. Isso implica leituras “culturais”, que

justificando as rupturas, apresentando como argumento reprovações de incompletude ou de caducidade, fazendo mesmo dos conceitos saussurianos (*langue/parole; sincronia/diacronia*) verdadeiros obstáculos epistemológicos, **são indissociáveis das leituras ‘culturais’ que constituem uma tradição em que podemos discernir como a genealogia dos interesses do conhecimento que impulsionam as disciplinas que tratam da linguagem e das línguas** (Chiss & Puech, 1999 : 59, sublinhamos em negrito).

Os limites deste trabalho obrigaram a escolhas. Adotamos, então, a análise de discurso como objeto de estudo nessa tentativa de investigação das estratégias de leitura do texto saussuriano. Como vimos, a estratégia de Pêcheux, diferentemente daquela de Hjelmslev ou Jakobson, que consideraram a obra de Saussure como uma “hipótese de trabalho”, consiste em reconhecer nela uma obra acabada, efetuando uma ruptura importante, porém apresentando uma insuficiência: se ela permite a interpretação dos níveis fonológico, morfológico, sintático, no que concerne ao nível semântico, é preciso uma mudança de terreno, o que não implica, contudo, um abandono em relação à lingüística. Como o próprio autor afirma, é preciso dissipar o erro “que consistiria em deduzir [...] que a língua como realidade autônoma desapareceria, que a lingüística deve ceder o lugar ao materialismo histórico e que a própria gramática não é ‘em realidade’ senão um negócio de lutas de classe” (Pêcheux, 1971 in Malidier, 1990 : 149). Assim, a língua no sentido saussuriano é superada, mas apenas em certa medida.

O terreno teórico do materialismo parece apresentar problemas e a teoria conhece o início de um retorno ao terreno do qual foi preciso se deslocar. O abismo entre a ordem da língua e a ordem do discurso é,

progressivamente, desfeito, de onde nossas interrogações concernentes à inscrição de Pêcheux na perspectiva saussuriana. O percurso de Pêcheux é bastante particular porque, além da emergência de uma disciplina, e por consequência, a inscrição numa temporalidade, ele conhece igualmente uma auto-desconstrução, o que parece representar, nesse caso, um certo retorno ao ponto de partida, revisitando problemáticas e revendo de alguma forma a ruptura que num dado momento parecia claramente efetuada. Nossa hipótese foi então considerar o novo objeto, o discurso, não enquanto ruptura em relação à língua. Para nós, Pêcheux teoriza em torno do conceito das “relações associativas”, isto é, no interior mesmo do conceito de língua. Mas se nós aceitamos uma tal hipótese, que estatuto conferir ao discurso?

O pensamento de Saussure não fez escola. O CLG está, todavia, na origem de uma institucionalização³⁵, fortemente ligada ao Primeiro Congresso Internacional de Lingüistas, em 1928, e, no ano seguinte, ao Manifesto do Círculo de Praga. Não podemos esquecer, contudo, de um aspecto fundamental: Saussure não escreveu senão notas concernentes à lingüística geral, de modo que é preciso não se enganar a propósito do estatuto do texto redigido pelos editores do CLG, que não é o de um livro. Não se trata de modo algum de uma obra acabada. Na ocasião de uma entrevista com Gautier, datando de 6 de maio de 1911, Saussure fornece um testemunho importante:

³⁵ Mais exatamente, o CLG está na origem de uma segunda institucionalização da linguística, a primeira tendo ocorrido com os neogramáticos que “vão impor o comparatismo como disciplina universitária e fazer de Leipzig o centro internacional da disciplina”. Esta institucionalização é acompanhada da “estabilização de um novo tipo de conhecimento tácito ou qualidade própria ao lingüista” (Auroux, 2000 : 410), a saber o fato fonético, como nota Saussure: “Para meu desenvolvimento lingüístico pessoal, como certamente para aquele de uma grande parte dos lingüistas, o fato *surpreendente* quando dele eu tomei conhecimento não foi o fato analógico, mas o fato fonético” (Saussure, citado por Auroux, 2000 : 410).

Eu me encontro diante de um dilema: ou expor o assunto em toda sua complexidade e admitir todas as minhas dúvidas, o que não pode convir para um curso que deve ser matéria de exame. Ou fazer alguma coisa de simplificado, melhor adaptado a um auditório de alunos que não são lingüistas. Mas a cada passo eu me encontro tomado por escrúpulos...” (Saussure, 1911 citado por De Mauro, 1985 : 355).

Sua insatisfação em relação aos seus cursos de lingüística geral e o caráter ainda bastante fragmentário de suas idéias são evidentes. Esses elementos são importantes. Se dissemos que Saussure não fez escola, é porque sua reflexão, embora possa apontar para um certo horizonte de projeção, foi abortada. Sabemos que o quarto curso de lingüística geral seria dedicado à fala, aspecto em torno do qual gira grande parte das críticas a ele endereçadas ao longo do século XX.

O estatuto do CLG pode ser melhor definido a partir da afirmação de Puech, segundo a qual “o *Curso* ofereceu a um período “*charnière*” da história da lingüística uma *tela de projeção*, uma *matriz disciplinar* a projetos heterogêneos e em muitos casos originais que encontraram aí onde se situar e se justificar” (Puech, 2005). Trata-se aí de uma “matriz disciplinar”. No que diz respeito ao nosso trabalho, mais especificamente, o desenvolvimento da análise de discurso pode ser compreendido como o desenvolvimento de um aspecto da reflexão saussuriana, em torno da lingüística geral. Como vimos, a lingüística que se delineia a partir da crise ligada a todos aqueles questionamentos contra a tradição de Schleicher se desenvolve sob duas grandes orientações, ambas sustentando o caráter social da língua. Neste trabalho, os dois nomes mais representativos de cada uma dessas duas grandes orientações foram Saussure e Meillet. De um lado, a dimensão histórica dos fatos de língua era considerada uma característica interna ao

conceito de língua, o que se dá em função da opção epistemológica adotada, isto é, aquela da lingüística interna. Por outro lado, trata-se de conceber a história como elemento externo intervindo sobre a língua numa relação de causalidade fatos sociais/fatos lingüísticos, o que caracteriza a lingüística externa. Neste último a autonomia do lingüístico não é uma preocupação central, diferentemente do primeiro caso, o da lingüística interna, que visa ao próprio da língua. O projeto de Pêcheux visava à apreensão das regras do funcionamento lingüístico enquanto funcionamento historicamente constituído, em oposição a uma abordagem de caráter universalista. Esse projeto se desenvolve contudo sob a orientação de um ponto de vista imanente, visando à preservação de uma autonomia, de onde nossas interrogações em torno das relações entre língua e discurso na teorização de Pêcheux. Se a historiografia a curto termo nos remete sobretudo às descontinuidades, tratou-se aqui de, a partir de um ponto de vista histórico-epistemológico, considerar a história da lingüística a partir do longo termo, evidenciando uma continuidade entre duas ordens cuja ruptura tomamos, enquanto ainda inseridos numa determinada história, por evidente.

VIII. Referências bibliográficas

ADELUNG, J. C. (1806-1817), *Mithridates oder allgemeine Sprachkunde mit dem Vater Unser als Sprachprobe in bey nahe fünfhundert und Mundarten (fortgesetzt und bearbeitet von Dr Johann Severin Vater)* 4 vols. Berlin : Vossische Buchhandlung.

ALTHUSSER, L. (1970), « Idéologie et appareils idéologiques d'État » in *La pensée*, 151, pp. 3-38.

AMACKER, R. (1975), *Linguistique saussurienne*, Genève : Droz.

ARENS, H. (1969), *Sprachwissenschaft. Der Gang ihrer Entwicklung von den Antike bis zur Gegenwart*, Freiburg : München, K. Alber

AUROUX, S. (1992), *A revolução tecnológica da gramatização*, Campinas : Editora da Unicamp.

AUROUX, S. et HORDE, T. (1992). « Les grandes compilations et les modèles de mobilité », in AUROUX, S. (Ed), *Histoire des idées linguistiques T. 2 Le développement de la grammaire occidentale*, Liège : Pierre Mardaga, pp. 538-579.

AUROUX, S. (2000), « Les antinomies méthodologiques » in AUROUX, S. (Ed), *Histoire des idées linguistiques T. 3 L'hégémonie du comparatisme*, Liège : Pierre Mardaga, pp. 409-440.

AMACKER, R. (1975), *Linguistique saussurienne*, Genève, Droz, 1975.

BAKHTINE, M. (1977 [1929] *Le Marxisme et la philosophie du langage : essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*, Avec la collaboration de V.N. Volochinov ; traduit du russe et présenté par Marina Yaguello. Paris : Éditions de Minuit.

BALBI, A. (1826), *Introduction à l'atlas ethnographique du globe, contenant un discours sur l'utilité et l'importance de l'étude des langues appliquées à plusieurs branches des connaissances humaines ; un aperçu sur les moyens graphiques employés par les différens peuples de la terre ; des observations sur la classification des idiomes décrits dans l'atlas ; un coup-d'œil sur l'histoire de la langue slave, et sur la marche progressive de la civilisation et de la littérature en Russie*, Paris : Rey : et Gravier.

BALIBAR, R. Laporte, D. (1974), *Le Français national*. Hachette, Paris.

BALIBAR, R. (1974), *Le français fictif*. Hachette, Paris, 1974.

BAUDOIN DE COURTENAY, J. (1895), *Versuch einer Theorie phonetischer Alternationen, ein Capitel aus der Psychophonetik*, Strassburg.

BENVENISTE, E. (1974), *Problèmes de linguistique générale*. Tome 2 , Paris, Gallimard.

BOPP, F. (1816), *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in in Vergleichung mit jenen der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache*. Herausgegeben von K. J. Windischmann, Andrae, Frankfurt a. M. Reprinted Olms, Hildesheim, 1975. |

BOPP, F. (1820), « Analytical comparison of the Sanskrit, Greek, Latin, and Teutonic Languages, Showing the Original Identity of Their Grammatical structure », *Annals of Oriental Literature (London)*, I, 1-64. (Reprinted ed. By E. F. K. Koerner, Benjamins, Amsterdam, 1974).

BOPP, F. (1875-1884) [1833], *Grammaire comparée des langues indo-européennes, comprenant le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand*, par M. François Bopp. Traduite sur la deuxième édition et précédée d'une introduction par M. Michel Bréal,... Tome Ier (-IV. - Tome V. Registre détaillé, rédigé par M. Francis Meunier.), Paris : Impr. impériale, 1875-1884. 2e éd.

BOUQUET, S. (2003), “Saussure après un siècle” in *Saussure*, Paris : Éditions L’Herne.

BRÉAL, M. (1877), *Mélanges de mythologie*, Paris : Hachette.

BRÉAL, M. (1868), *Les idées latentes du langage*. Leçon faite au Collège de France pour la réouverture du cours de grammaire comparée, Paris : Hachette.

BRUNET, E. (2004), *Le sujet parlant dans les théories linguistiques : textes choisis (fin XIX^e- début XX^e siècles)*. Paris, Mémoire Université Paris 3, Sorbonne Nouvelle, não publicado.

BRUGMAN, K., OSTHOFF, H. (1879), *Morphologische Untersuchungen auf dem Gebiete der indogermanischen Sprachen*, Leipzig: S. Hirzel, 2 tomes.

CALVET, L.-J. (1985), « Postface : Lire Saussure aujourd'hui » in SAUSSURE, F. de, *Cours de linguistique générale publié par Charles Bally et Albert Sechehaye avec la collaboration de Albert Riedlinger, édition critique préparée par Tullio de Mauro*, Paris : Editions Payot & Rivages, pp. 505-513. Edition critique originale italienne : 1967 ; notes et commentaires de T. de Mauro trad. par L.-J. Calvet : 1972.

CAUSSAT, P. (1978a), « La querelle et les enjeux des lois phonétiques. Une visite aux néo-grammairiens » in Normand, C. (Ed.), *Langages* 49, Paris : Didier-Larousse, pp. 24-45.

CAUSSAT, P. (1978b), « Le débat néogrammairien », in NORMAND et al., *Avant Saussure. Choix de textes (1875-1924)*, Bruxelles : Editions Complexe, p. 43-79.

CHISS, J.-L. (1978a), « Synchronie/diachronie : méthodologie et théorie en linguistique », in Normand, C. (Ed.), *Langages* 49, Paris : Didier-Larousse, pp. 90-111.

CHISS, J.-L. (1978b), « Les lectures du Cours de linguistique générale », in NORMAND et al., *Avant Saussure. Choix de textes (1875-1924)*, Bruxelles : Editions Complexe, p. 155-199.

CHISS, J.-L., PUECH, C. (1997), *Fondations de la linguistique. Etudes d'histoire et d'épistémologie*, 2^e édition, Louvain-la-Neuve : Duculot.

CHISS, J.-L., PUECH, C. (1999), *Le langage et ses disciplines XIX^e - XX^e siècles*, Paris – Bruxelles : De Boeck & Larcier, Département Duculot.

DELBRÜCK, B. (1902), « Das Wesen der Lautgesetze » (L'essence des lois phonétiques) in *Annalen der Naturphilosophie* 1, Leipzig : Veit & Comp., pp. 277-308.

DESMET, P. (1996), *La linguistique naturaliste en France (1867-1922). Nature, origine et évolution du langage*, Leuven – Paris : Peeters, *Orbis/Supplementa* Tome 6.

FEHR, J. (2000), *Saussure entre linguistique et sémiologie*, Paris : PUF.

FOUCAULT, M. (1966), *Les mots et les choses*, Paris : Gallimard.

FOUCAULT, M. (1969), *L'archéologie du savoir*, Paris : Gallimard.

FREGE, G. (1971), *Écrits logiques et philosophiques (1879-1925)*, Paris : Éditions Seuil.

FRÝBA-REBER, A. M. (2004), « Secheyay », Notice 5318 in *Corpus de textes linguistiques fondamentaux*, sur l'Internet : <http://www.ens-lsh.fr/labo/ctlf/>.

GADET, F. e PÊCHEUX, M. (1981), *La langue introuvable*, Paris : Maspero.

GADET, F. (1987), *Saussure, une science de la langue*, Paris : PUF, coll. *Philosophies*.

GODEL, R. (1957), *Les Sources manuscrites du Cours de linguistique générale de Ferdinand de Saussure*, Genève : Droz.

GODEL, R. (1966), « De la théorie du signe aux termes du système », in *Cahiers de Ferdinand de Saussure*, 22, pp. 53-68.

GRIMM, J. (1822), *Deutsche Grammatik. Erster Teil*, 2^{ème} éd. Dieterich'sche Buchhandlung, Göttingen.

GRIMM, J. (1840), *Deutsche Grammatik. Erster Teil*, 3^{ème} éd. Dieterich'sche Buchhandlung, Göttingen.

GRIMM, J. (1848), *Geschichte der deutschen Sprache*, 2 vols. Leipzig : Weidmann.

GULYA, J. (1974), « Some 18th Century Antecedents of 19th Century Linguistics », in HYMES, D. (1974), *Studies in the history of linguistics*, Indiana University Press, pp. 258-276.

HEINZLE, J. (1991), « Der deutscheste aller deutschen Stoffe », introduction à *Die Nibelungen. Ein deutscher Wahn, ein deutscher Alptraum. Studien und Dokumente zur Rezeption des Nibelungenstoffs im 19. et 20. Jahrhundert*, Heinzle, J. et Waldschmidt (éd.), Frankfurt am Main, Suhrkamp, p. 7-20.

HJELMSLEV, L. (1971), *Essais linguistiques*, Paris : éditions de Minuit.

HERDER, J. G. (1777) [1770], *Traité sur l'origine de la langue*, Paris : Aubier.

HÉRVAS Y PANDURO, L. (1778-18787), *Idea dell'Universo, che contiene la Storia della vita dell'uomo, elementi cosmografici, viaggio estatico al mondo planetario, e Storia della Terra*, 21 vols., Gregorio Biasini all'Insegna di Pallade, Cesena.

HOBSBAWN, E. (2002), *Tempos interessantes : uma vida no século XX*, São Paulo, Companhia das Letras.

HOMBERT, I (1978). « Whitney : notes sur une entreprise théorique pré-saussurienne, in in Normand, C. (Ed.), *Langages* 49, Paris : Didier-Larousse, pp.112-119.

HUMBOLDT, W. von (1974), *Introduction à l'œuvre sur le kavi : et autres essais*, Paris : Éditions du Seuil.

JACOB, A. (1973), *Genèse de la pensée linguistique, textes choisis et présentés par André Jacob avec la collaboration de Pierre Caussat et Robert Nadeau*, Paris : A. Colin.

JAKOBSON, R. (1985), *Roman Jakobson Selected writings*, S. Rudy, ed. Berlin/New York, Amsterdam : Mouton Publishers.

JAMIESON, J. (1814), *Hermes Scythicus : or, The Radical Affinities of the Greek and Latin Languages to the Gothic : Illustrated from the Moeso-Gothic, Anglo-Saxon, Francic, Alemanic, Suio-Gothic, Islandic, &c. To which is Prefixed, A Dissertation of the Historical Proofs of the Scythian Origins of the Greeks*, Edinburgh : Edinburgh University Press.

JANKOWSKY, K. R. (1972), *The neogrammarians : a re-evaluation of their place in the development of linguistic science*. Paris : Mouton, The Hauge.

JOSEPH, J. (2004), « The linguistic sign » in SANDERS, C. *The Cambridge companion to Saussure*, Cambridge : Cambridge University Press, pp. 59-75.

KOERNER, E.F.K. (1975) « Zur Ursprung und Geschichte der Bestimmung in der historischen Sprachwissenschaft : Eine historiographische Notiz », *Zeitschrift für vergleichende Sprachforschung*, 89, pp. 185-190.

KOERNER, E.F.K. “Positivism in Nineteenth-Century”, in *Rivista di Filosofia*, 73.

KOERNER, E. F. K. (1988), « Meillet, Saussure et la linguistique générale », in *Histoire Épistémologie Langage* 10-11 pp. 57-73).

LACAN, J. (1985) [1972], *Seminário 20 : Mais ainda*, Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor.

LECOURT, D. (2002), *La philosophie des sciences*, Paris : PUF.

LEIBNIZ, G. W. (1768), « Bref essai sur l'origine des peuples déduite principalement des indications fournies par les langues » in JACOB, A. (1973), *Genèse de la pensée linguistique, textes choisis et présentés par André Jacob avec la collaboration de Pierre Caussat et Robert Nadeau*, Paris : A. Colin, pp. 46-62.

LESKIEN, A. (1876), *Die Declination im Slawisch-Litauischen und Germanischen* (Déclinaison en slavo-lituanien et en germanique), Leipzig : S. Hirzel.

MALDIDIÉ, D. (Ed.) (1990), *L'inquiétude du discours*, Paris : Éditions de Cendres.

MARCHAND, F. (1972), « Roman Jakobson à Paris, in *L'Éducation*, 132, pp.10-12.

MAURO, T. de (1985), « Notes », in SAUSSURE, F. de, *Cours de linguistique générale* [1916], publié par C. Bally et A. Sechehaye avec la collaboration de A. Riedlinger, édition critique préparée par Tullio de Mauro, postface de Louis-Jean Calvet, Paris : Editions Payot & Rivages, pp. 405-477.

MAURO, T. de (1985b), « Notes biographiques et critiques sur F. de Saussure », in SAUSSURE, F. de, *Cours de linguistique générale* [1916], publié par C. Bally et A. Sechehaye avec la collaboration de A. Riedlinger, édition critique préparée par Tullio de Mauro, postface de Louis-Jean Calvet, Paris : Editions Payot & Rivages, pp. 320-389.

MEILLET, A. (1904-1905), « L'innovation », in *Année sociologique* 1904-1905. Compte-rendu de *Voelkerpsychologie. Eine Untersuchung der Entwicklungsgesetze von Sprache, Mythos und Sitte* (1900) de Wundt.

MEILLET, A. (1906a), « L'état actuel des études de linguistique générale » in
MEILLET, A. (1958), *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris : Librairie Honoré Champion, Éditeur.

MEILLET, A. (1906b), « Comment les mots changent de sens », in
MEILLET, A. (1958), *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris :
Librairie Honoré Champion, Éditeur.

MEILLET, A. (1913), « Ferdinand de Saussure » in *Annuaire de l'École
Pratique des Hautes Études (Section des sciences historiques et
philologiques)* 1913-1914, 115-125. (Reimpresso no *Bulletin de la Société de
Linguistique de Paris* 18.clxv-clxxv [1913]).

MEILLET, A. (1916), Compte-rendu du CLG, in *Bulletin de la Société de
Linguistique*, 1916.

MEILLET, A. (1918), « Linguistique historique et linguistique générale », in
MEILLET, A. (1958), *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris :
Librairie Honoré Champion, Éditeur.

MEILLET, A. (1958), *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris :
Librairie Honoré Champion, Éditeur.

MERLEAU-PONTY, M. (1953), *Leçon inaugural*, Paris : Collège de France,
Chaire de philosophie, n° 18.

MÜLLER, M. (1861). *La science du langage*, trad. Chez A. Durand, 1864.

MORPURGO DAVIES, A. (1998), *Nineteenth century linguistics*, in
LESPCHY, G. (ed.), *History of Linguistics*, vol. 4. London : Longmann.

MOUNIN, G. (1967), *Histoire de la linguistique : des origines au XX^e siècle*, Paris : PUF.

NORMAND, C. (1976), *Métaphore et concept*, Bruxelles : Édition Complexe.

NORMAND, C. (1988), « W. D. Whitney et la linguistique générale », Prefácio à la trad. de : WHITNEY, W. D. (1988 [1875]). « La vie du langage ». Paris : Didier, 1988.

NORMAND, C. (Ed.) (1978a), « Saussure et la linguistique présaussurienne », *Langages* 49, Paris : Didier-Larousse.

OESTERREICHER, W. (1986) « Ère française et DEUTSCHE BEWEGUNG : les idéologues, l'historicité du langage et la naissance de la linguistique », in BUSSE, W. et TRABANT, J. (eds.) *Les idéologues. Sémiotique, théories et politique linguistiques pendant la révolution française*, Amsterdam/Philadelphia : Benjamins.

OZOUF, M. (1993), « Le passé recomposé, entretien », *Magazine littéraire*, 307.

PAUL, H. (1886) [1880], *Prinzipien der Sprachgeschichte*, 2^e éd. Halle in JACOB, A. (1973), *Genèse de la pensée linguistique, textes choisis et présentés par André Jacob avec la collaboration de Pierre Caussat et Robert Nadeau*, Paris : A. Colin.

PÊCHEUX, M. (1969), « Analyse automatique du discours », in MALDIDIER, D. (Ed.) (1990), *L'inquiétude du discours*, Paris : Éditions de Cendres, pp. 97-132.

PÊCHEUX, M. HAROCHE, C. et HENRY, P. (1971), « La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours », in MALDIDIER, D. (Ed.) (1990), *L'inquiétude du discours*, Paris : Éditions de Cendres, pp. 133-153.

PÊCHEUX, M. et FUCHS, C. (1975), « Mise au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours in MALDIDIER, D. (Ed.) (1990), *L'inquiétude du discours*, Paris : Éditions de Cendres, pp. 155-173).

PÊCHEUX, M. (1975), « Les vérités de la Palice », in MALDIDIER, D. (Ed.) (1990), *L'inquiétude du discours*, Paris : Éditions de Cendres, pp. 175-243.

PÊCHEUX, M. (1977), « Remontons de Foucault à Spinoza, in MALDIDIER, D. (Ed.) (1990), *L'inquiétude du discours*, Paris : Éditions de Cendres, pp. 245-260.

PÊCHEUX, M. (1982), « Sur la (dé-)construction des théories linguistiques », in *drlav*, 27, Centre de recherche de l'université de Paris VII, pp. 1-24.

PÊCHEUX, M. (1983), « Le discours : structure ou événement ? in MALDIDIER, D. (Ed.) (1990), *L'inquiétude du discours*, Paris : Éditions de Cendres, pp. 303-323.

PÉNISSON, P. (1977), « Introduction » in HERDER, J. G. *Traité sur l'origine de la langue* (1977) [1770], Paris : Aubier.

PUECH, C. et RADZYNSKI, A. (1978a), « La langue comme fait social : fonction d'une évidence », in in Normand, C. (Ed.), *Langages* 49, Paris : Didier-Larousse, pp.46-65.

PUECH, C. et RADZYNSKI, A. (1978b). « La langue fait social », in NORMAND et al., *Avant Saussure. Choix de textes (1875-1924)*, Bruxelles : Editions Complexe, pp. 81-115.

PUECH, C. (2004), « Saussure and structuralist linguistics in Europe », in SANDERS, C. *The Cambridge companion to Saussure*, Cambridge : Cambridge University Press, pp. 124-138.

PUECH, C. (2005), « L'émergence de la notion de discours en France et les destins du saussurisme », in *Langages*, 159 Paris : Didier-Larousse.

RASTIER, F. (2003), « Le silence de Saussure ou l'ontologie refusée », in *Saussure*, Paris : Éditions L'Herne.

REGARD, P. (1919), *Contribution à l'étude des prépositions dans la langue du Nouveau Testament*, Paris.

ROBINS, R. H. (1976), *Brève histoire de la linguistique*, Paris : Éditions du Seuil.

SAUSSURE, F. de (1968), *Cours de linguistique générale, édition critique par R. Engler, T. I*, Wiesbaden : Otto Harrassowitz.

SAUSSURE, F. de (1974), *Cours de linguistique générale, édition critique par R. Engler, T. II, Appendice, notes de F. de Saussure sur la linguistique générale*, Wiesbaden : Otto Harrassowitz.

SAUSSURE, F. de (1985) [1916], *Cours de linguistique générale publié par Charles Bally et Albert Sechehaye com a collaboration de Albert Riedlinger, édition critique préparée de Tullio de Mauro, posfácio de Louis-Jean Calvet*, Paris : Editions Payot & Rivages. Edition critique originale italienne : 1967 ; notes et commentaires de T. de Mauro trad. par L.-J. Calvet : 1972.

SAUSSURE, F. de (1993), *Troisième cours de linguistique générale (1910-1911) d'après les cahiers d'Emile Constantin. Saussure's third cours of lectures on general linguistics (1910-1911) from the notebooks of Emile Constantin*, texto francês édité par Eisuke Komatsu.

SAUSSURE, F. de (1997), *Deuxième cours de linguistique générale : 1908-1909. D'après les cahiers d'Albert Riedlinger et Charles Patois*. Oxford ; New York ; Seoul : Pergamon press.

SAUSSURE, F. de (2002), *Ecrits de linguistique générale établis et édités par Simon Bouquet et Rudolf Engler avec la collaboration d'Antoinette Weil*, Paris : Gallimard.

SCHLANGER, J. (1971), *Les métaphores de l'organisme*, Paris : Fayard.

SCHLEGEL, A. W. (1818), *Observations sur la langue et la littérature provençales*, Paris.

SCHLEGEL, F. W. (1808), *Ueber die Sprache und Weisheit der Indier* [Ensaio sobre a língua e a filosofia dos indianos] trad. Mazure, A. (1837), Paris.

SCHLEICHER, A. (1850). *Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht* (Linguistische Untersuchungen, II), König, Bonn.

SCHLEICHER, A. (1856-1857), *Handbuch der lituaischen Sprache*, 2 vols., Calve'sche Verlagsbuchhandlung, Prag.

SCHLEICHER, A. (1860). *Die Deutsche Sprach*, Cotta, Stuttgart.

SCHLEICHER, A. (1863). *Die Darwinsche Theorie und die Sprachwissenschaft*. Offenes Sendeschreiben an Herrn Dr. Ernst Haeckel, a. o. Professor der Zoologie und Director des Zoologischen Museums an der Universität Jena, von Aug. Schleicher. Weimar, 1863. 8vo. pp. 29.

SCHLEICHER, A. (1865). *Ueber die Bedeutung der Sprache für die Naturgeschichte des Menschen*. Von August Schleicher. Weimar, 1865. 12vo. pp. 29.

SCHMIDT, J. (1872), *Die Verwandtschaftsverhältnisse der indogermanischen Sprachen*, Weimar.

SCHMIDT, J. (1887), « Schleichers auffassung der lautgesetze, *Zeitschrift für vergleichende Sprachforschung*, 28, pp. 303-312.

SCHUCHARDT, H. (1885), *Ueber die Lautgesetze – Gegen die Junggrammatiker*, Oppenheim, Berlin.

SCHUCHARDT, H. (1917), Compte-rendu du CLG, in *Literaturblatt f. germ. Und roman. Philologie*.

SIMONE, R. (199 ?), « The Early Modern Period », in LEPSCHY, G. (ed.) (1994-), vol. 3, pp. 149-236).

STAROBINSKI, J. (1971), *Les mots sous les mots. Les anagrammes de Ferdinand de Saussure. Essai*, Paris : Gallimard, coll. Le Chemin.

TOBLER, L. (1881), Compte-rendu de Paul's Prinzipien der Sprachgeschichte, in *Literaturblatt f. germ. U. rom. Philologie*.

TRABANT, J. (1990), « Le concept intérieur de la linguistique », in De Mauro e Formigari (ed.) *Leibniz, Humboldt and the origins of the comparatism* (Studies in the History of the Language Sciences, 49), Amsterdam/Philadelphia : Benjamins.

UTAKER, A. (2002). *La philosophie du langage : une archéologie saussurienne*, Paris : PUF.

WHITNEY, W. D. (1870) [1867]. *Language and the study of language*, 3^e Ed. London : N. Trübner.

WHITNEY, W. D. (1871), « Strictures on the Views of August Schleicher respecting the Nature of Language and kindred subjects » In Transactions [and proceedings] of the American philological association, Hartford puis Cambridge... Haverford, 1871.

WHITNEY, W. D. (1988 [1875]). « La vie du langage ». Paris : Didier, 1988.

WILBUR, T. H. (1977), *The Lautgeetz-Controversy : a documentation (1855-1886)*. Amsterdam : John Benjamins.